



**HARLEY FABIANO DAS NEVES TONIETTE**

**CONCORDÂNCIA COM SINTAGMAS  
NÃO ARGUMENTAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**CAMPINAS,**

**2013**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**HARLEY FABIANO DAS NEVES TONIETTE**

**CONCORDÂNCIA COM SINTAGMAS  
NÃO ARGUMENTAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. JUANITO ORNELAS DE AVELAR**

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas para  
obtenção do título de mestre em Linguística.**

**CAMPINAS,**

**2013**

**iii**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

T614c	<p>Toniette, Harley Fabiano das Neves, 1982- Concordância com sintagmas não argumentais no português brasileiro / Harley Fabiano das Neves Toniette. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.</p> <p>Orientador : Juanito Ornelas de Avelar. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Língua portuguesa - Sintaxe. 2. Língua portuguesa - Gramática. 3. Concordância (Linguística). I. Avelar, Juanito Ornelas de, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** Agreement with non argumental phrase in brazilian portuguese.

**Palavras-chave em inglês:**

Portuguese language - Syntax

Portuguese language - Grammar

Agreement (Linguistics)

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:**

Juanito Ornelas de Avelar [Orientador]

Charlotte Marie Chambelland Galves

Marcello Modesto dos Santos

**Data da defesa:** 24-04-2013.

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Juanito Ornelas de Avelar

Juanito Ornelas de Avelar

Charlotte Marie Chambelland Galves

Ch. Galves

Marcello Modesto dos Santos

Marcello Modesto

Maria Filomena Spatti Sândalo

\_\_\_\_\_

Ana Paula Scher

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2013

## AGRADECIMENTOS

---

**Meu muitíssimo obrigado:**

**À FAPESP, pelo fundamental apoio financeiro que me permitiu trabalhar com segurança e tranquilidade;**

**Ao Serviço de Apoio ao Estudante – SAE/UNICAMP, por todo o apoio ao longo da graduação e mestrado;**

**A todo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, pelos anos de acolhimento e pelo zelo e dedicação de seus funcionários;**

**Aos professores do IEL que me acompanham desde a graduação e que sempre apostaram em mim, mesmo quando eu mesmo não apostava;**

**Ao Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar, meu orientador, pelo árduo trabalho ao longo desses anos na tentativa de fazer com que um pequeno pedaço de brita passe a ser um pequeno diamante bruto a ser lapidado;**

**Aos professores que participaram da banca de arguição na defesa desta dissertação, Charlotte Galves e Marcello Modesto, pelo carinho e pelo rigor na avaliação de meu trabalho;**

**Aos professores da banca de qualificação, Sônia Cyrino e Charlotte Galves, pelas sugestões valiosas que abriram minha mente e olhos;**

**Aos amigos que fiz em Campinas nesses sete anos – Tony, Juliano, Neto, Ricardo S., Henrique, Rodolfo, Daniela, Caio, Leandro, Odilon, Geraldo (in memoriam), Sílvia, Thiago, Marcelo, Gustavo, Júlio, enfim, a todos que estiveram comigo nesse tempo;**

**À minha família: Carlos Antônio 'Seu Totó', meu pai; Dona Ana, minha mãe, Evelin e Anne, minhas irmãs; Vinícius, o caçula-com-mais-de-dezoito-anos; Alexandra, minha sobrinha;**

**À Carla (meu amor), na alegria, na tristeza, na saúde, na doença, na falta de grana, no amor, na linguística, na fonoaudiologia, na filosofia, na música, enfim, em todo nosso universo;**

**Ao PS (Poder Superior), que me mantém firme no decorrer desses nove anos e meio.**

A pesquisa que resultou nesta dissertação foi desenvolvida com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através das bolsas MS-1 e MS-2 ligadas ao processo 2011/05438-9.

Explorando pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista (Chomsky 1995, 1998, 1999, 2004, 2008), esta dissertação propõe que o licenciamento da concordância verbal com constituintes não argumentais no português brasileiro deriva da possibilidade de C e T *compartilharem* traços- $\phi$ , no sentido proposto em Ouali (2008). A hipótese que norteia o trabalho é a de que, no português brasileiro, C pode preservar os traços- $\phi$  que são herdados por T, tornando-se, com isso, um potencial atribuidor de Caso nominativo; por extensão, os traços- $\phi$  em T podem receber os valores assumidos pelos traços- $\phi$  em C nas construções em que uma sonda partindo do primeiro não detecta nenhum elemento com o qual possa estabelecer concordância. O trabalho apresenta algumas previsões dessa análise em torno de entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), bem como aponta vantagens em relação a outras propostas que também procuram formalizar a possibilidade concordância com termos não argumentais no PB.

**Palavras-chave:** Sintaxe; Gramática do Português; Concordância.

## ABSTRACT

---

Following the Minimalist Program (Chomsky 1995, 1998, 1999, 2004, 2008), this dissertation proposes that the agreement of the verbal inflection with non-argumental phrases in Brazilian Portuguese occurs when C shares its  $\phi$ -features with T, in the sense proposed by Ouali (2008), and the probe starting from T doesn't detect a phrase to guarantee the valuation of T's  $\phi$ -features. This hypothesis predicts that in Brazilian Portuguese, C can attribute nominative Case to phrases in Spec-C, which allows explain why topics and *wh*-phrases can dispense with prepositions in this language. The dissertation also highlights grammatical contrasts regarding the co-occurrence of topics and *wh*-phrases, showing the advantages of this analysis over other approaches on topicalized phrases in the literature of Brazilian Portuguese.

Key Words: Syntax, Portuguese Grammar, Agreement

INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b>	
1.1 O Programa Minimalista.....	3
1.1.1 Quadro Geral.....	3
1.1.2 Categorias funcionais básicas.....	5
1.1.3 Fases e Concordância.....	6
1.2 Movimento e herança de traços no complexos C-T e v-V.....	10
1.2.1 Traço borda e Concatenação.....	10
1.2.2 Fase e traços não interpretáveis no complexo C-T e no complexo v-V.....	11
1.2.3 Movimento A versus Movimento A-barra.....	13
1.3 Traços no complexo C-T: <i>doação, retenção e compartilhamento</i> .....	15
1.4 Arquitetura das configurações de adjunção.....	20
1.4.1 Adjunção sem rótulo.....	21
1.4.2 Adjuntos de projeções nominais e verbais.....	24
1.5 Síntese do capítulo.....	27
<b>CAPÍTULO 2 – PROPOSTAS ANTERIORES</b>	
2.1 Pontes (1987) – O Tópico no Português do Brasil.....	28
2.2 Figueiredo e Silva (1996) – Português Brasileiro: frases finitas e infinitivas.....	34
2.3 Galves (1998) - Tópicos, sujeitos pronomes e concordância no PB.....	36

2.4 Avelar & Galves (2010) – Tópico e concordância em português brasileiro.....	41
2.5 Munhoz e Naves (2012) - Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C.....	47
2.6 Síntese do capítulo.....	53
<b>CAPÍTULO 3 - COMPARTILHAMENTO DE TRAÇOS EM C-T E CONCORDÂNCIA COM TERMOS NÃO ARGUMENTAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO</b>	
3.1 Delineamento da Hipótese.....	54
3.2 Concordância com sintagmas não argumentais em PB.....	58
3.3 Concordância em C nas línguas naturais.....	63
3.4 Evidências e Previsões.....	65
3.4.1 Elementos Elementos “competindo” com o sintagma não argumental.....	65
3.4.2 Topicalização e Caso.....	69
3.4.3 Uma nota sobre a distribuição de traços- $u\phi$ no complexo v-V.....	74
3.5 Análises Anteriores.....	76
3.5.1 Sobre a proposta de Munhoz & Naves (2010).....	76
3.5.2 Sobre a proposta de Avelar & Galves (2011).....	78
3.6 Síntese do capítulo.....	83
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

Esta dissertação se ocupa da concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais no português brasileiro (doravante PB), comumente chamada de *concordância com o tópico*, como nos exemplos em (1)a-(4)a. a seguir. Esses exemplos chamam a atenção pelo fato de elementos geralmente analisados como não pertencentes à grade argumental do verbo estabelecerem concordância com a flexão verbal: em (1)-(2), vemos casos em que o constituinte concordante (*meus dois carros e aquelas calças*) equivale a um termo tradicionalmente classificado como adjunto adnominal; em (3)-(4), os termos concordantes equivalem a um adjunto adverbial – cf. as paráfrases em (b).

- |     |   |               |
|-----|---|---------------|
| (1) | a. Meus dois carros furaram o pneu da frente.   | PB ok – PE *  |
|     | b. O pneu da frente dos meus dois carros furou. | PB ok – PE ok |
| (2) | a. Aquelas calças estão soltando o botão.       | PB ok – PE *  |
|     | b. O botão daquelas calças está soltando.       | PB ok – PE ok |
| (3) | a. Esses sapatos doem meu pé.                   | PB ok – PE *  |
|     | b. Meu pé dói com esses sapatos.                | PB ok – PE ok |
| (4) | a. Esses vestidos aparecem a perna              | PB ok – PE *  |
|     | b. Aparece a perna com esses vestidos.          | PB ok – PE ok |

Construções desse tipo têm sido largamente associadas ao que na literatura sobre o português brasileiro vem sendo atribuído ao estatuto de língua com “proeminência de tópico” ou “orientada ao discurso” (Pontes 1987; Galves 1998; Negrão 1999; Modesto 2005; Duarte & Kato 2008; Avelar & Galves 2011, entre outros). Mesmo o trabalho de Costa (2010), que argumenta contrariamente à ideia de o PB e o português europeu (doravante, PE) contrastarem quanto a esse estatuto, aponta que sentenças como aquelas em (1)-(4) não ocorrem no PE, embora esta variedade licencie, de forma mais restrita, sintagmas não argumentais em posição pré-verbal, como nos exemplos em (5) a seguir. Nessa mesma direção, trabalhos como os de Costa & Galves (2002) destacam que tais construções não são encontradas no conjunto das línguas românicas;

Avelar (2012), por sua vez, argumenta que a concordância com sintagmas não argumentais é um fenômeno recorrente nas línguas do grupo Bantu (também consideradas de proeminência de tópico), fato este que pode ser um indício da influência dessas línguas na fixação de propriedades gramaticais do PB.

- (5) a. Os carros, furou o pneu. PB: ok – PE: ok  
b. As minhas duas árvores, apodreceu a raiz. PB: ok – PE: ok

O quadro teórico no qual se inscreve o trabalho é o da versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1995, 1998, 1999, 2004, 2008), com destaque para as implementações de Chomsky (2008). A hipótese norteadora do estudo é a de que a concordância com termos não argumentais no PB resulta do modo como os núcleos C(omplementizador) e T(empo) interagem na operação de transferência dos traços- $\phi$  de um para outro núcleo. Mais precisamente, à luz da proposta de Ouali (2008), irei argumentar que, no PB, C pode compartilhar seus traços- $\phi$  com T (em vez de transferi-los integralmente para este núcleo), propriedade que não está presente no PE. Essa diferença resulta em contrastes que se manifestam nas posições situadas nos domínios de C e T, entre eles a possibilidade no PB (e impossibilidade no PE) de a flexão verbal concordar com elementos não argumentais realizados em Spec-C.

No capítulo 1, apresento os pressupostos teóricos que nortearão a análise, a saber: ferramentas de análise do Programa Minimalista, com destaque para as implementações de Chomsky (2008) em torno da distribuição de traços no complexo C-T; o trabalho de Ouali (2008), que, a partir da proposta de Chomsky (1998, 1999, 2004) propõe um sistema de compartilhamento de traços entre C e T; e a proposta de Avelar (2006) para a configuração de constituintes adnominais no PB, desenvolvida com base na proposta de Hornstein (2009) em torno da noção de *adjunção sem rótulo*. No capítulo 2, serão apresentados os estudos de Pontes (1987), Figueiredo Silva (1996), Galves (1998), Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2012), que tratam, de forma direta ou indireta, da concordância com constituintes não argumentais e/ou de posições destinadas ao tópico no português brasileiro. No capítulo 3, a hipótese norteadora do estudo será delineada, bem como serão apresentadas previsões e evidências favoráveis à análise desenvolvida. No capítulo 4, a dissertação é concluída.

### Pressupostos Teóricos

Este capítulo, voltado à apresentação dos pressupostos que fundamentarão a análise em torno da concordância com sintagmas não argumentais, se encontra estruturado da seguinte forma: na seção 1.1, apresento, de modo sucinto, um panorama geral do Programa Minimalista, para, em seguida, na seção 1.2, abordar as implementações de Chomsky (2008) que interessam diretamente à dissertação; em 1.3, destaco a proposta de Ouali (2008) para a distribuição de traços não interpretáveis no complexo C-T, da qual assumirei alguns pontos; em 1.4, trago a proposta de Avelar (2006) sobre constituintes preposicionados adnominais no PB, ligando-a à extração de termos internos ao DP que podem ser movidos e estabelecer concordância com a flexão verbal; em 1.5, apresento uma síntese deste capítulo.

#### 1.1 O Programa Minimalista

##### 1.1.1 Quadro geral

Um primeiro ponto para o qual se pode chamar a atenção a respeito do Programa Minimalista (PM) é seu estatuto de *programa de pesquisa/investigação científica*, não de *teoria*. As afirmações de Chomsky (1998, p.5, e 2008, p. 157, nota 6 – **ambos tradução minha**) deixam clara a natureza do PM: “deve-se ter em mente que este é um programa, não uma teoria...” (CHOMSKY, 1998 - o grifo é do autor); “[o] PM é tomado frequentemente como sendo uma hipótese sobre a linguagem ou uma nova abordagem sobre a linguagem. O PM não é uma coisa nem outra [...] o programa é teoricamente ‘neuro’” (CHOMSKY, 2008 – aspas minhas).

Situado na Teoria de Princípios e Parâmetros, o PM caracteriza a *faculdade da linguagem* (FL), compartilhada por todos os seres humanos, como “um órgão do corpo”, um dos muitos subcomponentes do organismo humano que interagem na vida cotidiana. A *língua* é, dessa perspectiva, vista como um *estado de FL*, uma Língua-I (*I-language*). A teoria que busca explicar como a faculdade da linguagem se estrutura é a Gramática Universal (GU), que nada mais é do que a teoria do estado inicial de FL, voltada a determinar de que modo essa capacidade se estrutura na mente humana. Para que uma determinada Língua-I possa se desenvolver, três

fatores devem entrar em jogo: (1) dados externos, (2) herança genética, e (3) princípios de arquitetura estrutural e restrições do desenvolvimento que não são específicos de FL. De acordo com Chomsky (2008), o fator (2) é que interpreta os dados como *experiência linguística*, ou seja, é o suporte da herança genética que ‘decodifica’ os dados linguísticos e diz se tal dado *pertence ao grupo de elementos que podem ser considerados como dados linguísticos*, e também se um determinado dado *é parte integrante do grupo de dados que compõem o acervo da Língua-I em questão*. Em outras palavras, FL - o “órgão da linguagem” - é o aparato responsável por fazer com que, a partir de dados linguísticos primários, e em condições tidas como “normais”, uma criança possa adquirir a gramática particular da língua (ou mais de uma no mesmo período, se for o caso) a que se encontra exposta, através da fixação de valores paramétricos que são previstos na Gramática Universal.

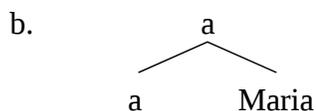
Em sua versão “mais forte” (*Strong Minimalist Thesis* – SMT), a tese central do PM é a seguinte: a linguagem é uma solução ótima para satisfazer as condições de interface com a qual FL interage. As interfaces (ou sistemas de performance) assumidas como essenciais, que determinam condições a serem atendidas por FL, são a Sensório-Motora (SM) – tida como responsável pela produção de sons e/ou sinais usados na linguagem humana, e a Conceitual-Intencional (CI), responsável, entre outras coisas, pela interpretação semântica dos enunciados/compostos linguísticos. Em termos específicos, uma determinada língua L é um aparato/sistema cognitivo que contém informações sobre significados, sons e organização estrutural; tais informações devem estar acessíveis para as interfaces SM e CI. Um objeto linguístico só será plenamente legível (ou interpretável) nessas interfaces se obedecer ao *Princípio da Interpretação Plena*: esse objeto deverá portar apenas os traços relevantes a serem lidos na interface relevante, sendo que traços semânticos são lidos somente em CI, e traços fonológicos, em SM. Se esse princípio não for obedecido, diz-se que a derivação fracassa.

No PM, o modelo tomado como base para a estruturação sintagmática é o de *Bare Phrase Structure* (BPS). Nesse modelo, a derivação sintática tem como *input* a Numeração (N), que consiste num arranjo de itens selecionados do léxico (entendido como um acervo “exaustivo” de itens). Esses itens contêm informações (ou traços) de natureza semântica (legíveis em CI), de natureza fonológica (legíveis em SM) e formais (que podem ou não ser legíveis nas interfaces).

A operação tida como fundamental nesse sistema é *Concatenar* (Merge), que é a

responsável por unir os objetos linguísticos. Tomando a representação em (1) como exemplo, cada objeto presente em N traz consigo a informação sobre a quantidade de vezes que deve ser acessada para participar da operação *Concatenar*. Em linhas gerais, *Concatenar* une dois objetos sintáticos – por exemplo, A e B, formando um novo objeto – C, que deverá ter a mesma natureza de A ou B. Na derivação de um constituinte como *a Maria*, por exemplo, *Concatenar* une os objetos *a* e *Maria*, presentes na Numeração N; a concatenação desses itens resulta num novo objeto, que terá a mesma natureza do determinante *a*.

(1) a. N: {...a<sub>1</sub>, Maria<sub>1</sub>...}



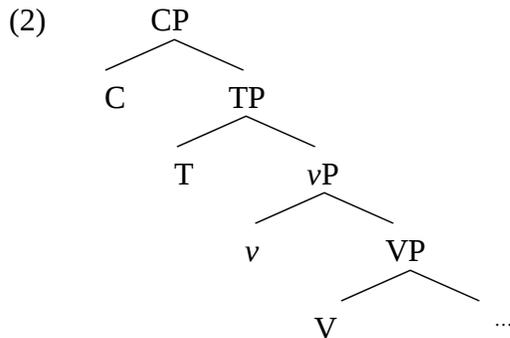
Seguindo o que é de praxe no PM, vou aqui manter, para efeitos expositivos, as notações representacionais que eram empregadas na Teoria X-Barra para indicar projeções mínimas ( $X^0$ ), intermediárias ( $X'$ ) e máximas ( $SX$ ), sem perder de vista que, à luz de *Bare Phrase Structure*, o que temos na verdade é o seguinte: (a) uma projeção mínima consiste em uma categoria que não é a projeção de nenhum elemento; (b) uma projeção intermediária não é uma projeção nem mínima, nem máxima; e (c) uma projeção máxima é uma categoria que não mais projeta. Nesses termos, a ocorrência mais baixa do determinante *a* em (1b) acima corresponde a uma projeção mínima ( $D^0$ ), enquanto a sua ocorrência mais alta corresponde a uma projeção máxima (DP); já *Maria* é uma projeção tanto mínima (N) quanto máxima (NP).

### 1.1.2 Categorias funcionais básicas

Dentro do PM, é assumido que o Léxico abarca *categorias substantivas* (por exemplo: adjetivos, advérbios, substantivos, verbos plenos *etc*) e *categorias funcionais* (que são pelo menos quatro: (D)eterminante, T(empo), v(erbo leve) e C(omplementizador)). Interessa, para os fins deste trabalho, o modo como as categorias funcionais mencionadas se configuram e se organizam dentro do PM.

C(omplementizador), T(empo) e v(erbo leve) são tidas como as categorias de base que estruturam a derivação (*core functional categories – CFC*) de uma oração. A arquitetura

estrutural mais básica de uma oração assume, assim, a forma apresentada em (2): a categoria substantiva V se concatena com v, resultando na projeção deste; vP é concatenado a T, e o resultado dessa concatenação (o TP) é concatenado a C.



No que diz respeito aos traços presentes nesses núcleos, é assumido que: (i) C traz traços que indicam, por exemplo, a força ilocucionária da sentença; (ii) a categoria T traz informações sobre tempo, modo e aspecto, podendo também portar os chamados traços- $\phi$ <sup>1</sup> em sua versão não interpretável, associados à checagem/valoração de Caso nominativo; (iii) v traz informações sobre a transitividade da sentença e sobre o caráter do predicado (agentivo, estativo ou causativo), podendo, assim como T, trazer traços- $\phi$  não interpretáveis, associados à checagem/valoração de Caso acusativo. Chomsky (1999) assume que há uma relação análoga, em termos da organização categorial e comportamento dos traços não interpretáveis, entre o par de categorias C-T e v-V. Essa relação prevê que as categorias funcionais C e v selecionam as categorias lexicais T e V, e o comportamento das categoriais lexicais T e v (por exemplo, portabilidade de traços não interpretáveis, licenciamento do EPP de T, ou até mesmo em V) é ligado diretamente ao fato de serem ou não selecionadas por categorias funcionais. Essa proposta está atrelada à noção de fase assumida dentro do PM, que será abordada no tópico seguinte.

### 1.1.3 Fases e Concordância

Outro componente da arquitetura do PM é o que se convencionou chamar de *fase*. Uma fase é um ponto da derivação em que as informações processadas pela computação sintática sofrem Spell-Out, com as informações de natureza fonológica (legíveis em PF) sendo separadas daquelas

<sup>1</sup> Mais adiante, nos termos de Chomsky (2008), irei assumir que os traços- $\phi$  não interpretáveis de T são herdados de C.

de natureza semântica (legíveis em LF). Chomsky (1998, 1999, 2004 e 2008) admite duas categorias como pontos para *Spell-Out* (ou também limites para uma fase): CP e vP.

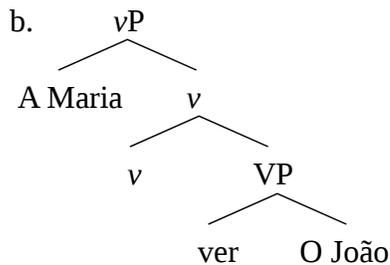
Uma fase comporta dois domínios – um *interno* e outro *externo*. O domínio interno de uma fase H compreende os elementos c-comandados pelo núcleo de H (C ou v), enquanto o domínio externo (também chamado de margem/borda da fase) dessa mesma fase é composta pelo núcleo H, pelos elementos na posição de especificador de H e pelos elementos adjungidos a projeções de H. As derivações são reguladas pela *Condição de Impenetrabilidade de Fase* (PIC), definida da seguinte forma em Chomsky (1998, p.22):

(3) Condição de Impenetrabilidade de Fase (PIC):

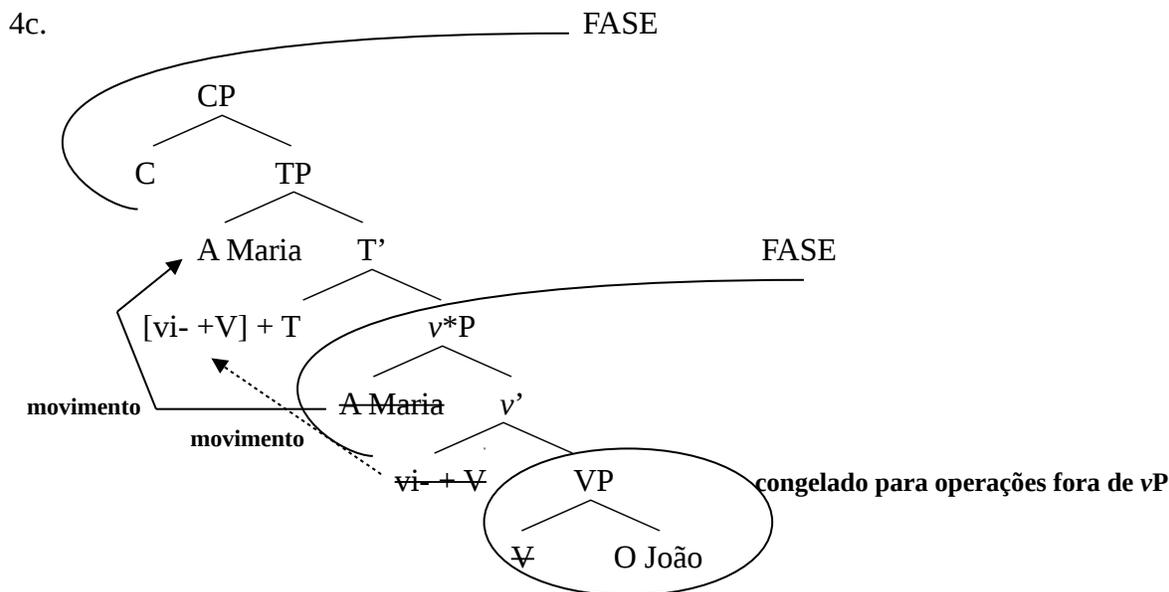
*Em uma fase  $\alpha$  com um núcleo H, o domínio de H não está acessível para operações fora de  $\alpha$ , mas somente H e sua margem (tradução minha).*

Tomando (4)b. a seguir como ilustração para uma derivação que segue a PIC, temos:

(4) a. A Maria viu o João



Em (4)b., a fase é composta pelas categorias VP e vP, onde VP é o domínio interno da fase, abrigando V e o sintagma *o João*, sendo a margem composta pelo núcleo v e pelo sintagma *A Maria*. De acordo com a PIC, somente os elementos que se encontram na margem da fase estão acessíveis para operações na próxima fase (por exemplo, concordância, checagem/valoração de Caso, movimento de núcleo para núcleo *etc.*).

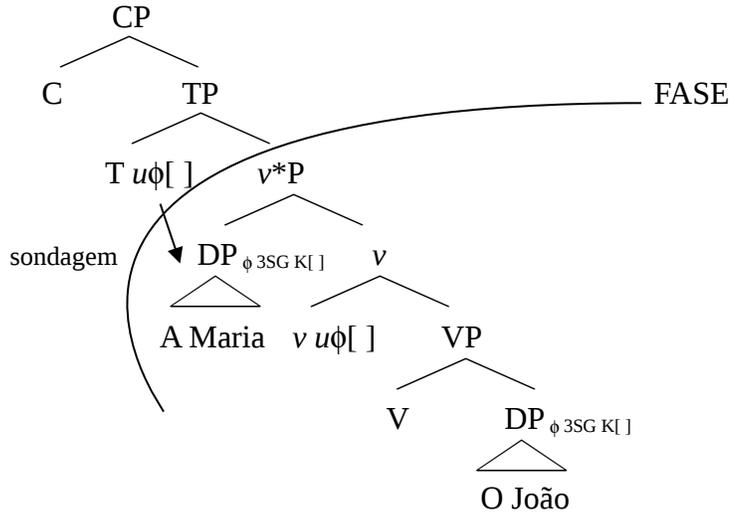


Em (4)c., após a parte lexical da forma verbal *viu* ter se movido para *v*, e o sintagma *A Maria* ter se concatenado na posição de especificador de *vP*, *T* se concatena a *vP*, seguido da concatenação de *C* a *TP*. O amálgama [*vi- + v*] se move para o núcleo *T*. Quando a construção da fase nucleada por *C* se inicia (a partir da concatenação de *T*), o domínio interno da fase mais baixa (*VP*) já terá sofrido Spell-Out e, de acordo com a PIC, não pode participar de operações desencadeadas pela fase posterior.

Outra ideia relevante nesse modelo é a de que os traços formais *não interpretáveis* nas interfaces necessitam ser *valorados* ao longo da computação sintática. A valoração se dá por meio da relação de *concordância* (*agree*) com uma outra categoria que porte a versão interpretável (e, portanto, previamente valorada) desses mesmos *traços*. A operação de concordância pode ser descrita, em termos derivacionais, como uma operação que envolve uma *sonda* (*probe*), que parte do núcleo com o traço não interpretável para buscar, em seu domínio de *c-comando*, um *alvo* (*goal*) que porte a versão interpretável (valorada) desse traço. A representação em (5a.) a seguir ilustra o procedimento de concordância envolvendo os traços- $\phi$  não interpretáveis ( $u\phi$ , do inglês *uninterpretable- $\phi$* ) em *v* e *T*, para uma sentença do tipo *A Maria viu o João*.

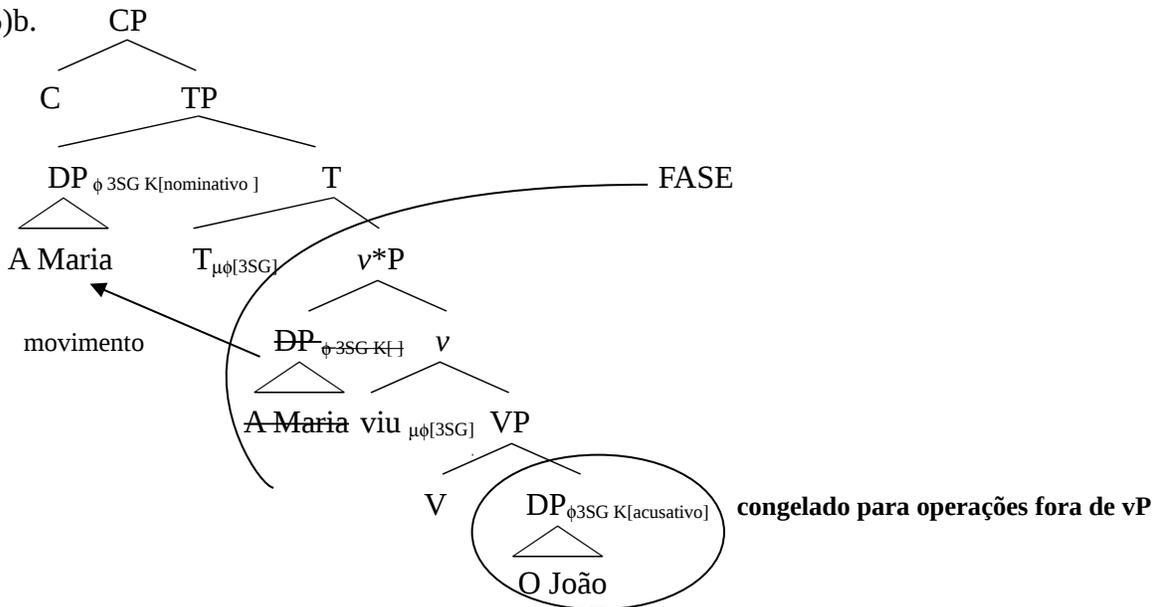
(5) A Maria viu o João

(5)a.



Na derivação em (5)a. acima, as fontes de valoração dos traços- $u\phi$  presentes em  $v$  e T são, respectivamente, o DP *o João*, na posição de complemento de V, e o DP *a Maria*, em Spec- $v$ . Tão logo as sondas provenientes de  $v$  e T detectem seus alvos, os traços- $u\phi$  são valorados, recebendo as mesmas marcas presentes nos dois DPs; o traço não interpretável de Caso presente em cada DP também é valorado, como resultado do procedimento de concordância – Caso acusativo para o alvo dos traços- $u\phi$  de  $vP$ , e Caso nominativo para o alvo dos traços- $u\phi$  de T – ver (5)b. a seguir.

(5)b.



Os procedimentos derivacionais do PM esboçados nesta seção serão, em linhas gerais, assumidos nesta dissertação. Alguns detalhes da implementação, contudo, seguirão mais de perto a proposta de Chomsky (2008), que será abordada a seguir.

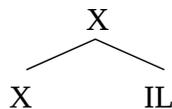
## 1.2 Movimento e herança de traços nos complexos C-T e v-V

A proposta de Chomsky (2008) gira, em grande parte, em torno de implementações associadas aos dois tipos de concatenação presentes no modelo (interna – *internal merge* (IM) e externa – *external merge* (EM)) e à oposição entre movimentos do tipo A e A-barra, que passa a ser atrelada à natureza do traço que desencadeia o movimento. Esses e outros pontos que interessam mais de perto a esta dissertação serão tratados a seguir.

### 1.2.1 Traço-borda e concatenação

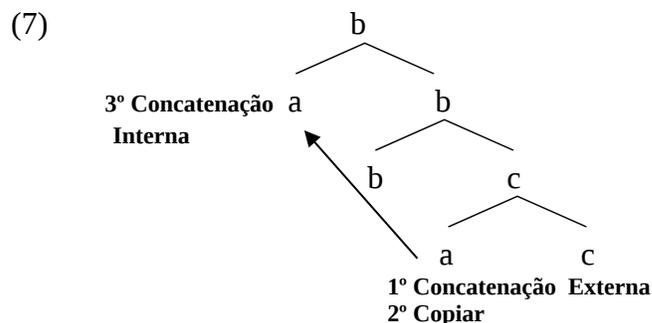
Chomsky (2008) explora a ideia de que um item lexical (IL) só é capaz de participar da computação sintática se portar um *traço-borda* (*edge feature*), que permite concatenações indefinidas – essa ideia procura captar a noção de *encaixamento*, uma das características de sistemas recursivos como a linguagem humana. A ação do traço-borda está relacionada com a operação *Concatenar*, no sentido de que é o traço-borda o articulador da possibilidade de concatenações ilimitadas. A satisfação de um traço borda também determina qual é a relação hierárquica entre os constituintes: se um IL satisfaz minimamente o traço borda intrínseco de X, como na representação em (6), então esse X tem um complemento, e esse complemento, quando mapeado no componente conceptual-intencional (CI), pode receber um papel- $\theta$  característico da posição em que se encontra.

(6) (X, IL) – satisfaz o traço borda de X (IL é complemento de X).



Chomsky (2008) atrela o traço-borda a uma característica que vai além de ser somente uma propriedade de base. *Grosso modo*, a proposta do autor dá a entender que traços desencadeadores de movimento, mas que não resultam no estabelecimento da concordância

(como os traços- $\phi$ ), também consistem num traço-borda. Traços-borda desse tipo abarcariam, por exemplo, aqueles responsáveis pela criação da “periferia esquerda” da sentença (topicalização, focalização *etc.*). Em Chomsky (2008), a operação *Concatenar* continua a ser dividida em dois tipos - *externa* ou *interna*, com efeitos diferenciados na interface CI. A concatenação externa envolve a “entrada inicial” de um novo IL (ou OS) na derivação, estando associada a propriedades da estrutura argumental (papel temático, hierarquia das “estruturas cartográficas”, entre outras). A concatenação interna envolve constituintes movidos e já previamente concatenados em outro ponto da derivação, estando associada a propriedades discursivas na sentença (informação velha e nova, efeitos de escopo e especificidade, entre outros). Como exemplo de concatenação externa, podemos tomar o esboço em (6), com X passando a integrar a derivação quando se liga a IL. Já a representação em (7) a seguir ilustra a concatenação interna, que mostra o item *a*, previamente concatenado com *c*, sendo copiado e concatenado com *b*. A operação *Mover* (*move*), nesse sentido, é entendida como a soma das operações *Copiar* (*copy*) e *Concatenar*.



### 1.2.2 Fase e traços não interpretáveis no complexo C-T e no complexo *v*-V

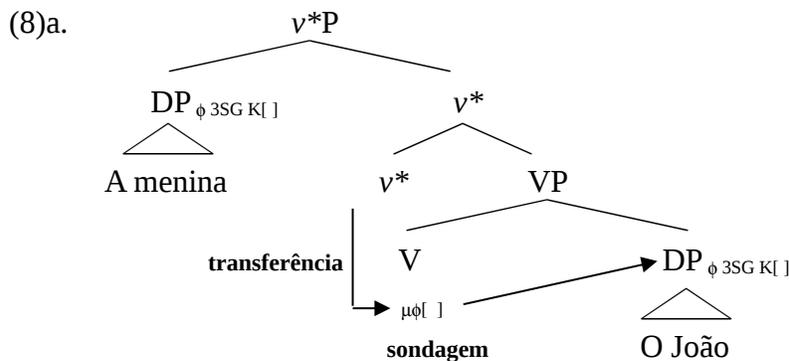
Chomsky (2008) explora a ideia de que os núcleos de fase (no nível sentencial, C e *v*) transmitem traços- $u\phi$  para os núcleos que eles tomam como complementos. Dessa forma, C e *v* devem transmitir seus traços- $u\phi$  para T e V (ou, em outras palavras, os traços- $u\phi$  presentes em T e V são herdados dos núcleos da fase). A sonda para o estabelecimento de concordância deve, portanto, partir de T e V, com Spec-T e Spec-V sendo projetados para receber o alvo da sonda no caso em que portam o EPP.

Especificamente sobre *v*-V, Chomsky (2008) mantém a ideia, presente em trabalhos

anteriores, de que  $v$  só nucleia uma fase quando porta traços- $u\phi$  (sendo representado, nesse caso, como  $v^*$ ), podendo, por consequência, projetar uma posição de especificador, tal como acontece nas estruturas transitivas. Quando não porta traços- $u\phi$ ,  $v$  não se configura como núcleo de fase, sendo o caso das construções inacusativas (aí incluídas as passivas) em geral.

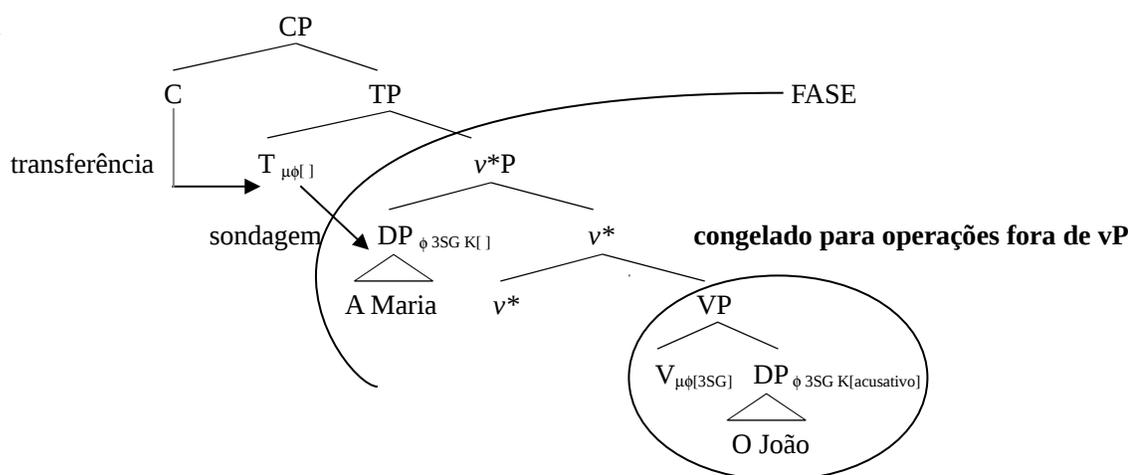
Sobre o complexo C-T, uma implementação introduzida em Chomsky (2008) está na proposta de que a posição Spec-T é criada pela ação dos traços- $u\phi$  que T herda de C. Por consequência, isto conduz à assunção de que a criação de Spec-T só ocorre depois da concatenação de C ao TP. Os esquemas apresentados em (8)a-c adiante ilustram, passo a passo, as dinâmicas derivacionais relevantes nos complexos  $v$ -V e C-T.

Em (8)a., que mostra a representação do  $v$ P para a sentença *A menina viu o João*, o DP *o João* participa da derivação portando traços- $\phi$  [3ª pessoa, singular] e um traço não especificado de Caso K. O núcleo V entra na derivação atraído pelo traço-borda intrínseco do DP. Em seguida, o núcleo de fase  $v^*$ , portando traços- $u\phi$  ainda não especificados, se concatena à estrutura. Esses traços, que são transferidos para V, são valorados por meio da concordância com os traços- $\phi$  do DP (via *probe-goal agreement*); como resultado, o traço de Caso do DP é valorado como acusativo. Na sequência, o DP *a menina*, que porta traços- $\phi$  interpretáveis [3ª pessoa, singular] e um traço não especificado de Caso K, é concatenado a  $v^*$ P.

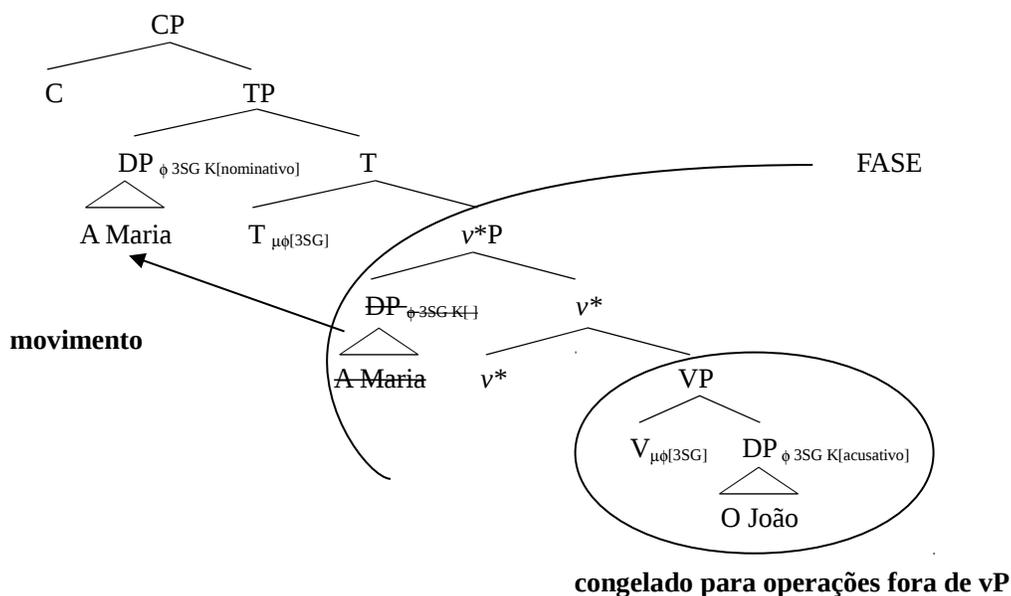


No ponto derivacional ilustrado em (8)b., T se concatena a  $v$ P, seguido pela concatenação de C a TP. Na sequência, os traços- $u\phi$  em C são transferidos para T; esses traços são valorados por meio de concordância, via *probe-goal*, com o DP *a Maria*, que recebe Caso nominativo. Em (8)c, a posição de Spec-T é criada para abrigar o DP *a menina*, satisfazendo ao EPP de T.

(8)b.



(8)c.



Sobre as operações envolvendo os núcleos V, v e T para derivar as formas verbais, é irrelevante, para os objetivos desta dissertação, definir se a junção desses núcleos se dá antes de *Spell-Out*, por meio de movimentos durante a computação sintática, ou se se efetiva após *Spell-Out*, no “caminho” para PF. Para efeitos notacionais, a partir de agora, esses núcleos serão apresentados sempre *in situ* nas representações aqui propostas.

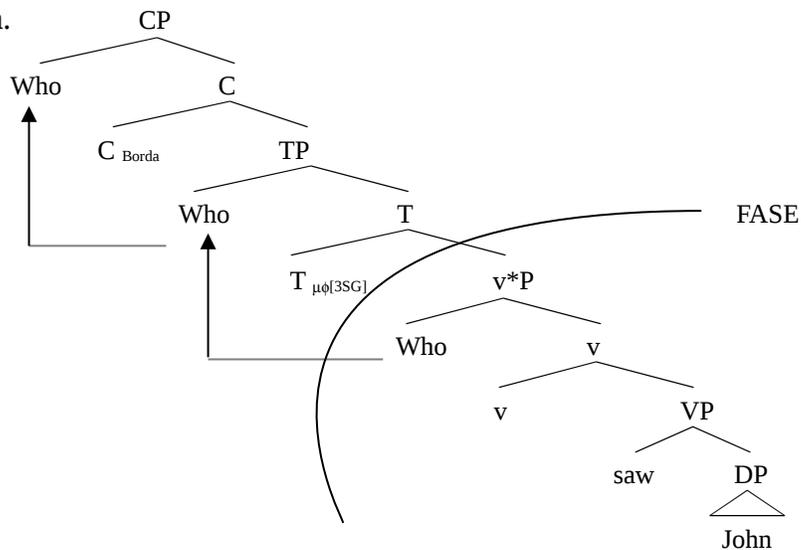
### 1.2.3 Movimento A versus movimento A-barra

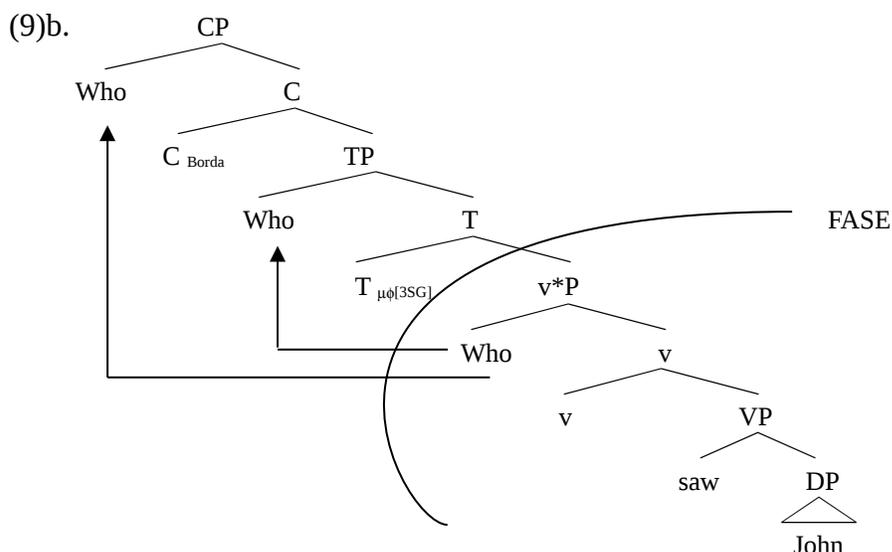
Outro ponto relevante na proposta de Chomsky (2008) está na distinção entre posições A e A-barra, que deve ser ancorada na natureza do traço desencadeador da operação de movimento

prévia à criação da posição: movimentos desencadeados pela ação de traços-borda são do tipo A-barra e, portanto, geram uma posição A-barra; movimentos desencadeados pela ação de outros traços que resultam em concordância (por exemplo, por traços- $\phi$ ) são do tipo A, gerando então posições A. A proposta também leva em conta a ideia de que movimentos sucessivos entre posições devem ser uniformes – ou seja, de *posição A* para *posição A* ou de *posição A-barra* para *posição A-barra*, mas nunca de *posição A* para *posição A-barra* (e vice-versa). Uma das consequências dessa condição está na impossibilidade de um constituinte se mover, por exemplo, de Spec-T (criado pela ação de traços- $u\phi$ ) para Spec-C (criado pela ação de traços-borda). Dessa perspectiva, sentenças com sujeitos-*wh* como aquela em (9) a seguir, tradicionalmente representadas como em (9)a., devem ter uma representação como em (9)b.: em vez de movimentos sucessivos como em (9)a. – de Spec-*v* para Spec-T, e de Spec-T para Spec-C, o item *who* é movido simultaneamente para Spec-T e para Spec-C, como em (9)b., com as cópias mais baixas sendo apagadas.

(9) Who saw John.

(9) a.





Chomsky (2008) também discute a propriedade EPP, tratada pelo autor como um problema “irritante” desde que foi formulada para descrever a presença obrigatória de expletivos nas línguas que possuem esse elemento em seu acervo lexical. Para o autor, é “tentador” reformular esta propriedade em termos de um sistema de herança de traços, considerando que o EPP pode ser, por exemplo, herdado por T dentro do sistema de transferência que ocorre no complexo C-T. Por não ser um núcleo de fase, T não deve comportar uma segunda opção para *concatenação interna* (ou, em outras palavras, ser uma sonda por conta própria). A criação de Spec-T resulta, portanto, da herança de um traço EPP proveniente de C, transferido para T juntamente com os traços- $u\phi$ .

Em linhas gerais, a proposta de Chomsky (2008) será aqui adotada na análise dos casos de concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais. Irei, contudo, explorar os desdobramentos da proposta de Ouali (2008) para a distribuição de traços no complexo C-T, tópico que será abordado a seguir.

### 1.3 Traços no complexo C-T - *doação, retenção e compartilhamento*

Ouali (2008) observa que a proposta de divisão e organização dos traços- $u\phi$  no complexo C-T apresentada nos trabalhos de Chomsky (2000, 2001, 2004)<sup>2</sup> é insuficiente para abarcar as possibilidades de organização desses traços. Ouali propõe então que mais opções de organização

<sup>2</sup> Chomsky (2000, 2001) são citados nesta dissertação como Chomsky (1998, 1999).

podem coexistir paralelamente à proposta de *doação/transfêrencia* de traços- $u\phi$ <sup>3</sup>. As observações do autor (para uma língua como o Berber) são no sentido de que, a depender das exigências do processo de valoração da derivação, os traços não interpretáveis podem ser *doados/transferidos* para T (DONATE) – ver (10), podem ser *retidos* por C (KEEP) – ver (11), ou podem ser *compartilhados* entre C e T (SHARE) – ver (12).

(10) C	$T_{\mu\phi}$	DP/NP	Doação				
<table border="0" style="margin: auto;"> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">Doação</td> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">concordância</td> </tr> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Donate)</td> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Agree)</td> </tr> </table>				Doação	concordância	(Donate)	(Agree)
Doação	concordância						
(Donate)	(Agree)						
(11) C	$\mu\phi$ retenção (Keep)	T	Retenção				
<table border="0" style="margin: auto;"> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">concordância</td> </tr> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Agree)</td> </tr> </table>				concordância	(Agree)		
concordância							
(Agree)							
(12) C	$\mu\phi$	$T_{\mu\phi}$	Compartilhamento				
<table border="0" style="margin: auto;"> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">compartilhamento</td> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">concordância</td> </tr> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Share)</td> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Agree)</td> </tr> </table>				compartilhamento	concordância	(Share)	(Agree)
compartilhamento	concordância						
(Share)	(Agree)						
<table border="0" style="margin: auto;"> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">concordância</td> </tr> <tr> <td style="border-right: 1px solid black; padding: 0 10px;">(Agree)</td> </tr> </table>				concordância	(Agree)		
concordância							
(Agree)							

Essa abordagem implica considerar que, quando os traços- $u\phi$  permanecem em C – *retenção* (KEEP), a operação *concordância* se dará entre a sonda em C e um alvo em  $v^*P$  (ou em VP/vP, no caso de a estrutura ser inacusativa ou passiva). Dentro dos trabalhos de Chomsky citados por Ouali (2008), a transferência dos traços- $u\phi$  é obrigatória e se justifica, por exemplo, pela oposição entre *T  $\phi$ -completo*, que aparece em sentenças declarativas manifestando as características de tempo, e *T  $\phi$ -incompleto*, selecionado por V, não manifestando características de tempo (nem participando da operação *concordância*), e que aparece em sentenças em que há Marcação Excepcional de Caso (ECM). Para Ouali (2008), contudo, o único motivo real da transferência dos traços é o domínio mínimo para a sondagem, pensando na ideia de que a

<sup>3</sup> Trabalhos anteriores ao de Ouali (2008) já exploram a ideia de que as línguas naturais podem apresentar concordância fora de T, ou mais especificamente, ter a concordância realizada entre uma sonda em C e um sujeito em C ou fora de C (em T, por exemplo). Carstens (2003) mostra que nas línguas germânicas do norte (West Germanic languages) como West Flemish e o Hellendoorn, a concordância com um sujeito em T e uma sonda em C é fato concreto, mesmo sendo considerada anômala por Chomsky (1986) *apud* Carstens (2003).

proximidade entre categorias é ‘mais eficiente’ em termos computacionais do que categorias mais distantes, apesar de que o autor também menciona eventuais problemas com localidade (pensando na ideia de cruzamento de categorias no momento em que essas se movem após a sondagem).

O sistema de organização das operações *doação*, *retenção* e *compartilhamento* dentro do Berber sugere que as três operações respeitam os princípios de economia, de eficiência computacional e busca nos menores domínios, atuando em um processo de ‘escala econômica’, em que operação menos custosa ao sistema se aplica primeiro, e caso essa operação não possa suprir as necessidades derivacionais, as outras operações se aplicarão, até que a derivação possa convergir. Esse sistema não deve ser encarado como um ranking de restrições semelhante ao que se usa na Teoria de Otimalidade, ao contrário, cada operação se aplica “livremente”, e as operações que encontram as condições de *bare-output* poderão convergir. As observações empíricas mostram, segundo Ouali, que *doação* parece ser a opção mais econômica, seguido de *retenção*, menos econômica, e *compartilhamento* como a última das opções (*doação* > *retenção* > *compartilhamento*). Os passos a seguir ilustrarão como esse sistema se articula dentro do processo derivacional de sentenças do Berber<sup>4</sup>.

O Berber é uma língua pro-drop, em que os verbos sempre mantêm relação de concordância com seu sujeito – ver (13). Além disso, mantêm canonicamente a ordem VSO (Verbo-Sujeito-Objeto), mas, em alguns contextos, como em (14), a ordem pode ser mudada para SVO (Sujeito-Verbo-Objeto).

(13) ytsha wrba thamen VSO  
 3s. comeu. menino mel  
 PERF  
 'O menino comeu mel'

(14) thamttut th3la araw SVO  
 mulher 3sf. viu meninos  
 PERF  
 'A mulher viu os meninos'

<sup>4</sup> Símbolos usados: 3s. = terceira pessoa singular; 3sf = terceira pessoa singular feminino; 3sm = terceira pessoa do singular; Part (particípio) = forma empobrecida da marca de concordância do AAE; PERF = perfectivo (passado); COMP = complementizador.

Se C não porta um traço-*wh* ou qualquer traço da periferia esquerda, deve então transferir seus traços- $\phi$  para T em virtude da exigência de *doação*. Esse é o caso das sentenças declarativas simples – ver (15)a e (15)b.

- (15)a. iswa Ali aman  
 3s. Bebeu Ali água  
 PERF  
 'Ali bebeu água'
- b. [C [T  $\phi$  [AspP iswa [VP Ali ... [VP aman ]]]]]  
 |  
 Doação | concordância |

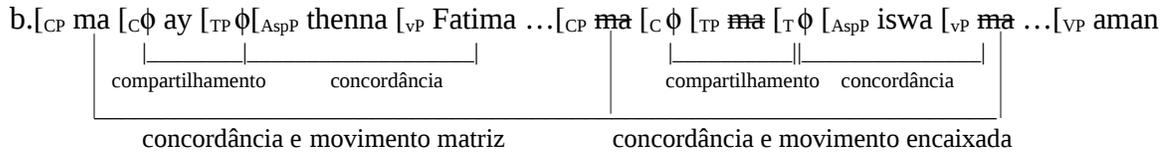
Se C porta um traço-*wh* ou similar, a aplicação de *doação* dos traços- $\phi$  de C para T causará o fracasso da derivação. Como uma estratégia de ‘conserto’, *retenção* aparece no processo derivacional, e então C não doa/transfere seus traços para T. Sentenças *wh* ‘loais’, clivadas e relativas de sujeito são os contextos em que *retenção* participa (como consequência de AAE, segundo Ouali (2008)) – ver (16)a. e (16)b.:

- (16)a. ma ag swan aman  
 Quem COMP bebeu. água  
 PERF.Part  
 (AAE)  
 'Quem bebeu água?'
- b. [CP ma [C  $\phi$  ag [TP [AspP swan [VP ma [V ... [VP aman ]]]]]]  
 |  
 |retenção e concordância\_|  
 |movimento|

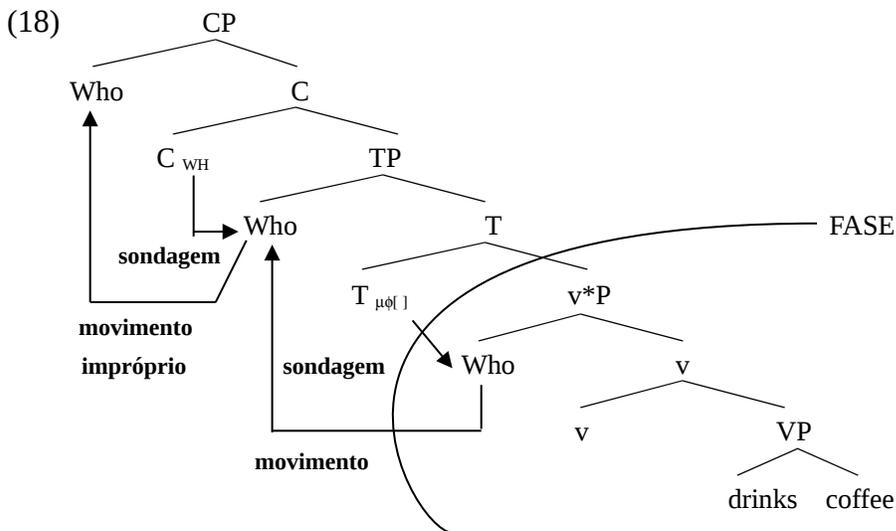
Por último, nas extrações de longa distância, a categoria C na sentença encaixada não carrega um traço-*wh* nem outro similar, transferindo então seus traços- $u\phi$  para T. Dessa maneira, a categoria C da sentença encaixada não pode adotar as estratégias *doação* e *retenção*, pois traços do sujeito ficariam sem ser valorados, resultando no fracasso da derivação. Como último recurso, se aplica então *compartilhamento* – ver (17)a. e (17)b.:

(17)a. ma ay thenna Fatima iswa aman  
 quem COMP 3sf.disse Fatima 3sm.bebeu água  
 PERF PERF

'Quem que Fátima disse que bebeu água?'

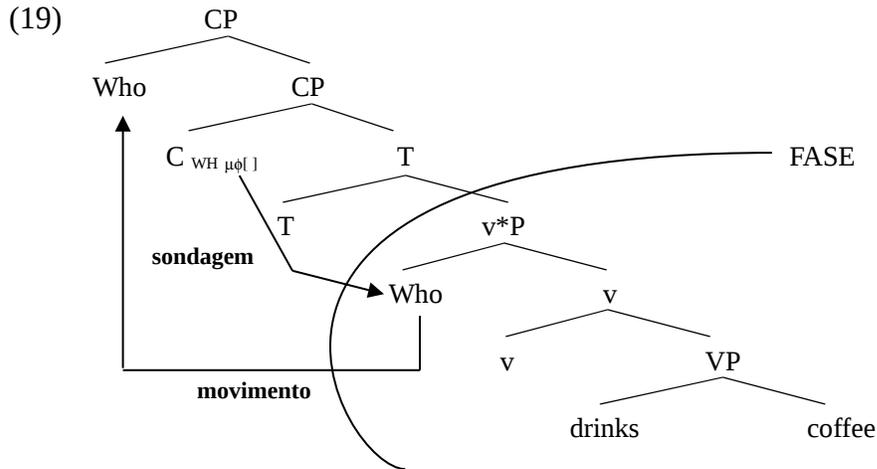


Em cima disso, Ouali (2008) argumenta que o processo derivacional da sentença do inglês *Who drinks coffee*, nos termos do que é proposto por Chomsky (2001, 2004)<sup>5</sup> é inadequada, pois deixa traços que precisam ser apagados sem serem valorados (traço-*wh* de C), fatalmente conduzindo a derivação ao fracasso. Dentro do processo de derivação, os traços não interpretáveis de C são transmitidos para T, e, sequencialmente, a sonda  $u\phi$  de T busca um DP em seu domínio de c-comando (no caso, o pronome *Who* em Spec-v), como representado em (18). *Who* valoriza os traços- $u\phi$  em T, recebendo Caso nominativo, e se move então para Spec-T, ficando inativo para o sistema. Prosseguindo desse modo, a derivação deverá fracassar, uma vez que *Who*, por ter seu traço de Caso já valorado, não poderá se mover para valorar o traço-*wh* não interpretável de C.



<sup>5</sup> Apesar de a argumentação de Ouali (2008) tomar como base a proposta de Chomsky (2001, 2004) em torno da derivação da sentença *Who drinks coffee* este trabalho assumirá a proposta de Chomsky (2008) para a organização do funcionamento das sondas no complexo C-T.

Para resolver este impasse, Ouali (2008) propõe que, se os traços não interpretáveis de C não forem transferidos para T, a derivação não fracassará, uma vez que a concordância se daria entre os traços- $u\phi$  presentes em C e o pronome *Who* detectado pela sonda  $u\phi$  - ver (19).



Como defenderei no capítulo 2, uma proposta de compartilhamento de traços- $u\phi$  no complexo C-T também parece ser adequada para a derivação das sentenças do PB analisadas nesta dissertação, embora a proposta que irei defender não esteja, do ponto de vista técnico, totalmente alinhada ao trabalho de Ouali (2008).

#### 1.4 A arquitetura das configurações de adjunção

Uma vez que o foco desta dissertação recai sobre a possibilidade de concordância da flexão verbal com sintagmas naturalmente interpretados como modificadores de constituintes verbais e nominais, será necessário assumir uma arquitetura para as configurações que envolvam a relação entre tais sintagmas e os constituintes por eles modificados. Em linhas gerais, irei assumir que, antes de ocupar a posição pré-verbal, os sintagmas *a porta* e *esse vestido* nas construções em (20)a. e (21)a. abaixo são internos, respectivamente, ao DP e ao VP, como esboçado em (20)b. e (21)b. Para tanto, irei explorar a proposta de Avelar (2006), baseada em Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), em torno da concatenação de adjuntos a termos nominais, estendendo-a para a adjunção a termos verbais.

- (20) a. A porta caiu a maçaneta.  
 b. ... caiu ... [<sub>DP</sub> a maçaneta [<sub>DP</sub> a porta ] ]
- (21) a. Essa saia aparece o joelho.  
 b. ... [<sub>VP</sub> aparece [<sub>DP</sub> o joelho ] [<sub>DP</sub> essa saia ] ]

Antes de abordar a proposta de Avelar (2006), cabe chamar a atenção para a noção de *adjunção sem rótulo*, adotada pelo autor a partir da proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006). Vou recorrer às considerações expostas em Hornstein (2009), trabalho posterior ao dos autores citados, para sintetizar considerações em torno dessa noção.

#### 1.4.1 Adjunção sem rótulo

Para Hornstein (2009, cap. 4), o modelo de adjunção proposto nos desenvolvimentos do PM por Chomsky (1995) é problemático no que diz respeito à tentativa de captar propriedades da adjunção em um sistema derivacional do tipo *Bare Phrase Structure*<sup>6</sup>. Um dos problemas observados está relacionado ao conceito de *projeção máxima*, definida como *categorias que não mais projetam*. No caso dos adjuntos, uma categoria máxima concatenada com um adjunto deverá projetar novamente uma nova categoria máxima, e permitir assim que o novo objeto sintático possa ser identificado. Eis aí o paradoxo: em termos representacionais, o núcleo do constituinte é exatamente o mesmo após a adjunção, fazendo com que a projeção máxima ao qual uma adjunção se aplica seja também uma projeção máxima. Mais precisamente, a proposta de

<sup>6</sup> De acordo com Hornstein (2009), o processo de rotulação dos adjuntos na teoria X-barra coloca em evidência cinco propriedades cruciais da adjunção, que devem ser captadas por modelos que pretendam dar conta desse fenômeno nas línguas naturais. Essas propriedades são:

I) A adjunção conservará o rótulo, enquanto que a complementação não o fará. Por exemplo, a união entre o VP 'read a book' em uma estrutura do tipo [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> read a book] quickly] in the yard] é formado pelo verbo 'read', um V<sup>o</sup>, e pelo DP 'a book', forma um VP e um outro V<sup>o</sup>;

II) Mesmo após a operação de adjunção, a informação categorial permanecerá intacta. Numa estrutura como [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> read a book] quickly] in the yard], o constituinte que recebe o adjunto é de natureza verbal (verbo 'read'), portanto o novo constituinte também será de natureza verbal (*quickly* e *in the yard* são interpretados como adjuntos adverbiais);

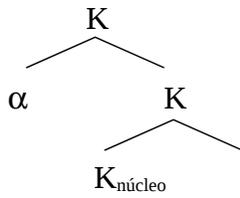
III) O núcleo da projeção resultante de uma adjunção é o mesmo da projeção anterior à adjunção, ou seja, o núcleo da adjunção fica preservado. Em uma estrutura do tipo [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> student of physics] from France], o X<sup>o</sup> (núcleo) corresponde ao NP 'student', que se mantém assim no decorrer do processo de adjunção;

IV) Cada uma dos possíveis VPs em [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> [<sub>VP</sub> read a book] quickly] in the yard] é uma projeção máxima independente ( [<sub>VP</sub> read a book], [<sub>VP</sub> read a book quickly] e [<sub>VP</sub> read a book quickly in the yard]);

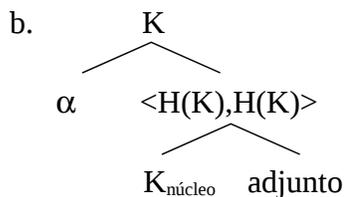
V) O processo de adjunção é ilimitado, no sentido de que um verbo pode ter 'n' adjuntos, enquanto, geralmente, não possui mais do que dois complementos.

Chomsky (1995) estipula que a adjunção forma um objeto diferente em relação a uma operação que forma o objeto  $L = \{H(K), \{\alpha, K\}\}$ , onde  $H(K)$  é o núcleo (e o rótulo) do elemento projetado  $K$  - ver (22). Para a adjunção,  $L$  é uma categoria de dois segmentos, não uma nova categoria, e portanto deve haver um objeto construído a partir de  $K$  que tenha rótulo diferente de seu núcleo  $H(K)$ , que, para Chomsky, é o par ordenado  $\langle H(K), H(K) \rangle$ . Sendo assim, a estrutura de adjunção seria do tipo  $L = \{\langle H(K), H(K) \rangle, \{\alpha, K\}\}$ , levando-se em consideração que o par ordenado  $\langle H(K), H(K) \rangle$ , rótulo de  $L$ , não é idêntico ao núcleo de  $K$  - ver (23)a., (23)b., e (23)c. Em outras palavras, o núcleo da estrutura de adjunção é diferente do núcleo ao qual o adjunto se concatenou.

$$(22) L = \{H(K), \{\alpha, K\}\}$$



$$(23)a. L = \{\langle H(K), H(K) \rangle, \{\alpha, K\}\}$$



$$c. [\langle x, x \rangle [\langle x, x \rangle [X(P) \dots X^0 \dots] adjunct] adjunct] - \text{Hornstein (2009)}$$

No intuito de romper com o caráter estipulativo da noção de adjunção em *Bare Phrase Structure*, Hornstein (2009) propõe que a concatenação de dois constituintes nem sempre é seguida da operação *rotular*, essa sendo a situação que caracteriza a entrada de adjuntos na computação sintática. O autor considera que duas operações são relevantes para compor estruturalmente um constituinte - *Concatenar* e *Conectar*. A operação *Concatenar* une dois objetos *atômicos* (ou seja, que são capazes de atuar como uma unidade linguística por si só),

formando *um complexo não atômico*. Já a operação *Conectar* transforma o complexo não atômico produzido por *Concatenar* em um novo objeto atômico, resultando na atribuição de rótulo para esse objeto.

Os esquemas em (24) e (25) a seguir ilustram as duas operações: em (24), X e Y são *concatenados*, formando um complexo não atômico (a concatenação é notacionalmente sinalizada pelo símbolo “ ^ ”); em (25), X e Y são *conectados* e passam a formar um objeto atômico, com a produção de um rótulo que deverá corresponder a X ou Y (no caso, considere-se que o novo objeto tenha a natureza de X).

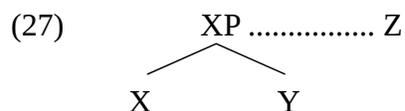
(24)  $X^{\wedge}Y$

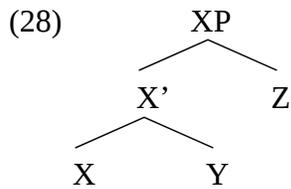
(25)  $[_x X^{\wedge}Y]$

Dessa perspectiva, se um elemento Z se concatena ao objeto  $[_x X^{\wedge}Y]$ , ele ficará ‘pendurado’, sem ser integrado ao complexo já formado, como nas representações em (26) a seguir.

(26)  $[_x X^{\wedge}Y]^{\wedge}Z$

Em linhas gerais, Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) exploram a ideia de que a concatenação de constituintes não argumentais nem sempre é seguida da operação *Conectar*, produzindo o que se pode chamar de *adjunção sem rótulo*. Esse é o caso da representação em (26), ilustrada em árvore na representação em (27) a seguir, com a concatenação de Z e X não produzindo nenhum rótulo. Se a operação for seguida de *Conectar*, o resultado é aquele em (28): X e Y passam a compor um objeto atômico, com X sendo projetado e Y entrando numa relação do tipo Spec-Head com X.

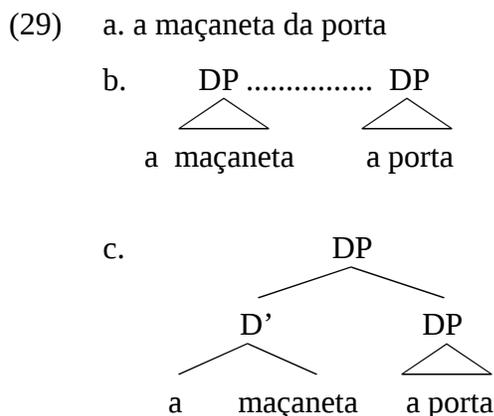




Irei assumir a noção de adjunção sem rótulo, considerando a distinção entre *Concatenar* e *Conectar*, nos termos de Hornstein (2009). Essa ideia foi previamente explorada por Avelar (2006) em sua tese de doutoramento, que versa sobre adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro, tópico abordado a seguir.

#### 1.4.2 Adjuntos de projeções nominais e verbais

Assumindo a noção de *adjunção sem rótulo*, Avelar (2006) argumenta que adjuntos adnominais introduzidos pela preposição *de* não devem ser tratados como constituintes preposicionados, mas sim como DPs/NPs que recebem a preposição tardiamente no componente morfofonológico. De acordo com Avelar, adjuntos adnominais introduzidos por *de* (como o termo *da porta* em (29)a.) se concatenam ao constituinte que modificam (como *a maçaneta*) ainda sem a preposição, tal como em (29)b. Se a concatenação dos dois DPs for seguida da operação *Conectar*, o resultado é a projeção do núcleo D (o determinante *a*) do DP *a maçaneta*, com o modificador *a porta* ocupando a posição de especificador, tal como ilustrado em (29)c.



A partir da configuração em (29)c, Avelar deriva construções como a apresentada em (30)a, na qual o constituinte-*wh* é movido de uma posição interna ao DP – ver (30)b. O autor

destaca que, à luz de pressupostos minimalistas, essa implementação seria impossível caso fosse assumida a noção clássica de adjunção para a concatenação de *a porta* como um modificador de *a maçaneta*.

- (30) a. *(De) Qual porta* que a maçaneta precisa ser trocada?  
 b.  $[_{DP} \text{ qual porta } ]_i$  que  $[_{DP} \text{ a maçaneta } t_i ]_j$  precisa ser trocada  $t_j$

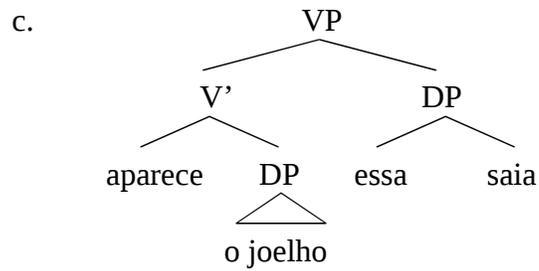
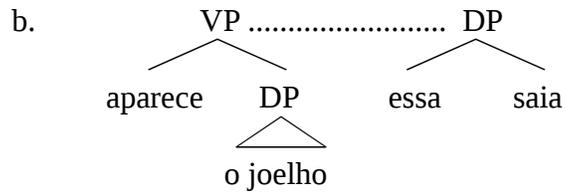
Tendo em vista que boa parte dos dados analisados neste trabalho envolve a concordância com um constituinte que pode ser associado a interpretações normalmente atribuídas a adjuntos adnominais, será aqui assumida a proposta de Avelar (2006) para a configuração de DPs em função adnominal. Essa assunção implica a possibilidade de sintagmas não argumentais internos a constituintes nominais serem alvos de sondas desencadeadas, por exemplo, por traços- $u\phi$ . Essa propriedade não seria possível dentro da noção clássica de adjunção, em que elementos adjungidos (ao contrário de elementos em posição de especificador e complemento) não podem ser detectados por sondas. De maneira ilustrativa, apresento em (31) a seguir o movimento de um constituinte não argumental em posição adnominal para domínios do complexo C-T. Voltarei a estas representações (e seus detalhes) no capítulo 3.

- (31) Os celulares acabaram a bateria
- $[_{CP-TP} \text{ Os celulares } [_T \text{ acabaram } [_{VP} \text{ acabar- } [_{DP} [_{D'} \text{ a } [_{NP} \text{ bateria } ] ] ] ] ] ] ]$
- |-----|  
 movimento do DP 'Os celulares' para o complexo C-T  
 (O DP já se encontra na margem da fase, dada a configuração assumida em (29c)).

Embora discuta de maneira ampla questões sobre a configuração e derivação de adjuntos com função adnominal, Avelar (2006) não faz menção direta a termos em função adverbial, apesar de explorar essa possibilidade em outro trabalho (Avelar (2004)) ao tratar de constituintes locativos preposicionados, sugerindo que algumas preposições introdutoras de adjuntos adverbiais podem ter sua matriz fonológica inserida pós-sintaticamente. Mediante isso, irei explorar a proposta de adjunção sem rótulo também para constituintes adverbiais. Assim, na derivação da construção em (32)a. a seguir, o constituinte *essa saia* é inicialmente concatenado

ao VP, como em (32)b. Na sequência, a operação *Conectar* se aplica, produzindo a configuração em (32)c., com o sintagma *essa saia* passando a ocupar a posição de especificador, o que garante a possibilidade de ele ser detectado por uma sonda.

(32) a. Essa saia aparece o joelho



## 1.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentei os pressupostos teóricos nos quais este trabalho se assenta (arcabouço da Teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão minimalista) e os pressupostos ligados a trabalhos específicos a serem considerados para as análises desenvolvidas ao longo desta dissertação (Chomsky, 2008; Ouali, 2008, Avelar (2004, 2006)). Abordei mais de perto as implementações de Chomsky (2008) em torno da noção de herança de traços nos complexos C-T e v-V, bem como a noção de traço-borda e seus efeitos na distinção entre movimento/posição A e movimento/posição A-barra. Sobre o trabalho de Ouali (2008), que propõe um sistema alternativo de organização dos traços- $u\phi$  no complexo C-T, assumi com esse autor a possibilidade de C *doar*, *reter* ou *compartilhar* seus traços- $u\phi$  com T. Também assumi, nos termos de Hornstein (2009), a oposição entre *Concatenar* e *Conectar*, que está na base da noção de *adjunção sem rótulo*, explorada por Avelar (2006) no tratamento de propriedades demonstradas por adjuntos adnominais. Irei considerar, assim, que modificadores de nomes e verbos podem ocupar a posição de especificador da projeção em que se encontram se a sua concatenação em tal projeção for seguida da operação *Conectar*.

### Propostas anteriores

Neste capítulo, apresento algumas propostas anteriores em torno de aspectos que interessam ao estudo do fenômeno abordado nesta dissertação - a concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais, também chamada de *concordância com o tópico*. Dada a limitação do escopo deste trabalho, não é possível tratar, de forma exaustiva, dos estudos sobre topicalização no português brasileiro. Irei, assim, me concentrar naqueles que abarcam, de forma mais direta, pontos de interesse para a hipótese a ser delineada no próximo capítulo. O presente capítulo se estrutura da seguinte forma: em 2.1, é apresentado o trabalho pioneiro de Pontes (1987) sobre a topicalização no PB; em 2.2, abordo o trabalho de Figueiredo Silva (1996), que se ocupa de posições possíveis para o sujeito no PB; em 2.3, 2.4 e 2.5, destaco, respectivamente, os trabalhos de Galves (1998), Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Navas (2012), que propõem implementações em torno das construções que interessam mais de perto a esta dissertação; em 2.6, apresento uma síntese do capítulo.

#### 2.1 Pontes (1987) – O Tópico no Português do Brasil

O trabalho de Pontes (1987), intitulado *O tópico no Português do Brasil*, é considerado um dos estudos seminais sobre a topicalização no PB. O aporte teórico explorado segue os estudos de base funcionalista do momento em que Pontes desenvolveu seu trabalho. De dentro desse aporte, a autora busca traçar uma descrição das construções de tópico e de suas dificuldades de explicação à luz dos desenvolvimentos teóricos existentes naquele momento, ressaltando que um estudo que se disponha a trabalhar de forma adequada deve ter em mente que “a análise dessas construções tópicas nos coloca inevitavelmente no nível do discurso [...] Forçosamente sente-se a necessidade de ultrapassar os limites de uma análise estritamente sintática” (PONTES, 1987, p. 40).

A autora observa ocorrências de construções de tópico no português falado e no português escrito de autores consagrados nos mais diversos contextos sintáticos, seguindo para uma comparação desses dados com ocorrências semelhantes em línguas como o chinês, lahu e

japonês. A partir disso, Pontes tece um debate sobre essas construções, passando pelo confronto entre análises por outras vertentes teóricas (gramática gerativa) e culminando em questões relacionadas às dificuldades para o ensino de português em virtude do fenômeno estudado. Provavelmente em função do aporte teórico, não são desenvolvidas formalizações sobre os fatos analisados, o que faz com que os dados sejam tratados em um nível mais discursivo. Apesar disso, o trabalho como um todo apresenta observações relevantes sobre as construções de tópico em PB, incluindo as construções que apresentam concordância com sintagmas não argumentais, tratadas como *concordância com tópico* pela autora (ou também como *sentenças de tópico-sujeito*).

O destaque para o trabalho de Pontes (1987) está na defesa de que o PB é uma língua de proeminência de tópico. A autora procura sustentar seu argumento listando propriedades do PB que são normalmente encontradas em línguas com esse estatuto.<sup>7</sup> Por exemplo, orações que comportam um tópico podem ser afirmativas, exclamativas, interrogativas, negativas, e o tópico pode ter diversas funções sintáticas na sentença, podendo ser inclusive uma oração inteira ou mesmo ter sua função sintática ligada a uma oração encaixada, como listado a seguir:

(1) Sujeito (incluindo os casos de ‘duplo sujeito’) – Pontes (1987, p. 12, 19), seguindo a nomenclatura da autora

a. *Os livros, eles estão em cima da mesa.*

<sup>7</sup> Li & Thompson (1976) dividem as línguas naturais em quatro tipos, conforme nelas predominem as noções de *sujeito e predicado* e *tópico e comentário*: Tipo I – Línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como sujeito e predicado. Ex: línguas indo-europeias; Tipo II – Línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como tópico e comentário. Ex: chinês, lahu; Tipo III – Línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que as duas possibilidades são possíveis. Ex: japonês; Tipo IV – Línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, em que as duas possibilidades se misturam, e que já não é mais possível distinguir ambas. Ex: tagalog. Além disso, para esses autores, o tópico apresenta características distintas nessas línguas: i) definitude – o tópico é sempre definido, enquanto o sujeito pode ser indefinido; ii) relações seletivas – o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo, enquanto que o sujeito precisa; iii) o verbo determina o sujeito, mas não o tópico; iv) papel funcional – o papel funcional do tópico é constante através das sentenças; v) concordância verbal – o sujeito concorda com o verbo, e o tópico não; vi) posição inicial na sentença – o tópico sempre estaria nesta posição; e vii) processos gramaticais – os processos gramaticais internos à sentença que envolvem o sujeito não são compartilhados com o tópico. Ex: passivização, reflexivização, formas imperativas, etc. Pontes também cita algumas das características das línguas de tópico elencadas por Li & Thompson (1976), que são: i) a construção passiva é marginal, ou não existe, ou é rara na fala; ii) sujeitos ‘vazios’ como *it* em inglês e *il* em francês não são encontrados nas línguas de tópico; iii) existência de sujeitos duplos; iv) controle de correferência – em uma língua de tópico, é o tópico, e não o sujeito, que controla a correferência; v) não há restrições sobre o que pode ou não ser tópico; e vi) as sentenças de tópico nas línguas de tópico são as formas básicas, e não devem ser consideradas derivações de outras sentenças. Para maiores detalhes das características aqui exibidas, sugiro a leitura integral do trabalho da autora.

- b. *A Maria, essa não quer nada com o serviço.*
- c. *Eu, eu não quero saber dela.*
- d. *Os nossos alunos, cumé que eles estão recebendo?*
- e. *Essas regras, sejam da base, sejam da ES, elas são construídas...*
- f. *Essa competência, ela é de natureza mental.*
- g. *Carlos André, quando quer alguma coisa, não sossega enquanto não consegue.*

(2) Objeto Direto – Pontes (1987, p.18), seguindo a nomenclatura da autora

- a. *Esse negócio de tópico eu tô examinado desde o semestre passado.*
- b. *Esse negócio o prazo acaba.*
- c. *Isso eu tenho uma porção de exemplos.*
- d. *Dessa cerveja eu não bebo.*

(3) Objeto Indireto – Pontes (1987, p.18), seguindo a nomenclatura da autora

- a. *Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco.*
- b. *A Joana não se deve confiar.*
- c. *Os seus exemplos eu não acredito mais não.*

(4) Complemento nominal – Pontes (1987, p.19), seguindo a nomenclatura da autora

- a. *Isso aí eu tenho dúvida.*

(5) Adjunto circunstancial – Pontes (1987, p.19), seguindo a nomenclatura da autora

- a. *Qualquer elemento você pode fazer isso (com...).*

(6) Adjunto Predicativo – Pontes (1987, p.19), seguindo a nomenclatura da autora:

- a. *Banana ouro – é a única banana que eu gosto.*

(7) Orações comportando tópico – Pontes (1987, p.24), seguindo a nomenclatura da autora:

- a. *O projeto da medicina é o Banco Mundial que financia.* - afirmativa
- b. *Ô Luís André, e seu pé, como é que vai aquele machucado?* - interrogativa

c. *Ô Hélio, a carne, como aumentou, hein!?* - exclamativa

d. *Esse moço parece que ele é da Colômbia.* – tópico como elemento da oração subordinada

Em suas análises, Pontes (1987) defende que encarar esses exemplos como topicalização via movimento é incoerente (como faz a gramática gerativa), pois a relação entre o tópico e a sentença é somente semântica, devendo o tópico funcionar em um sistema correspondente ao das línguas de tópico em que se estabelece um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir. Em outras palavras, para autora, as sentenças em (9) e (10) a seguir devem ser analisadas como tipos básicos sentenciais em que se quer explicar ao interlocutor que se vai nomear um determinado objeto, focando sua atenção nele, para em seguida, falar desse objeto. Dessa perspectiva, não se poderia substituir tais sentenças por estruturas equivalentes não topicalizadas em um mesmo contexto, pois, ao se considerar o contexto no qual aparecem, muitos dos enunciados de tópico sequer teriam o mesmo sentido que teriam se o tópico tivesse sido gerado em uma posição à direita, ou mesmo estivesse em uma posição à direita. Como evidência para sua afirmação, a autora observa que sentenças do PB como aquelas em (9) e (10) têm comportamento semelhante às sentenças em (8) do lahu e do chinês mandarim, o que a leva a defender que a interpretação (semântica) do tópico acaba sendo conduzida para uma dependência do contexto do discurso ou do contexto pragmático.

(8) a. *Nei-xie shùmu shù-shén dà* (mandarin) – Pontes (1987, p. 13)

Aquelas árvores os troncos grandes  
|Aquelas árvores|, |os troncos são grandes|  
**tópico**                      **comentário**

b. *Nei-chang huó xāngkui xiao-fang-wei lái de kuài* (lahu) – Pontes (1987, p. 13)

aquele-class fogo feliz      corpo de      veio adv. rápido  
   bombeiros  
|Aquele fogo| |felizmente o corpo de bombeiros veio rápido|  
**tópico**                      **comentário**

(9) a. *|Essa bolsa|, |as coisas somem aqui dentro|* – Pontes (1987, p. 13)

**tópico**                      **comentário**

b. *|As cadeiras optativas|, |cê precisa ter um bom conhecimento primeiro|* – Pontes (1987, p.13)

**tópico**                      **comentário**

c. |*O Mardônio*|, |*o carro dele furou o pneu...*| – Pontes (1987, p. 13)  
tópico comentário

- (10) a. Esse carro cabe 60 l. de gasolina.  
b. Essa casa bate bastante sol.  
c. Essa Belina deita o banco, sabe.  
d. Essas casas batem muito sol.  
e. Meus carros furaram o pneu. Pontes (1987, pp. 34-36)

Pontes (1987) também observa que sentenças como em (10) acabam por ser confundidas com sentenças SVO no PB, mesmo com o sujeito estando posposto, e o tópico estando na posição inicial da oração. É possível, inclusive, que o tópico estabeleça concordância com o verbo – ver (10)d. Se o elemento posposto entra em concordância com o verbo, a sentença se torna agramatical, aumentando ainda mais a impressão de que, em vez de tópico e comentário, as sentenças em (10) teriam estrutura SVO, mesmo nos casos de verbos impessoais como *ventar* – ver (11):

- (11) a. Meu carro furaram os pneus (sem a pausa prosódica)  
b. Essas janelas não ventam muito Pontes (1987, p. 36)

A confusão entre tópico e sujeito é ainda maior em sentenças com um verbo que exprime ação e trazem um sujeito não animado, além de um objeto, o que vale também para sentenças com verbos impessoais – ver (12).

- (12) a. Eu não sabia que essa camisa quebrava tanto botão  
b. O botão saiu da camisa  
c. Essa cadeira quebrada machucou meu pé  
d. Aquela barraca lá não tem ninguém não Pontes (1987, pp. 38-39)

Para Pontes, construções com sujeito não animado parecem ser paralelas a sentenças nas quais um elemento que não costuma ser agente ocorre em posição de sujeito – ver (13). Segundo

a autora, essas frases não pareceriam estranhas se fossem analisadas como tópico e comentário, já que não se estaria considerando uma estrutura do tipo agente-verbo-paciente, mas sim tópico e comentário.

- (13) a. A porta fechou  
b. O copo quebrou Pontes (1987, p. 38)

Além disso, em alguns contextos, o tópico só pode ser licenciado com uma pausa, o que conduz à diferença entre tópicos que concordam com o verbo e ‘tópicos puros’ (por exemplo, sentenças de duplo sujeito em (1)), aumentando ainda mais a impressão de que as sentenças em (10)-(13) são do tipo SVO. Os fatos em (14) a seguir ilustram esse contraste.

- (14) a. \*Essa casa bastante sol bate.  
b. \*O jasmim as pontas amarelou (sem a pausa prosódica).  
c. Essa casa aí, floriram os bougainvilles depois de todo mundo. Pontes (1987, p. 36)

Duas propostas são apresentadas para explicar a estruturação das frases em que o tópico concorda com o verbo (ou *sentenças de tópico-sujeito*). A primeira parte da ideia de que tais frases estariam no “meio” de uma escala que tem as sentenças de tópico do tipo duplo sujeito, de um lado, e as sentenças de sujeito e predicado, de outro. Haveria, nas sentenças de tópico-sujeito, uma mistura de tópico com sujeito e comentário com predicado, e como o tópico está na posição do sujeito, que é a primeira da oração, e o “sujeito” está na posição do objeto (após o verbo), acaba-se por confundir estas frases com as frases de estrutura SVO, justificando a concordância com o tópico-sujeito. Uma evidência para isso seria a concordância entre o verbo e o sujeito posposto nas sentenças em que não há um tópico

- (15) a. Amarelaram as pontas do jasmim  
b. Cresceram os pés do Carlos Antônio  
c. Nasceram os dentes da Sarinha Pontes (1987, p. 37)

A segunda hipótese, parecida com a primeira, propõe que o PB coloquial seja uma língua como o chinês, língua na qual o significado gramatical de sujeito e predicado é tópico e comentário, em vez de ator e ação. Para Pontes (1987), essa afirmação pode ser considerada válida no contexto das sentenças estudadas em seu trabalho, pois, como se nota, em nenhuma das sentenças relevantes existe algum tipo de relação agente e paciente, ou ator e ação, já que, em construções do tipo *A Sarinha tá nascendo o dente* ou *O Carlos Alberto cresceu o nariz*, nenhum dos dois elementos pré-verbais pode ser interpretado como agente, mesmo se forem “sujeitos”.

## **2.2 Figueiredo Silva (1996) – A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas**

O trabalho de Figueiredo Silva (1996) tem por objetivo esboçar uma análise da posição sujeito em PB, passando não só pela tentativa de estabelecer posições possíveis para o sujeito de uma sentença finita, mas também pelo trabalho teórico de elucidação dos meios utilizados pelo PB para garantir a interpretação adequada de sujeitos nulos nas sentenças finitas e infinitivas.

Especificamente sobre o tópico no PB, a autora sugere que a estrutura em (17), proposta por Rizzi (1993/1994 – nota de curso citada pela autora)<sup>8</sup>, é uma opção mais promissora para a análise das sentenças em (16), com o DP pré-verbal se movendo para a posição de especificador do TopP mais baixo. A evidência para isso é a ausência de restrição do movimento-QU, como mostrado em (18).

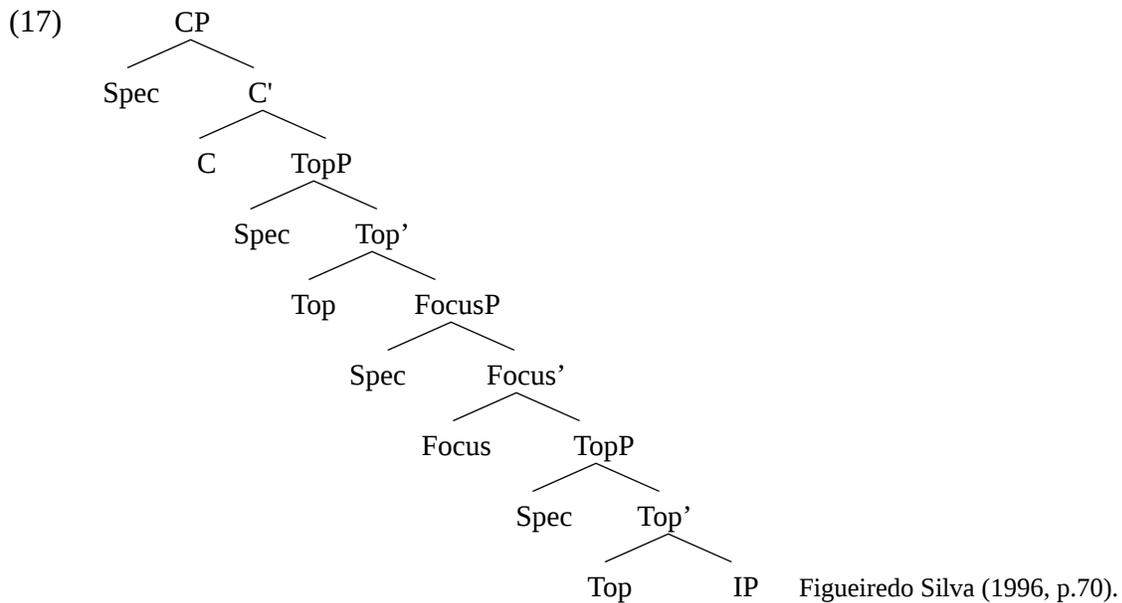
(16) a. Minhas gavetas não cabem mais nada

b. Essa casa batia mais sol antes

Figueiredo Silva (1996, p.71)

---

<sup>8</sup> Mais informações sobre a proposta de organização da estrutura da periferia esquerda da sentença podem ser encontradas no trabalho de Rizzi (1997).



- (18) a. Como que o Passat sempre cabe tanta coisa?  
 b. Quando que essa casa batia mais sol? Figueiredo Silva (1996, p.73).

A autora não estende sua análise para sentenças com redobramento do sujeito, o que se justifica pela agramaticalidade do movimento-QU em algumas das construções reproduzidas em (19) e (20). Essa agramaticalidade leva a autora a traçar toda uma discussão que passa pelo contraste entre tópico e foco e suas respectivas posições na estruturação das sentenças na tentativa de demonstrar, mesmo sem oferecer uma análise final, que o fenômeno do redobramento do sujeito parece englobar questões complexas ligadas a essas posições. A autora sugere que quem se ocupar dessas discussões deve, entre outras coisas, voltar sua atenção para este contraste.

- (19) a. A Maria<sub>i</sub>, ela quase<sub>i</sub> morreu de medo  
 b. A Maria<sub>i</sub>, quem que ela<sub>i</sub> encontrou?  
 c. \*Quem que a Maria<sub>i</sub>, ela<sub>i</sub> encontrou? Figueiredo Silva (1996, p.70)

- (20) a. O Antônio<sub>i</sub>, o final de semana dele<sub>i</sub> começa na quinta.  
 b. Quando que o Antônio<sub>i</sub>, o final de semana dele<sub>i</sub> começa?

- c. A Maria<sub>i</sub>, eu sempre vejo (ela<sub>i</sub>)
- d. ?\*Onde que a Maria você sempre vê?
- e. O João<sub>i</sub>, eu nunca mais falei com ele.
- f. Por que que o João<sub>i</sub> você nunca mais falou com ele<sub>i</sub>? Figueiredo Silva (1996, p.71).

A hipótese a ser delineada no capítulo 3 irá permitir uma análise alternativa para justificar a agramaticalidade de construções como aquelas em (19c) e (20d), a partir da ideia de que o tópico, no PB, pode ocupar a posição de Spec-C, naturalmente destinada a constituintes-*wh*.

### 2.3 Galves (1998) – Tópicos, Sujeitos, Pronomes e Concordância no PB

Adotando pressupostos minimalistas, Galves (1998) propõe que particularidades sintáticas relativas à parametrização da categoria que ela denomina *Pessoa* são responsáveis pelas diferenças entre o PB e as demais línguas românicas no que diz respeito a fenômenos ligados ao tópico (possibilidade de concordância entre um tópico em um verbo, possibilidade de um verbo transitivo trazer apenas o DP argumento interno em posição pré-verbal sem marca flexional indicando modificação na projeção da estrutura argumental, entre outros).

Primeiramente, Galves (1998) observa que, no PB, em frases como (21), um verbo transitivo (*encerar*) pode trazer seu DP argumento interno (*carpete de madeira*) em posição pré-verbal, sem que seja necessária a presença de uma marca flexional indicando modificação na projeção da estrutura argumental desse verbo.

(21) Carpete de madeira não encera. Galves (1998, p.20)

Ao mesmo tempo, em frases como (22), um verbo ergativo (*bater*) pode trazer um DP pré-verbal (*essa casa*) que não pode ser interpretado como agente ou causa do processo expresso pelo verbo *bater*, mas como um elemento que é interpretado como locativo (adjunto adverbial de lugar). De maneira semelhante, em (23), um verbo traz um DP em posição pré verbal (*o relógio*) nas mesmas condições que (22), com a diferença de que este DP é interpretado como adjunto (adnominal) do complemento do verbo ergativizado *quebrar*.

(22) Essa casa bate sol

(23) O relógio quebrou o ponteiro retirado de Galves (1998, pp. 19-20)

Nas outras línguas românicas, tipos oracionais como o listado em (21) precisam trazer uma marca flexional no verbo que legitime a ausência de projeção do argumento externo do verbo e o alçamento do argumento interno – ver (24); ao mesmo tempo, tipos oracionais como (22) e (23) são impossíveis. Isto pode ser tomado como um indício que distingue o PB dessas outras línguas, fazendo com que a variedade brasileira do português possa ser incluída no rol das *línguas de proeminência de tópico*, como já proposto por Pontes (1987).

(24) Carpete de madeira não se encera Galves (1998, p.20)

O trabalho de Galves (1998) se estrutura, então, na elaboração de um proposta para caracterizar as propriedades das categorias funcionais do PB que legitimam estruturas subjacentes às sentenças em (21)-(23). A autora demarca uma divisão entre *tópicos sujeitos* e *tópicos não sujeitos*, com base na observação da distribuição complementar entre a concordância do tópico com o verbo (*Essas casas batem sol*) e a presença de um pronome lembrete (*Essa casa, bate sol nela*). Em linhas gerais, Galves propõe que uma estrutura se configura como *tópico sujeito* se estiver enquadrada nas seguintes propriedades:

(25) Não há pronome lembrete retomando o NP anteposto

*Esta casa bate muito sol.*

*\*Esta casa bate muito sol nela.*

*Estas casas batem muito sol.*

*\*Estas casas batem muito sol nelas.* Galves (1998, p.21)

(26) Não há concordância entre o verbo e o NP pós-verbal

*?? Este carro cabem muitas pessoas nele.* Galves (1998, p.22)

(27) O argumento externo do verbo está ausente.

*?? Esta estante o João põe muita coisa.* Galves (1998, p.22)

(28) Quando o NP anteposto e o NP posposto estão numa relação genitiva, deve haver uma interpretação semântica parte/todo entre eles.

*Quebrou o pé da mesa.*

*A mesa, quebrou o pé dela.*

*A mesa quebrou o pé.*

*O pote dessa mesa quebrou.*

*? Essa mesa, quebrou o pote dela.*

*\* Essa mesa quebrou o pote* Galves (1998, p.22)

Galves também observa que estruturas como a exemplificada em (29) a seguir são ambíguas, devido à presença de pronomes nulos sujeito e objeto no PB. Em um dos sentidos, o NP *a cueca de dinossauros do Calvin* é o sujeito, como na paráfrase em (30). No outro sentido, o NP *a cueca de dinossauros do Calvin* é um tópico, e o verbo tem seu argumento projetado como um pronome nulo de interpretação arbitrária; parafraseada como em (31), a sentença em (29) torna-se uma construção topicalizada com sujeito indeterminado. Essa segunda observação revela outra característica definidora do PB como língua de tópico, que é a interpretação arbitrária do sujeito nulo em frases com tempo.

(29) A cueca de dinossauros do Calvin está lavando

(30) A cueca de dinossauros do Calvin está sendo lavada

(31) A cueca de Dinossauros do Calvin, esta se lavando Galves (1998, p.23)

Galves (1998) também chama atenção para o fato de que as construções de pronome lembrete do PB são diferentes de suas contrapartidas análogas nas outras línguas românicas. Esses três pontos – a existência do tópico sujeito, a interpretação arbitrária do sujeito nulo, e a organização distinta das construções de pronome lembrete – são as bases que justificam a

proposta da autora para a estrutura da oração do PB. A análise para as construções do PB em (21), (22) e (23) é formulada a partir de duas hipóteses: (i) há um traço formal AGR parametricamente associado às categorias funcionais, responsável por forçar e legitimar as relações Especificador/Núcleo; e (ii) há uma categoria entre as projeções C e T – no caso, a categoria funcional *Pessoa*. A escolha da categoria *Pessoa* se embasa no preenchimento dos requisitos de interpretabilidade em Forma Lógica impostos por Chomsky sobre as categorias funcionais, pois *Pessoa*, por ser uma categoria dêitica possível de ser comparada a *Tempo*, certamente contém traços interpretáveis mapeáveis; além disso, a marcação de *Pessoa* no verbo estabelece, em várias línguas ergativas, uma divisão entre marcação nominativa-acusativa e ergativa-absolutiva. Juntamente com a adoção dessas duas hipóteses, é proposto que os traços formais associados a *Pessoa* são traços- $\phi$  não interpretáveis, o que, por consequência, força o movimento de outros traços- $\phi$  para checá-los. Esta checagem é realizada ou pelos traços- $\phi$  de algum sintagma no especificador de *Pessoa*, o que depende da presença de AGR em *Pessoa*, ou por traços- $\phi$  que se movem para o Núcleo de *Pessoa* pelo movimento visível do verbo, que leva seus traços, ou ainda pelo movimento invisível de traços se movendo autonomamente. Galves dá mais um passo para fundamentar a sua análise, explorando a ideia de que pronomes são traços- $\phi$  interpretáveis: a autora toma como evidências suplementares o fato de que os clíticos, ao contrário dos determinantes, são totalmente desprovidos de interpretação referencial, podendo remeter a um adjetivo ou a uma oração (predicados), tal como no francês *Je le sais* (Eu o sei), ou *Belle, elle ne l'a jamais été* (Bela, ela nunca o foi), e que pronomes podem ser assimilados aos elementos de concordância, como na retomada pronominal do sujeito em sentenças do tipo *Essa competência, ela é de natureza mental*. A explicação apresentada para o fenômeno que ocorre nas sentenças em (21), (22) e (23) se apoia na seguinte parametrização das categorias funcionais do PB:

- (32) **Pessoa: -V; -AGR**  
**Tempo: +V; +AGR** Galves (1998, p.28)

Os traços -V e -AGR em *Pessoa* significam que o verbo não pode se mover até esta

categoria no PB nem forçar uma relação do tipo Especificador-Núcleo, e +V e +AGR em Tempo indicam o oposto. A raiz do comportamento diferenciado do PB no que diz respeito às estruturas de topicalização está ligada à caracterização de *Pessoa*, pois a ausência de traços-V e de AGR nesta categoria impede que seus traços- $\phi$  sejam checados em consequência do movimento do verbo ou também em consequência do movimento do sujeito, restando, como única alternativa, o movimento invisível de traços pronominais, o que explica, segundo a autora, a recorrência de estruturas deslocadas no PB. Desse modo, toda oração do PB acaba por ser uma construção de deslocamento, o que é devido ao fato de que AGR e os traços- $\phi$  não são carregados pela mesma categoria. Mediante isso, as sentenças em (21), (22) e (23) podem ser derivadas da seguinte forma:

(33) [<sub>PersP</sub>  $\phi_i$  [<sub>TP</sub> V<sub>i</sub> ]]

(34) [<sub>PersP</sub> NP<sub>j</sub> [<sub>PersP</sub>  $\phi_i$  [<sub>TP</sub> V<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]] Galves (1998, p.30)

Na representação em (33), o traço AGR de Tempo pode ser checado no especificador de *Pessoa*, uma vez que a cadeia entre o verbo e o núcleo de *Pessoa*, criada pelo movimento dos traços- $\phi$  do verbo, torna a projeção de *Pessoa* a projeção de Tempo também; essa condição legitima o movimento de um NP para essa posição, produzindo (34), a estrutura subjacente para as sentenças de *tópico-sujeito*. A derivação em (35), subjacente às orações com pronome lembrete (*Essa casa, bate sol nela*), contrasta com (34):

(35) [<sub>PersP</sub> esta casa [<sub>PersP</sub>  $\phi_i$  [<sub>TP</sub> pro<sub>expl</sub> bate sol nela<sub>j</sub> ]]] Galves (1998, p.30)

Em (35), os traços- $\phi$  de *Pessoa* são checados pelos traços- $\phi$  do pronome lembrete, e os traços do verbo não entram em configuração de Especificador/Núcleo com o NP pré-verbal, o que deriva a distribuição complementar entre o pronome lembrete e concordância, estruturada na dependência da projeção de um Especificador para Tempo. Dito de outro modo, se Especificador estiver presente em Tempo, apenas os traços- $\phi$  do pronome podem checar *Pessoa*, e se Especificador de Tempo estiver ausente, os traços do verbo sobem, estendendo a projeção de

Tempo e fazendo com que o pronome lembrete e o NP pré-verbal fiquem no mesmo domínio de ligação. Isso desencadeia a violação do Princípio B, o que explica a incompatibilidade do aparecimento de ambos em uma mesma derivação.

Por último, a ambiguidade em (29), reescrita em (30) e (31), tem origem no fato de que o sujeito nulo de frases com tempo pode receber em PB uma interpretação arbitrária, como já foi dito. Galves (1998) nota também que a ambiguidade pode ser devido ao licenciamento do objeto nulo, principalmente nos contextos em que o sujeito nulo arbitrário aparece junto ao objeto nulo, fazendo com que o objeto nulo arbitrário se confunda com uma ausência de sujeito, e o objeto nulo seja confundido com um vestígio. A autora espera, contudo, que uma dessas estruturas seja mais restrita em sua interpretação que a outra, fato que se comprova quando se observa que as sentenças de tópico-sujeito do tipo *Essa revista está xerocando* não são aceitas com qualquer tipo de verbo, já que, em sentenças como (36), **a única interpretação possível para o NP anteposto é que ele é retomado por um pronome objeto nulo e o sujeito é arbitrário, visto pela impossibilidade da concordância morfológica** (grifos meus). Para Galves (1998), essa restrição pode ser formulada em termos da necessidade de um “objeto afetado”, ligada à função temática do NP pré-verbal: em construções genitivas, a restrição afeta a relação entre dois NPs, e nas construções com verbos transitivos, ela afeta o próprio verbo.

- (36) a. Esta revista está lendo.  
b. \*Estas revistas estão lendo. Galves (1998, p.31)

A análise a ser delineada no capítulo 3 abarca algumas das propriedades para as quais Galves (1998) chama a atenção. Contudo a implementação será, do ponto de vista técnico, bastante diferente da que a autora propõe, tendo em vista, em particular, os desdobramentos mais recentes do Programa Minimalista, que permite explorar ferramentas de análise (como as noções de herança de traços, traços-borda e concordância via *probe-goal*) que não estavam em vigor à época da proposta de Galves.

#### 2.4 Avelar & Galves (2011) – Tópico e concordância em português brasileiro

Seguindo as implementações de Chomsky (2008) ligadas à oposição entre posição A e A-barra,

Avelar & Galves (2011) propõem que a possibilidade de concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais no PB deriva do fato de que, nesta língua, ao contrário do PE, a posição de Spec-T é criada antes de T herdar os traços- $u\phi$  de C, sendo assim uma posição que pode abrigar constituintes movidos de uma posição não argumental. Somado a isso, Avelar & Galves (2011) propõem que PB e PE se diferem no que diz respeito à presença do traço de Caso nos constituintes nominais: enquanto no PE todos os constituintes (pro)nominais portam um traço de Caso a ser valorado (são [+K], na notação empregada pelos autores), no PB os constituintes (pro)nominais podem ou não portar o traço de Caso (ou seja, podem ser [+K] ou [-K]). Os autores assumem com Chomsky (2008) que os traços- $u\phi$  de T são herdados de C, e que, em línguas como o inglês, a posição de Spec-T só é criada após C ser concatenado ao TP e transferir os traços- $u\phi$ , como ilustrado em (37) para uma sentença do tipo *The girl saw John* (ver seção 1.2 desta dissertação). Avelar & Galves também assumem que posições geradas por movimentos desencadeados para atender o requisito de traços- $\phi$  são posições A, enquanto posições geradas por movimento para atender o requisito de traços-borda são posições A-barra.

(37)a. [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub>  $\phi$  T [<sub>VP</sub> The girl [<sub>v</sub> v [<sub>VP</sub> saw [<sub>DP</sub> John]]]]]]  
 |\_\_\_\_\_|  
 transferência dos  
 traços- $\phi$  de C para T

b. [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub> The girl [<sub>TP</sub>  $\phi$  T [<sub>VP</sub> ~~The girl~~ [<sub>v</sub> v [<sub>VP</sub> saw [<sub>DP</sub> John]]]]]]]]  
 |\_\_\_\_\_|  
 |\_\_\_\_\_|  
 criação de Spec-T

Os autores procuram aliar a proposta de Chomsky (2008) à abordagem de Holmberg (2010) sobre o estatuto do EPP de T quanto a sua  $\phi$ -(in)dependência. De acordo com este autor, se Spec-T é criado para receber um elemento com o qual os traços- $u\phi$  de T necessariamente concordam, então o EPP de T é  $\phi$ -dependente; já se Spec-T pode abrigar elementos que não estabelecem concordância com os traços- $u\phi$  em T, o EPP é  $\phi$ -independente. Esse contraste se aplica, por exemplo, na comparação de línguas como o islandês e o inglês: no islandês, Spec-T pode ser criado para receber constituintes não nominativos, que não estabelecem concordância com os traços- $u\phi$  de T, o que leva à caracterização do seu EPP como  $\phi$ -independente; no inglês,

em contraste, Spec-T sempre abriga elementos que estabelecem concordância com os traços- $u\phi$  de T, sendo o seu EPP, portanto,  $\phi$ -dependente. Relacionando a noção de  $\phi$ -(in)dependência com a proposta de herança de traços no complexo C-T, Avelar & Galves (2011) estruturam sua proposta a partir de três condições:

- (38) i. O EPP de T é  $\phi$ -dependente quando desencadeado pelos traços- $\phi$  que T herda de C.  
ii. O EPP de T é  $\phi$ -independente quando intrínseco de T.  
iii. Quando é  $\phi$ -independente, o EPP de T deve ser satisfeito tão logo T entre na estrutura (ou seja, Spec-T deve ser criado logo em seguida à concatenação de T a vP).

Como evidência para a ideia de o EPP de T ser  $\phi$ -independente no PB, os autores citam dados como os apresentados em Avelar & Cyrino (2008), que observam que sentenças finitas do PB podem ser “salvas” da agramaticalidade quando sintagmas preposicionados locativos (que não podem concordar com a flexão verbal) ocupam uma posição que os autores identificam como sendo Spec-T, o que sugere fortemente a  $\phi$ -independência do EPP de T nessa língua. Esses dados são reproduzidos em (39) e (40) a seguir: em (36), a ausência do sintagma preposicionado locativo no caso em que o sujeito *as crianças* se encontra posposto ao verbo, como em (39)c, resulta numa construção agramatical se o locativo preposição não for realizado; em (40), que traz um verbo transitivo ergativizado (*consertar*), a presença do locativo garante a gramaticalidade da construção.

- (39) a. Eu acho que (**naquele quarto**) as crianças dorme(m).  
b. Eu acho que **naquele quarto** dorme(m) as crianças.  
c. \*Eu acho que dormem as crianças.
- (40) a. \*Consertava sapato.  
b. Naquelas lojas consertava sapato.

A partir disso, Avelar & Galves propõem o quadro reproduzido a seguir, que contrasta o PB e o PE quanto à  $\phi$ -(in)dependência do EPP de T e ao ponto derivacional em que Spec-T é

criado (antes ou após C ser concatenado a TP)..

<b>PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)</b>	<b>PORTUGUÊS EUROPEU (PE)</b>
O EPP de T é $\phi$ -independente	O EPP de T é $\phi$ -dependente
Spec-T é criado antes da concatenação de C.	Spec-T é criado depois da concatenação de C.
Os traços $u\phi$ de C são valorados antes de sua transferência para T.	Os traços $u\phi$ de C são valorados depois de sua transferência para T.
Os traços $u\phi$ no complexo C-T concordam com um DP em Spec-T.	Os traços $u\phi$ no complexo C-T concordam com um DP em Spec-v.

Quadro 1: contraste entre PB e PE ligadas ao complexo C-T (retirado de Avelar & Galves 2011)).

As representações em (41) e (42) a seguir, adaptadas de Avelar & Galves (2011), ilustram os contrastes relevantes entre PB e PE. Considerando o ponto em que C é concatenado à estrutura, a representação em (41)a. ilustra a ideia de que a posição de Spec-T é criada, no PB, antes da concatenação de C à estrutura; já em (42)a, a posição de Spec-T do PE é criada somente após a concatenação de C e transferência dos traços- $u\phi$  para T. A consequência disso é que, enquanto em PE os traços- $u\phi$  em T vão concordar com o sintagma em Spec-v, via *probe-goal* - ver (42)b., no PB os traços- $u\phi$  detectam um sintagma em Spec-T e são transferidos já valorados para T - ver (41)b.

(41) PORTUGUÊS BRASILEIRO

a.  $[_{TP} DP [_{T'} T_{EPP} [_{VP} \bar{DP} [_v v [_{VP} V]]]]]]$

DP se move para Spec-T, posição criada para atender ao requisito do EPP, antes da concatenação de C e da transferência dos traços- $\phi$

| O DP concorda com os traços- $\phi$  no núcleo de C

b.  $[_{CP\phi} C [_{TP} DP [_{T\phi EPP} T [_{VP} \bar{DP} [_v v [_{VP} V]]]]]]]$

Os traços- $\phi$  são transferidos já valorados para T.

(42) PORTUGUÊS EUROPEU

a.  $[_{CP} C [_{TP} [_{T\phi EPP} T [_{VP} DP [_v v [_{VP} V]]]]]]]$

Os traços- $\phi$  são transferidos para T, desencadeando a criação de Spec-T

b. [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub> DP [<sub>T $\phi$  EPP</sub> T [<sub>VP</sub> ~~DP~~ [<sub>v</sub> v [<sub>VP</sub> V]]]]]]]]

|  
Após a sondagem e valoração  
o DP se move para Spec-T

É a partir desse quadro que Avelar & Galves (2011) derivam a concordância com sintagmas não argumentais no PB e no PE. No PB, uma sentença como *Os celulares acabaram a bateria* é gramatical porque, dada a  $\phi$ -independência do EPP de T, Spec-T pode abrigar o DP não argumental *os celulares* antes de C ser concatenado ao TP, como em (43)b; os traços- $u\phi$  são, então, transferidos já valorados para T. No PE, o obstáculo para a geração da sentença está na impossibilidade de a sonda desencadeada pelos traços- $u\phi$  em T (já herdados de C) detectarem o sintagma não argumental *os celulares* interno ao DP que se encontra na posição de complemento, como indicado em (44)a. Esse impedimento se deve a questões de minimalidade, pois os primeiros traços- $\phi$  valorados detectados pela sonda são os da projeção máxima do DP *a bateria*; é com esse DP, portanto, que os traços- $u\phi$  em T necessariamente irão concordar.

(43)a. [<sub>TP</sub> os celulares [<sub>T EPP</sub> T [<sub>VP</sub> v...[<sub>DP</sub> a bateria [<sub>DP</sub> os celulares]]]]]]

|  
o tópico é movido para Spec-T pelo EPP

| O DP concorda com os traços- $\phi$  no núcleo de C  
b. [<sub>CP</sub>  $\phi$  C [<sub>TP</sub> os celulares [<sub>T EPP  $\phi$  T</sub> [<sub>VP</sub> v...[<sub>DP</sub> a bateria [<sub>DP</sub> ~~os celulares~~]]]]]]]]  
|  
os traços- $\phi$  são transferidos para T  
já valorados

(44)a. [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub> [<sub>T $\phi$  EPP</sub> T [<sub>VP</sub> v...[<sub>DP</sub> a bateria [<sub>DP</sub> os celulares]]]]]]]]

|  
os traços- $\phi$  são transferidos para T e não  
podem sondar o DP 'os celulares', pois os traços  
do DP 'a bateria' que dominam o DP 'os celulares'  
estão visíveis primeiro, justificando a agramaticalidade

Quanto à derivação de construções como *Essas casas batem muito sol*, os autores chamam a atenção para o fato de que, quanto à possibilidade de detecção pela sonda dos traços- $u\phi$  em T,

não há impedimentos para a sua derivação no PE, já que o sintagma *essas casas* tem valor adverbial e, como tal, não se encontra em posição interna a nenhum DP. O que vai impedir a derivação dessas sentenças no PE, em contraste com o PB, é a oposição relativa ao estatuto dos constituintes nominais como [+/- K]: como os constituintes nominais são sempre [+K] no PE, e havendo na referida construção apenas uma fonte para a atribuição de Caso (os traços- $u\phi$  em T), a concordância de *essas casas* com a flexão verbal deixaria o constituinte  *muito sol* sem um fonte atribuidora de Caso, resultando na agramaticalidade da sentença. O PB estaria livre desse problema pelo fato de os seus constituintes nominais poderem ser [-K], o que liberaria o sintagma  *muito sol* da necessidade de interagir, via concordância, com um elemento provedor de Caso. Essa mesma condição é válida, segundo os autores, para sentenças do PB como *Os celulares acabaram a bateria*, em que o DP *a bateria* deve ser analisado como [-K], do contrário a construção resultaria agramatical.

Avelar & Galves (2011) ressaltam, a partir de Costa (2010), que tanto em PB como em PE, é possível DPs não argumentais ocorrerem em posição pré-verbal sem desencadear concordância com a flexão verbal, como na sentença em (45)a a seguir. Uma representação proposta pelos autores como possível para essas sentenças, tanto em PB quanto em PE, pode ser vista em (46)b: o tópico não argumental é realizado em uma posição que pode ser Spec-C ou Spec-Top, fora do alcance da sonda dos traços- $\phi$ , enquanto Spec-T é preenchida por um pronome nulo expletivo.

- (45) a. Os celulares, acabou a bateria.  
 b. [<sub>CP/TopP</sub> os celulares [<sub>TP</sub>  $pro_{expl}$  [<sub>T</sub>  $EPP$  T [<sub>VP</sub>  $v...$  [<sub>DP</sub> a bateria ]]]]]]

Para fundamentar sua hipótese em torno da concordância com sintagmas não argumentais, Avelar & Galves (2011) apresentam como evidências suplementares a possibilidade de derivar sentenças em que há subextração a partir da posição de sujeito (*De qual carro que a foto causou em escândalo?*), hiperalçamento “aparente” (*os carros parecem que o pneu não foi trocado*) e ambiguidade em *tough*-constructions (*O João é difícil de pagar* com os sentidos de “O João é difícil de pagar alguém” ou “O João é difícil de alguém pagar”).

Os autores também destacam dados do PB que poderiam ser apontados como evidência

para a presença de constituintes nominais [-K] nessa língua. Em (46)b. e (46)c., por exemplo, vemos pronomes nominativos ocorrerem em posição acusativa; de acordo com Avelar & Galves, as formas *eu* e *ele*, quando em posição acusativa, podem ser analisados como pronomes [-K] realizados na forma *default* (em PB, o nominativo). Nas construções em (48), a variação na concordância da flexão verbal com o sujeito também seria um reflexo da oposição [+K]/[-K]: a ausência da concordância seria observada na situação em que o DP em Spec-T é [-K].

- |      |   |        |        |
|------|---|--------|--------|
| (46) | a. Eu fui visto na escola.                      | PE: ok | PB: ok |
|      | b. A Maria viu eu na escola.                    | PE: *  | PB: ok |
|      | c. A Maria me viu na escola.                    | PE: ok | PB: ok |
| (47) | a. Ele foi visto na escola.                     | PE: ok | PB: ok |
|      | b. Maria viu ele na escola.                     | PE: *  | PB: ok |
|      | c. A Maria o viu na escola.                     | PE: ok | PB: ok |
| (48) | a. Os menino(s) jantou/jantaram.                |        |        |
|      | b. As criança(s) brincava/brincavam na varanda. |        |        |

Voltarei a abordar o trabalho de Avelar & Galves no capítulo 3, quando irei levantar alguns questionamentos a respeito da implementação proposta por esses autores em torno da concordância com sintagmas não argumentais.

## 2.5 Munhoz & Naves (2012) - Estrutura Argumental e Transferência de Traços de C

Munhoz & Naves (2012) observam que, entre as construções de tópico-sujeito, é possível estabelecer um contraste relacionado ao apagamento do constituinte destinado a ocorrer em posição pré-verbal. Esse contraste pode ser observado em (49) e (50) a seguir: em (49)c, o apagamento do constituinte interpretado como possuidor não prejudica a gramaticalidade da sentença, enquanto em (50)c., a ausência do constituinte interpretado como locativo torna a sentença agramatical. Com base nesse contraste, as autoras propõem que os verbos formadores das construções de tópico-sujeito locativo, como em (49), são biargumentais.

- (49) a. O meu carro furou o pneu.  
b. Os meus carros furaram o pneu.  
c. Furou o pneu. / O pneu furou. Munhoz e Naves (2012, pp. 246;253)

- (50) a. Essa casa bate bastante sol.  
b. Essas casas batem bastante sol.  
c. \*Bate bastante sol. / \*Bastante sol bate. Munhoz e Naves (2012, pp. 246;253)

Num primeiro momento, Munhoz & Naves apresentam características que organizam as construções de tópico-sujeito, bem como suas oposições e seu processo de distribuição. Esses elementos são listados a seguir:

(i) Nas construções com tópico-sujeito genitivo – ver (51), ocorre a bipartição de um único argumento nominal, que acaba linearizado de forma descontínua (ver Lunguinho, 2006; Lobato, 2006). O sintagma interpretado como *possuído*, nesse caso, satisfaz a grade argumental do verbo, e o possuidor pode então ser omitido. Nas construções de tópico-sujeito locativo – ver (52), o sintagma locativo e o tema, selecionados pelo verbo, não se concatenam, sendo então projetados em posições sintáticas distintas:

- (51) a. O meu carro furou o pneu.  
b. O pneu do meu carro, ele furou.  
c. \*O pneu, ele furou do meu carro.  
d. Foi o pneu do meu carro que furou.  
e. \*foi o pneu que furou do meu carro. Munhoz e Naves (2012, p. 252)

- (52) a. Essa casa bate sol.  
b. \*O sol, bate nessa casa.  
c. O sol, ele bate nessa casa.  
d. \*É sol nessa casa que bate.  
e. É sol que bate nessa casa. Munhoz e Naves (2012, p. 252)

(ii) verbos inergativos não formam sentenças de tópico-sujeito, mesmo que estejam modificados por um elemento locativo – ver (53):

- (53) a. Os melhores da equipe nadaram na piscina do Sesc.  
b. Na piscina do Sesc nadaram os melhores da equipe.  
c. \*A piscina do Sesc nadou os melhores da equipe. Munhoz e Naves (2012, p. 253)

(iii) Os elementos que figuram nas sentenças de tópico-sujeito são configurados como locativos e temas, mas não são argumentos internos nem externos aparentemente, pois os verbos que os selecionam comportam-se distintamente dos transitivos, como mostra o contraste – ver (54) e (55):

Vender = transitivo

- (54) a. A livraria do Chiquinho vende livros.  
b. Livros acadêmicos são vendidos na / pela livraria do Chiquinho.  
c. A Livraria do Chiquinho os vende / vende eles. Munhoz e Naves (2012, p. 253)

Bater = inacusativo

- (55) a. Essa casa bate bastante sol.  
b. \*Bastante sol é batido por essa/\*nessa casa/\*Essa casa é batida por bastante sol.  
c. \*Essa casa o bate/\*bate ele/\*O sol a bate/\*bate ela. Munhoz e Naves (2012, p. 253)

(iv) verbos que admitem tópico-sujeito locativo diferem dos que aceitam o tópico-sujeito genitivo, no que diz respeito ao papel semântico dos termos que podem ocupar a posição de sujeito –ver (56) e (57):

- (56) a. A Rita quebrou um copo.  
b. O copo quebrou.  
c. Quebrou um copo naquela pia.  
d. \*Aquela pia quebrou um copo. Munhoz e Naves (2012, p. 254)

- (57) a.\*A localização bate sol nessa casa.  
b.\*? O sol bate.  
c. Bate sol nessa casa.  
d. Essa casa bate sol.

Munhoz e Naves (2012, p. 254)

Segundo Munhoz & Naves (2012), o verbo em (56) é um inacusativo típico, monoargumental, dotado da capacidade de alternar entre estruturas causativas e intransitivas – ver (56)a. e (56)b., denotando mudança de estado. Verbos como *quebrar* não costumam formar construções de tópico-sujeito locativo, mesmo que modificados por um adjunto adverbial de lugar – ver (56)c. e (56)d.; mas podem, porém, gerar sentenças de tópico-sujeito genitivo do tipo *Essa xícara quebrou a asa*. Já o verbo em (57) não possibilita alternância causativa, mesmo sendo classificado como inacusativo – ver (57)a. e (57)b., e não denota mudança de estado, e sim uma relação de tema e lugar, assemelhando-se à verbos como *aparecer*, *cabrer*, *chegar*, *constar*, *entrar*, *sair* e *vir*, licenciadores de tópicos-sujeitos locativos. Para as autoras, esses contrastes são suficientes para mostrar que os verbos que licenciam tópicos-sujeitos locativos não são inergativos, muito menos inacusativos típicos ou transitivos, mas inacusativos biargumentais.

Frente a esse conjunto de propriedades, Munhoz & Naves (2012) propõem um modelo de derivação para dar conta das sentenças de tópico-sujeito por elas analisadas, explorando o sistema de transferência de traços- $u\phi$  no complexo C-T. O sistema derivacional em VP para derivar as sentenças analisadas é estruturado em torno de três pressupostos: (i) por se tratar de derivações de verbos inacusativos, não há a projeção de  $vP$ , portanto não há seleção de argumento externo; (ii) o Caso dos complementos é sempre nominativo, podendo ser valorado sintaticamente se possui traços- $\phi$  ou atribuído no componente morfológico como Caso *default* quando T é defectivo, nos termos de Viotti (2005); e (iii) as sentenças com inacusativos biargumentais tem Numerações distintas caso tenham ou não preposição para o DP locativo, seguindo o que propõe Lunguinho (2006).

O funcionamento dos traços do complexo C-T é organizado segundo Lobato (2007), que propõe que o PB usa traços de C para licenciar Spec-T, construindo a noção de *entidade* na posição de sujeito de modo gramaticalizado, e Miyagawa (2010) *apud* Munhoz & Naves (2012), que implementa o sistema de transferência de traços de C para T a partir de propostas como as de

Chomsky (2008).

De modo específico, seguindo Miyagawa (2010), as autoras defendem que a referencialidade sentencial é conferida em T nas línguas de proeminência de sujeito, enquanto nas línguas de tópico, pode ser alocada em uma projeção  $\alpha P$  de acordo com as propriedades da construção sintática. Sendo assim, em línguas voltadas para o discurso como o PB, o tópico acaba por ser uma alternativa ao sujeito, já que a categoria  $\alpha P$  poderá atrair DPs em seu domínio de busca quando os traços- $u\phi$  forem transferidos de C para a respectiva categoria, uma vez que  $\alpha P$  não atribui Caso a um DP, ao contrário de T, que restringe o movimento do sujeito gramatical por ser uma categoria atribuidora de Caso. Conseqüentemente, há uma possibilidade dupla de organização dos traços no complexo C-T, como ilustrado pelos exemplos em (58) a seguir: T pode receber traços de C, produzindo sentenças como (58)b e (58)c em que o verbo concorda com o *tema* ou pode transferir seus traços para  $\alpha P$ , produzindo sentenças de tópico-sujeito, como (58a). Em (58)b. e (58)c., o argumento *tema* pode ter seu Caso valorado via concordância com os traços- $\phi$  que T herda de C, como na sentença *Cabem muitas coisas nesse caminhão*; caso haja necessidade de satisfazer o EPP de T, o argumento pode ser alçado para Spec-T (*Muitas coisas cabem nesse caminhão*). Nos dois casos, o argumento locativo deve receber Caso da preposição.

- (58) a. Esses caminhões cabem a mudança.  
b. Cabe a mudança \*(n)esse caminhão.  
c. A mudança cabe \*(n)esse caminhão.      Munhoz e Naves (2012, p. 256)

Particularmente sobre a derivação de sentenças de tópico-sujeito como aquelas em (58)a. acima e (59)a. seguir, Munhoz & Naves sugerem que C transfere seus traços para  $\alpha P$  com base na ideia de que T é defectivo e na possibilidade de alçamento do DP locativo para essa posição. O tópico-sujeito genitivo em (60) também se move para  $\alpha P$ , fazendo com que a distinção entre tópico-sujeito locativo e tópico-sujeito genitivo seja válida apenas na estrutura argumental, e não no licenciamento do DP em posição pré-verbal.

(59) a. Essa casa bate sol.

b. [<sub>CP</sub> [<sub>αP</sub> Essa casa bate [<sub>TP</sub> ... [<sub>VP</sub> ~~essa casa bate~~ [<sub>DP</sub> sol]]]]]]

|  
movimento do DP locativo 'Essa casa' para αP

(60) [<sub>CP</sub> [<sub>αP</sub> O carro furou [<sub>TP</sub>... [<sub>VP</sub> furou [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> o carro [<sub>D'</sub> o [<sub>NP</sub> pneu]]]]]]]]]]

|  
movimento do DP genitivo 'o carro' para αP

Finalizando, por ser αP uma posição não atribuidora de Caso por T ser defectivo nessas construções, é proposto que ambos os DPs das construções de tópico-sujeito locativo entram na derivação sem traço de Caso, que, segundo as autoras, é atribuído no componente morfológico.

Retornarei à proposta de Munhoz & Naves no capítulo 3, quando abordo questões atreladas à posição em que o sintagma locativo ou genitivo é realizado nas construções que interessam a esta dissertação.

## **2.6 Síntese do capítulo**

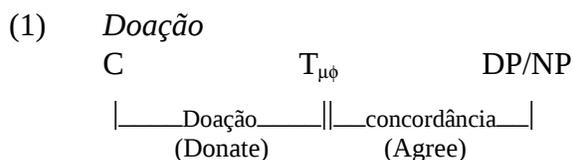
Neste capítulo, apresentei propostas prévias em torno do tema *topicalização* no PB, abordando aquelas que abordam, de forma direta ou indireta, sentenças que nesta dissertação venho caracterizando como sendo construções em que a flexão verbal concorda com sintagmas não argumentais. Apresentei os trabalhos de Pontes (1987), Figueiredo Silva (1996), Galves (1998), Avelar & Galves (2011) e Munhoz e Naves (2012), expondo suas argumentações e hipóteses em torno do tema *topicalização/concordância com o tópico*. No próximo capítulo, a análise deste trabalho para dar conta do fenômeno aqui estudado será apresentada, e alguns aspectos dos trabalhos expostos neste capítulo serão retomados.

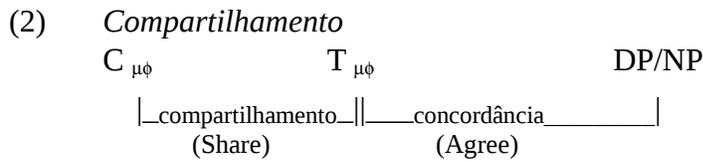
## Compartilhamento de traços em C-T e concordância com termos não argumentais no Português Brasileiro

Neste capítulo, será desenvolvida a hipótese defendida nesta dissertação para dar conta do fenômeno da concordância com sintagmas não argumentais no PB. Em linhas gerais, a hipótese é estabelecida sobre a ideia de que, no PB, C pode compartilhar traços- $u\phi$  com T, ao contrário do que se observa no PE, em que os traços- $u\phi$  de C são inteiramente doados para T. O capítulo se encontra estruturado da seguinte forma: em 3.1, apresento a hipótese que norteia a dissertação, para, em 3.2, derivar a concordância com sintagmas não argumentais no PB, contrastando com a impossibilidade dessa concordância no PE; em 3.3, apresento fatos empíricos que colaboram para sustentar a ideia de C poder abarcar traços- $u\phi$  da mesma natureza que os realizados em T; em 3.4, destaco evidências e previsões em torno da análise proposta, chamando a atenção para fatos relativos a movimento-QU, Caso e outras construções de topicalização. Em 3.5, retomo alguns pontos das propostas de Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2010) para confrontar com a análise proposta nesta dissertação. Em 3.6, apresento a síntese do capítulo.

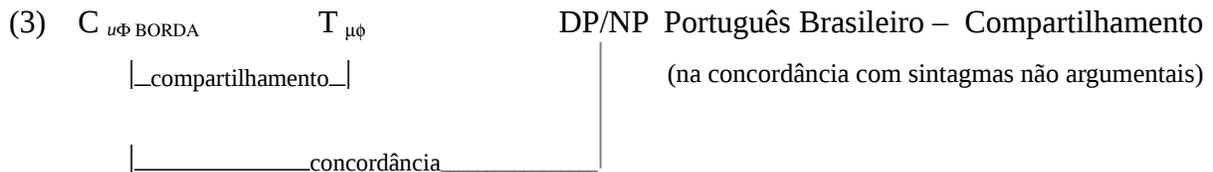
### 3.1 Delineamento da hipótese

A hipótese defendida por este trabalho é de que a concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais deriva, no PB, da possibilidade de C compartilhar traços- $u\phi$  com T, na linha do proposto em Ouali (2008) – ver capítulo 1, seção 1.3. Enquanto no PE os traços- $\phi$  são integralmente doados de C para T em qualquer situação, como no esquema em (1), no PB esses traços funcionam em um sistema de articulação entre os núcleos C e T, configurando o *compartilhamento*, como no esquema apresentado em (2).





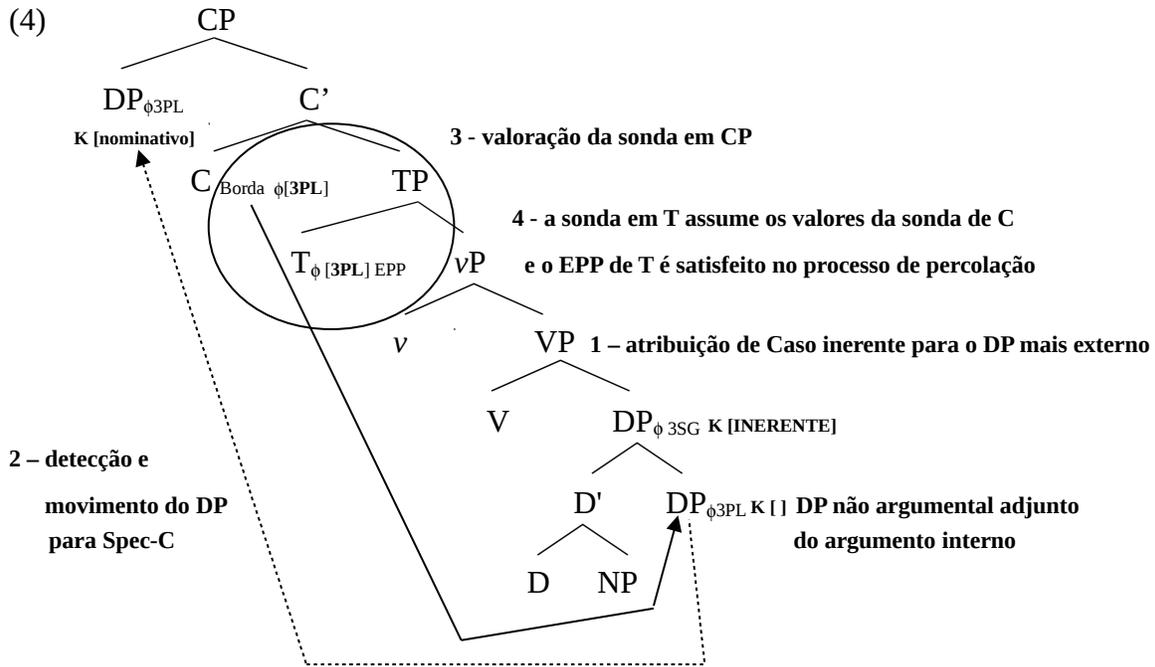
O esquema em (2) implica a existência de duas posições que podem alocar elementos em concordância com traços- $u\phi$  – Spec-T e Spec-C. Implica, da mesma forma, que pode haver duas fontes atribuidoras de Caso nominativo no PB: C e T. O esquema em (3) a seguir ilustra mais claramente a arquitetura que permite a concordância com sintagmas não argumentais: além dos traços- $u\phi$  que compartilha com T, C dispõe de um traço-borda responsável por detectar e atrair elementos que satisfazem requerimentos de ordem informacional (tópico, foco, constituintes interrogativos *etc.*). Como consequência, os traços- $u\phi$  preservados em C acabam por concordar com (ser valorado por) os traços- $\phi$  do elemento detectado pela sonda do traço-borda. Não havendo nenhum elemento disponível com o qual os traços- $u\phi$  em T possam concordar, esses traços assumem os valores dos traços- $u\phi$  em C, configurando-se então a concordância morfológica da flexão verbal com o sintagma não argumental.



A representação em (4) a seguir mostra como se dá a derivação que resulta na concordância com termos não argumentais associados a uma interpretação genitiva (ou seja, a uma interpretação de *parte-todo* em relação ao DP que se encontra na posição de complemento, como em *Os celulares acabaram a bateria*): uma vez conectado a TP, C compartilha seus traços- $u\phi$  com T; uma sonda partindo do traço-borda de C detecta o DP não argumental, com o traço de Caso ainda por valorar, dentro do complemento de  $V^9$ . Essa detecção efetivada pelo

<sup>9</sup> Chomsky (2008) prevê que um certo entrelaçamento (interweaving) pode ocorrer entre as operações de sondagem e detecção de sintagmas por parte dos traços- $u\phi$  e traço-borda, ou seja, as operações podem acontecer de maneira simultânea. Contudo, o entrelaçamento deve ser considerado a partir de um mesmo núcleo de fase, que no caso da derivação em (4), é C.

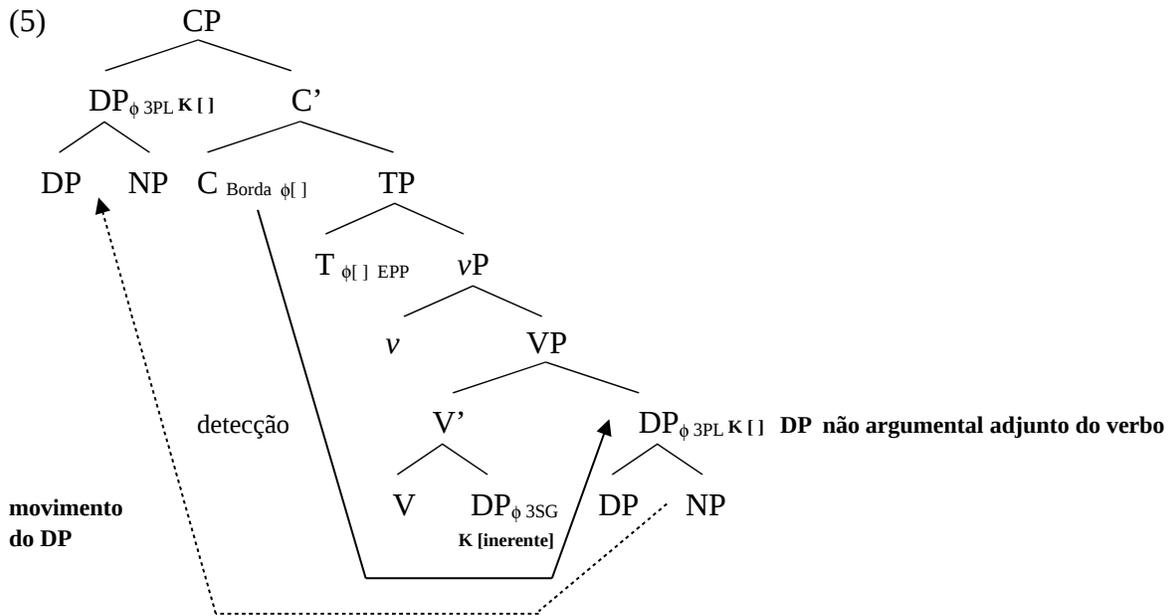
traço-borda de C tem quatro consequências: I. a atração do DP para Spec-C, II. a valoração dos traços- $u\phi$  em C em concordância com o DP detectado, III. a atribuição de Caso nominativo para o DP, e IV. a “percolação” em T dos valores assumidos pelos traços- $u\phi$  de C, pelo fato de não haver nenhum DP disponível com o qual os traços- $u\phi$  de T possam concordar<sup>10</sup>.



Antes de prosseguir, cabe chamar a atenção para dois pontos cruciais atrelados à derivação ilustrada em (4). O primeiro ponto diz respeito à arquitetura que configura a relação sintática entre o sintagma não argumental e o DP na posição de complemento de V. Vou assumir que essa relação se dá nos termos da proposta de Avelar (2006), abordada no capítulo 1 (seção 1.4): inicialmente, o DP modificador é concatenado (*adjunção sem rótulo*) ao DP modificado, o que é seguido da operação *Conectar* (com a consequente atribuição de um rótulo), produzindo uma arquitetura na qual o sintagma modificador se encontra na posição de especificador do DP

<sup>10</sup> Uma questão que merece atenção à luz de Chomsky (2008) está ligada à necessidade de satisfação do EPP de T, que, na proposta do autor, pode ser transferido junto com os traços- $u\phi$  que T herda de C. Todavia, essa previsão tem caráter mais estipulativo, uma vez que Chomsky não apresenta evidências para a transferência do EPP e nem discute de que maneira o EPP seria transferido de C para T. Embora esta discussão mereça uma discussão mais ampla no PB, vou aqui considerar simplesmente que o EPP de T é satisfeito no momento em que os valores assumidos pelos traços- $u\phi$  de C são “percolados” em T.

que será tomado como complemento de V. Essa mesma ideia é válida para os casos em que o sintagma não argumental em Spec-C corresponde a um constituinte com interpretação adverbial. A diferença, neste caso, é que o sintagma partirá de uma posição em que se encontra conectado (após ser concatenado) a VP, tal como em (5) a seguir.



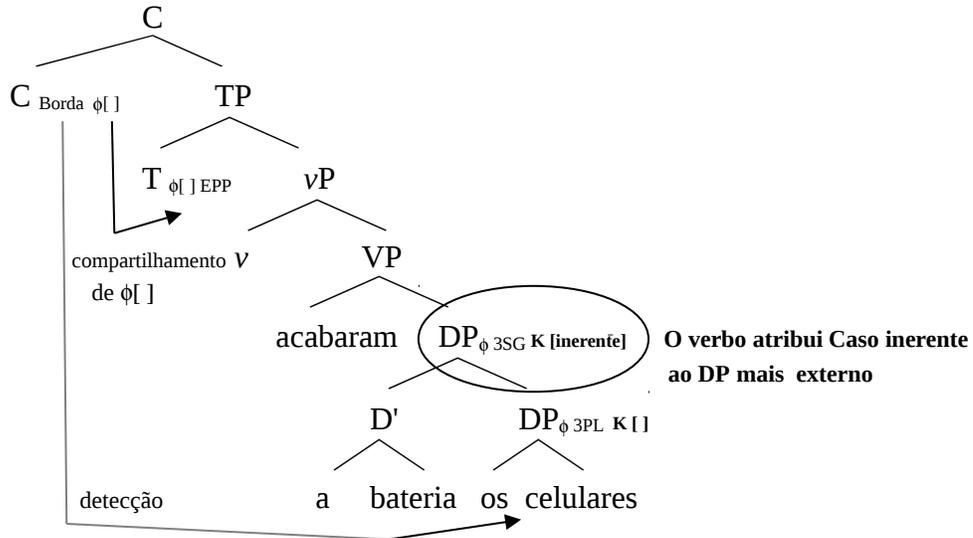
O segundo ponto concerne ao traço de Caso do DP que é tomado como complemento do verbo, dentro do qual se encontra o sintagma não argumental. Como largamente mencionado na literatura, os verbos que participam das construções de concordância com sintagmas não argumentais são inacusativos (ou transitivos inacusativizados), o que indica que tais verbos não podem valorar o traço de Caso do seu complemento como *acusativo*. Ao contrário do que é assumido em Avelar & Galves (2011), que exploram a hipótese de o DP na posição de complemento não portar traço de Caso, vou aqui considerar que, nas construções relevantes, o verbo inacusativo atribui Caso inerente ao complemento, na linha de propostas como as de Belletti (1988). Especificamente para o PB, Nunes (2012) explora essa mesma possibilidade para as construções de concordância com sintagmas não argumentais. Voltarei a abordar esse ponto na seção 3.3, quando confronto a proposta desta dissertação com a implementação de Avelar & Galves (2011).

### 3.2 Concordância com sintagmas não argumentais em PB

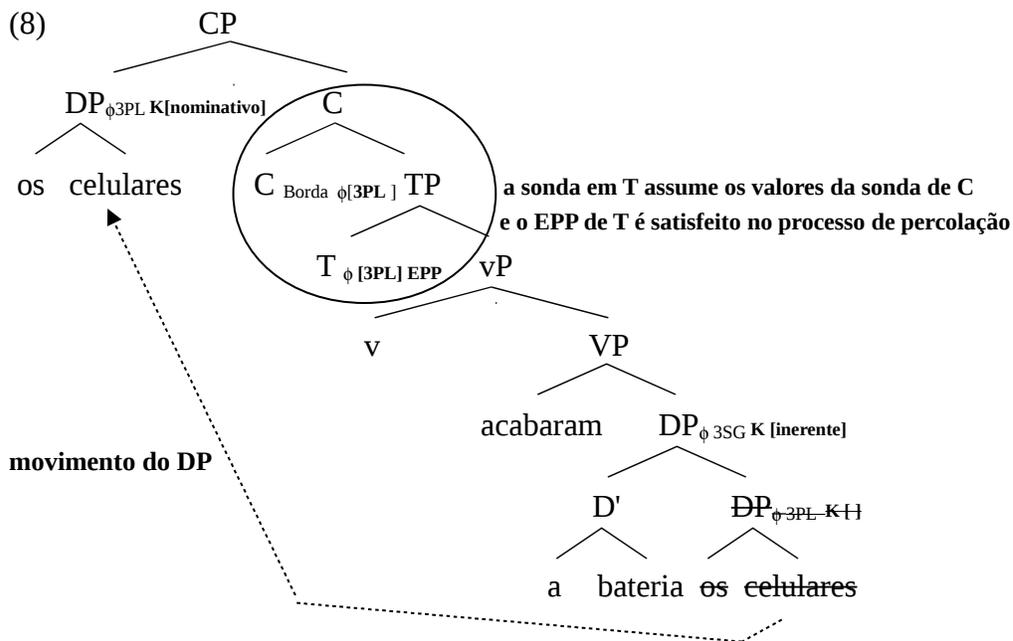
Considerando o exposto na seção anterior, a estrutura da sentença exemplificada em (6) a seguir terá a configuração em (7) no ponto em que C se conecta ao TP, e a sonda desencadeada por seu traço-borda detecta o DP não argumental.

(6) Os celulares acabaram a bateria – Português Brasileiro

(7)

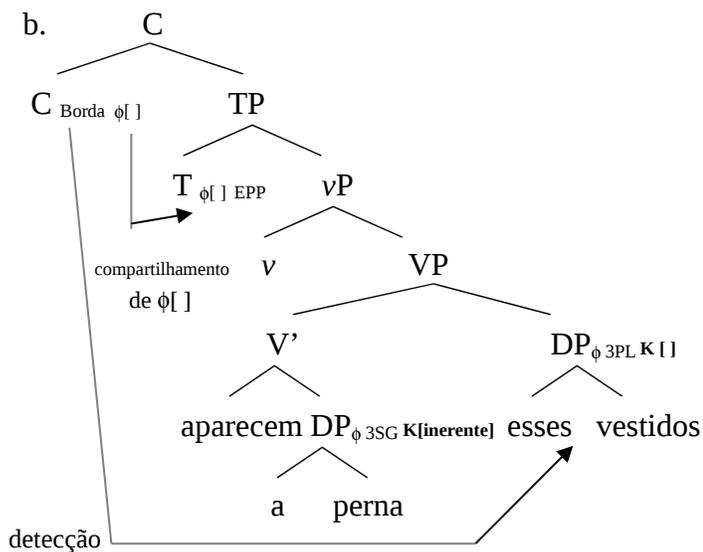


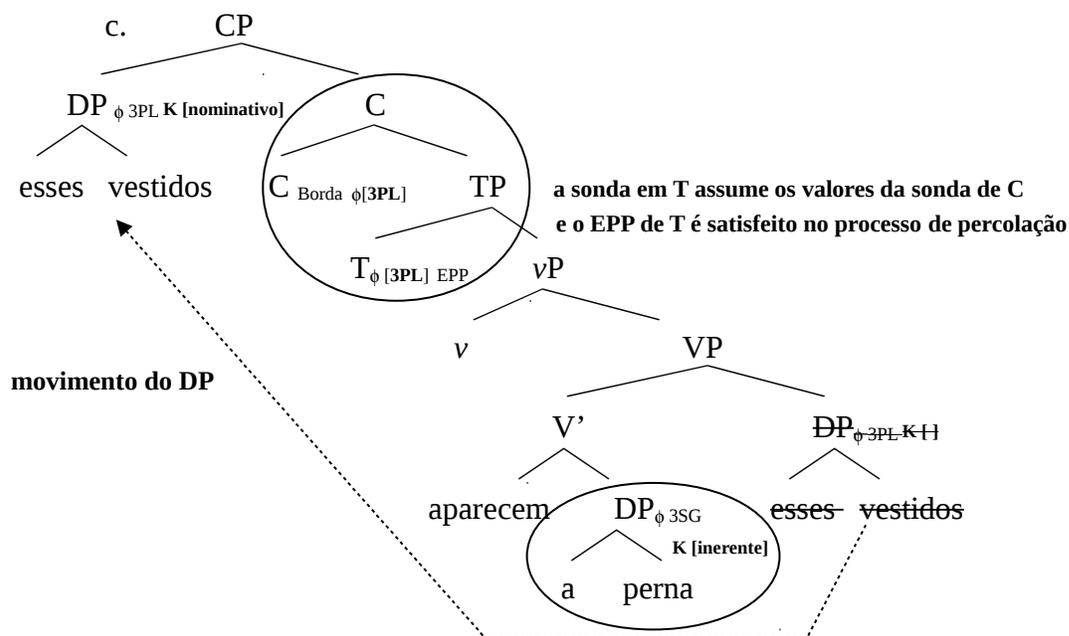
A detecção do DP *os celulares* pelo traço-borda de C resulta na valoração dos traços- $u\phi$  em C e na “percolação” dos valores assumidos por esses traços para os traços- $u\phi$  em T, como em (8) a seguir. O DP recebe então Caso nominativo e é movido para Spec-C.



Os mesmos passos derivacionais podem ser estendidos aos casos em que o sintagma em Spec-C equivale a um adjunto adverbial, como na construção em (9)a a seguir, com os passos derivacionais representados em (9)b e (9)c. A diferença, nesse caso, é que o elemento detectado pela sonda partindo de C se encontra concatenado a VP, e não ao DP em posição de complemento.

(9) a. Esses vestidos aparecem a perna.

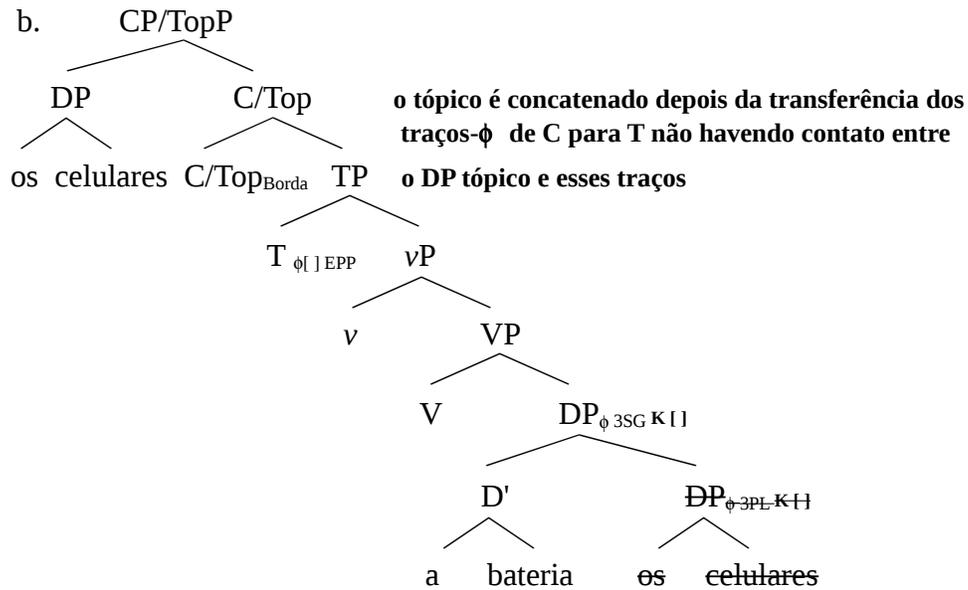




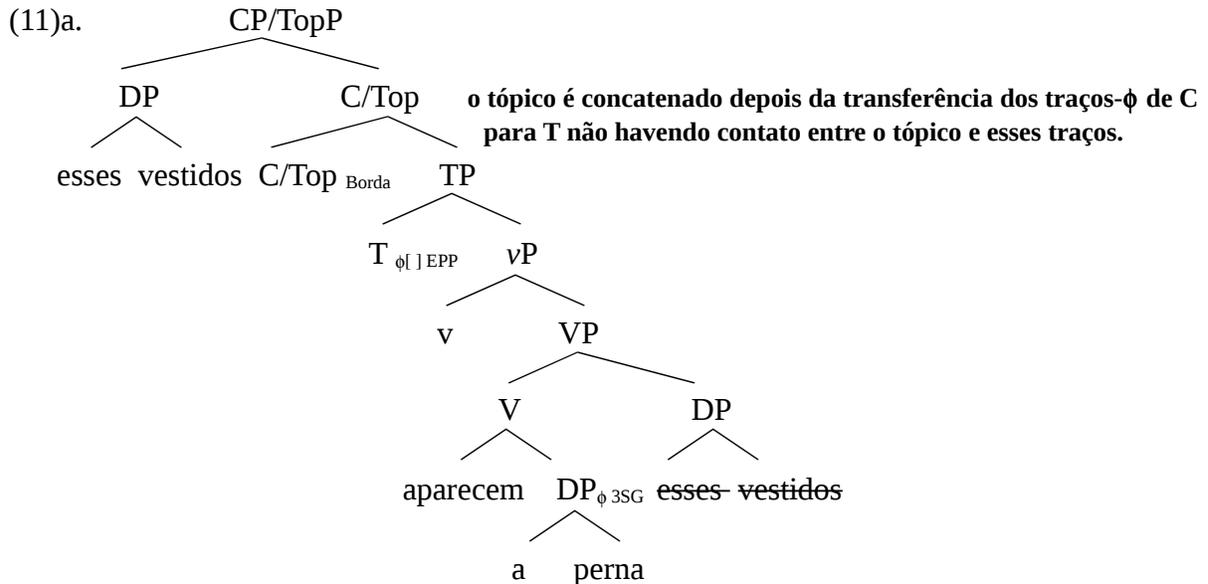
Conforme já ressaltado, a agramaticalidade da concordância com termos não argumentais no PE se deve ao fato de que, nessa língua, C *doa* seus traços- $u\phi$  para T, sem a possibilidade de *compartilhamento*. Nessa condição, não há como elementos sondados por C e destinados a ocupar Spec-C concordarem com os traços- $u\phi$  doados para T – ver (10) e (11)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup>Duarte (1996) observa que a topicalização em PE é diferente das outras línguas românicas que usam estratégias de tópico e foco de maneira semelhante, como o italiano, por exemplo. No PE, a posição de tópico é geralmente uma posição mais alta na sentença, provavelmente nos domínios de Spec-C ou Spec-Top, a depender do processo derivacional, e os tópicos são sempre separados da sentença com uma pausa prosódica.

(10) a. PE: \*Os celulares acabaram a bateria.



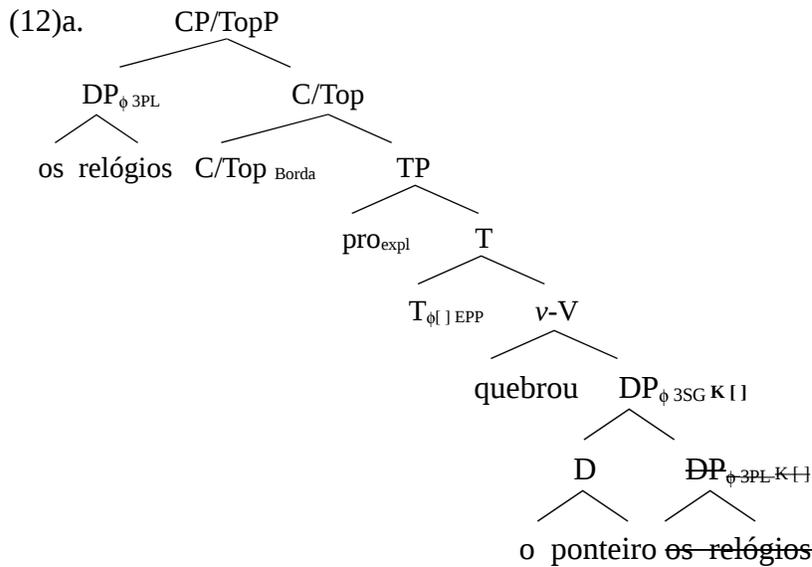
(11) PE: \*Esses vestidos aparecem a perna



Costa (2010) salienta que DPs não argumentais podem ocorrer em PE em posição pré-verbal sem desencadear concordância com T, gerando sentenças como a exemplificada em (12) a seguir. A representação em (12)a. é sugerida para ilustrar essa possibilidade: atraído pelo traço-borda de C/Top (que doou seus traços- $u\phi$  para T), o sintagma não argumental *os relógios* é

atraído para Spec-C/Top, com um *pro*-expletivo sendo conectado em Spec-T. Pelo menos em princípio, esses mesmos passos derivacionais podem ser aplicados à ocorrência desses casos no PB.

(12) Os relógios, quebrou o ponteiro – gramatical em PB e PE



Cabem aqui duas observações antes de concluir a seção. Uma delas concerne ao caráter das derivações atribuídas ao PE: foge ao escopo desta dissertação tratar de questões atreladas à(s) possível(is) posição(ões) de tópico no PE. Representações como aquelas apresentadas em (10)-(12) têm um função meramente sugestiva, no intuito de indicar caminhos que permitam ilustrar os contrastes relevantes entre o PE e o PB. Para discussões aprofundadas sobre o tópico no PE, encaminho o leitor para trabalhos como os de Duarte (1987, 1996), Barbosa (2001), Costa (2006), entre outros.

A outra observação diz respeito a um ponto da proposta de Ouali (2008) em torno do sistema da distribuição de traços entre C e T: segundo o autor, a escolha do procedimento (*doação*, *retenção* ou *compartilhamento*) para efetivar a distribuição se aplica em termos de economia derivacional (ver seção 1.3). Ouali sugere que a opção mais econômica para garantir a convergência da sentença é a que será aplicada, tendo em vista a seguinte escala: *doação* (mais econômica) > *retenção* (menos econômica) > *compartilhamento* (menos econômica). Para os objetivos dessa dissertação, assumo simplesmente que *doação* e *compartilhamento* estão

disponíveis no PB, sem entrar em detalhes a respeito de como as questões de economia derivacional entram em jogo para garantir, por exemplo, que *compartilhamento* seria a única opção disponível para os casos em que sintagmas não argumentais são movidos para Spec-C e, na mesma linha, por que a opção de doação é a única disponível do PE. O tratamento de questões relativas à economia ficará para trabalhos futuros. Também não discutirei questões ligadas a derivação de outros tipos derivacionais dentro do PB considerando as opções *doação* e *compartilhamento*, por considerar que estas discussões, por ora, são mais amplas do que as previstas entre os objetivos deste trabalho.

### 3.3 Concordância em C nas línguas naturais

Há um número considerável de trabalhos que observam a possibilidade de uma sonda em C estabelecer concordância com um alvo e desencadear o movimento desse alvo para C. Propor a existência de uma sonda em C capaz de se envolver na valoração de traços- $u\phi$  não é, portanto, um procedimento incomum. Trabalhos como os de Carstens (2003) e Ouali (2008), entre outros, trazem indícios de que esse tipo de concordância pode ser muito mais recorrente do que se pensa. Os exemplos a seguir, retirados de Carstens, mostram sentenças do West Flemish em que traços de concordância são realizados em C.

(13) West Flemish

a. Kpeinzen dan-k (ik)morgen goan.  
Eu-penso que-eu (Eu) amanhã irei  
'Eu penso que eu irei amanhã.'

b. Kpeinzen da-j (gie)morgen goat.  
Eu-penso que-você (você)amanhã irá  
'Eu penso que eu irei amanhã.'

c. Kvinden dan die boeken te diere zyn. Carstens (2003, p.393 )  
Eu-acho que-PL esses livros muito caros estão  
'Eu acho esses livros muito caros.'

Em (13), o sintagma que ocupa o núcleo de C (*dan*) é flexionado de acordo com o elemento à sua direita (*dan-k*, *da-j*, *dan-PL*). Esses dados são tomados como indícios de que uma sonda em C entra em relação de concordância com um elemento em Spec-T. Carstens (2003)

também observa que os sintagmas em concordância com C estabelecem uma concordância prévia com T. O esquema em (14), proposto por Carstens (2003), esboça essa situação.

(14) [<sub>CP</sub> C<sub>ϕ</sub> [<sub>TP</sub> Subj<sub>K</sub> [<sub>T<sub>ϕ</sub> EPP</sub> [<sub>VP</sub> Subj . . . ]]]] - adaptado de Carstens (2003, p.397)

|\_\_\_\_\_|  
**o Sujeito já estabeleceu concordância com uma  
sonda em T e está estabelecendo concordância  
com a sonda em C**

Os dados em (15) a seguir sugerem fortemente que a manifestação de traços de concordância em C é desencadeada pela ação de uma sonda. Em (15)a., a categoria que ocupa o núcleo de C é flexionada de acordo com o elemento que está à sua esquerda. Em (15)b., quando um advérbio se interpõe entre C e o constituinte em Spec-T, a concordância deixa de ser possível, o que pode ser analisado como uma decorrência de a sonda não poder atingir o seu alvo pela presença de um elemento interveniente.

(15) Hellendoorn Carstens (2003, p.397-398)

a. datte wiej noar 't park loopt  
que-PL nós para o parque caminhando  
'que nós estamos caminhando para o parque'

b. dat/\*datte op den wärmsten dag van 't joar wiej tegen oonze wil ewarkt hebt  
que\*/que-PL no mais quente dia de o ano nós contra nossa vontade trabalhado tínhamos  
'que no dia mais quente do ano nós tínhamos trabalhado contra nossa vontade'

Os dados em (16) a seguir, apresentados em Ouali (2008), sugerem que C pode concordar com um elemento em Spec-C sem, contudo, manifestar morfologicamente as marcas de concordância, o que se assemelha com o que esta dissertação propõe para o PB. Em (16)a, o sintagma *mani thammutt* 'que mulher' é, de acordo com Ouali, sondado pelos traços- $u\phi$  em C e se move para Spec-C (*antiagreement effect*). Ao contrário do que acontece nos dados do West Flemish e do Hellendoorn apresentados respectivamente em (13) e (15), não há marcas morfológicas de concordância em C nos dados do Berber; contudo o impedimento da concordância com T, como mostrado em (16)b, sugere fortemente que os traços de concordância são *retidos* por C.



- (17) a. O(s) celulares(s) acabou/acabaram a bateria.  
 b. \*Que bateria (que) o(s) celulare(s) acabou/acabaram?
- (18) a. A(s) criança(s) já nasceu/nasceram o primeiro dentinho.  
 b. \*Que dentinho (que) a(s) criança(s) já nasceu/nasceram?

A agramaticalidade das construções em (19) a seguir sugere que essa análise se encontra no caminho correto. Trabalhos como os de Figueiredo Silva (1995) – ver capítulo 2 (seção 2.2) – chamam a atenção para a impossibilidade de alocar tópicos entre o sujeito e um constituinte-QU em Spec-C. Essa possibilidade é facilmente explicada se considerarmos que tanto o tópico quanto o constituinte-QU são destinados a ocupar uma posição criada pela ação do traço-borda de C – Spec-C. Isso implica assumir que os sintagmas não argumentais concordantes com a flexão verbal (como *os celulares* e *as crianças* em (17) e (18)) devem ocupar a mesma posição que o DP *a Maria* em sentenças do tipo *A Maria, ela viu o cão*. Nesse sentido, Spec-C pode, no PB, ser criado tanto para abrigar constituintes-QU quanto elementos topicalizados.

- (19) a. \*Quem que a Maria, ela viu?  
 b. \*Que livro que a Maria, ela leu?  
 c. \*O Pedro disse quem que a Maria, ela viu?

Cabe aqui chamar a atenção para construções como a exemplificada em (20)a. a seguir, em que o tópico é licenciado em uma posição acima da que se encontra o constituinte-QU. Se a análise proposta para dar conta dos fatos em (17)-(19) estiver correta, é necessário assumir a existência de uma posição para abrigar tópicos acima de Spec-C, similarmente ao proposto em Figueiredo Silva (1995), que sugere a existência de uma posição adicional, “mais alta”, de tópico. Essa posição pode, no PB, ser usada exclusivamente para abrigar tópicos, hipótese que só pode ser validada a partir de estudos mais amplos. A construção em (20)a. teria, assim, a representação em (20)b, com o DP *a Maria* sendo alocado em Spec-Top.

- (20) a. A Maria, quem que ela encontrou?  
 b. [<sub>TopP</sub> [<sub>DP</sub> a Maria ] [<sub>Top'</sub> Top [<sub>CP</sub> quem<sub>i</sub> [<sub>C'</sub> que [<sub>TP</sub> ela encontrou t<sub>i</sub> ] ] ] ] ]

Outro conjunto de construções que merece atenção é aquele em (21)-(22) a seguir. Atentando para os casos em (b), podemos observar que o sintagma não argumental e o constituinte interpretado como tema não podem ocupar simultaneamente a posição pré-verbal. A explicação mais plausível para essa impossibilidade é a mesma fornecida para os casos em (17)b. e (18)b., tendo em vista a indisponibilidade de um traço-borda adicional proveniente de C para abrigar um novo constituinte topicalizado em Spec-C. Contudo, tendo em vista a construção em (20) acima, cabe indagar por que o tema não poderia se mover para ocupar Spec-Top, que pode ser criada acima de Spec-C. As construções em (23) adiante evidenciam que é possível licenciar dois tópicos numa mesma construção, o que traz, pelo menos à primeira vista, um complicador para explicar a agramaticalidade dos casos em (21)b. e (22)b.

- (21) a. Os muros caíram as pedras.  
b. \*As pedras, os muros caíram.
- (22) a. As crianças nasceram os dentes.  
b. \* Os dentes, as crianças nasceram.
- (23) a. O Roberto, a irmã dele, a Maria disse que não vê há anos.  
b. Aquele carro, o pneu da frente, o mecânico não tá querendo trocar.

Uma possível explicação para a agramaticalidade de (21)b. e (22)b., frente à gramaticalidade dos casos em (23), está na ideia de que, se for criada pela ação de uma sonda desencadeada por um traço-borda, a posição de Spec-Top deve ser ocupada pelo primeiro DP topicalizado disponível detectado pela sonda. Nos casos em (21) e (22), esses DPs são, por óbvio, os sintagmas não argumentais em Spec-C (respectivamente, *os muros* e *as crianças*). Se essa ideia estiver correta, isso significa que a sonda partindo de Spec-Top não teria acesso ao DP na posição de complemento do verbo, uma vez que o candidato mais próximo a ocupar Spec-Top se encontra mais próximo, em Spec-C. Daí a impossibilidade de *as pedras* e *os dentes* serem realizadas em uma posição de tópico nas construções relevantes. Quanto às construções em (23), uma análise possível é que, nesses casos, Spec-Top não seja criado por meio da ação de uma sonda, mas por *external merge* (ver capítulo 1, seção 1.2), com o constituinte topicalizado na posição mais alta sendo conectado diretamente nessa posição.

Outro aparente problema para a análise aqui proposta estaria em construções como aquelas que seguem em (24), com um constituinte-QU coocorrendo com o sintagma não argumental. Há, contudo, uma diferença em relação aos casos em (17) e (18), que diz respeito ao fato de, em (24), os constituintes-QU serem tipicamente não argumentais. É possível, portanto, que a sua entrada na estrutura se dê exatamente no ponto onde são realizados, concatenados (*adjunção sem rótulo* – ver capítulo 1, seção 1.4.1) a alguma categoria na periferia esquerda da sentença, acima de CP. Dessa perspectiva, a ocorrência desses constituintes-QUs não argumentais não envolveria a ação de qualquer traço-borda proveniente de C, não havendo, portanto, qualquer impedimento para sua coocorrência com um sintagma não argumental em Spec-C. A validação dessa análise exige ampliar a observação de contrastes entre constituintes-QU argumentais e não argumentais, o que foge aos objetivos desta dissertação.

- (24) a. *Quando* (que) essa casa batia mais sol? Figueiredo Silva (1996, p.73)  
b. *A que horas* (que) os celulares acabaram a bateria?

Por fim, vale ressaltar que os fatos tratados nesta seção representam um problema para as propostas de Galves (1998), Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2012), abordadas no capítulo 2 desta dissertação. Em linhas gerais, não é claro como essas análises poderiam bloquear a presença de constituintes-QU em Spec-C nas construções em que sintagmas não argumentais concordam com a flexão verbal. Cabe lembrar que, nas propostas de Galves (1998) e Munhoz & Naves (2012), são sugeridas posições particulares para alocar o sintagma não argumental (PersonP e  $\alpha$ P, respectivamente), o que, a rigor, não deveria impedir a ocorrência de constituintes em Spec-C. Na mesma linha, Avelar & Galves (2011) propõem que o sintagma não argumental é abrigado em Spec-T, o que acaba por prever que a posição de Spec-C poderia ser ocupada por outros constituintes. Em contraste, a análise proposta nesta dissertação consegue encaminhar uma explicação para a impossibilidade de constituintes-QU coocorrerem com sintagmas não argumentais em concordância com a flexão verbal, sem a necessidade de postular uma nova categoria, ou propor um estatuto diferenciado para T, para abrigar tais sintagmas.

### 3.4.2 Topicalização e Caso

Uma das consequências do exposto até aqui é a ideia de que construções do PB como a apresentada em (25) a seguir, que trazem um tópico (*Maria*) correferente ao sujeito (*ela*), pode ter a estrutura apresentada ou em (25)b., em que o DP *a Maria* se encontra em Spec-C, ou em (25)c., em que o DP se encontra em Spec-Top, acima de CP.

- (25) a. A Maria, ela viu o filme.  
b. [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> a Maria ] [<sub>C'</sub> C [<sub>TP</sub> ela [<sub>T'</sub> viu o filme ] ] ] ]  
c. [<sub>TopP</sub> [<sub>DP</sub> a Maria ] [<sub>Top'</sub> Top [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub> ela [<sub>T'</sub> viu o filme ] ] ] ] ]

Especificamente sobre (25)c., é importante destacar que, à primeira vista, a estrutura pode ser derivada independentemente de C doar ou compartilhar os traços- $u\phi$  para/com T. Lembremos que, a rigor, o que atrai um constituinte para Spec-C é um traço-borda, e não os traços- $u\phi$ . Há, contudo, duas questões que podem ser levantadas, envolvendo a valoração do traço de Caso do DP *a Maria* tanto em (25)b. quanto em (25)c.: que fonte atribuidora de Caso permite valorar esse traço em uma e outra situação?

Cabe, nesse ponto, chamar a atenção para a proposta de Kato (2012) em torno da noção de Caso *default* aplicada a construções do PB. Observando construções como aquela em (26)a, para a qual propõe a estrutura em (26)c, a autora destaca que “se a preposição não é selecionada, o DP na posição de complemento terá Caso não valorado e, se aí permanecer, a derivação fracassa” (KATO, 2008, p. 97), como em (26)b.; para a derivação convergir, o DP deve “mover-se para a posição de TopP, onde pode receber Caso “default”, que é nominativo no português” (KATO, 2008, p. 97).

- (26) a. *Esse artigo*, eu estou precisando para amanhã.  
b. Eu estou precisando \*(*d*)*esse artigo* para amanhã.  
c. [<sub>TopP</sub> Esse artigo [<sub>IP</sub> eu estou precisando  $t_i$  para amanhã ] ]

Como destacado na seção anterior, podemos considerar, à luz da presente análise, que há dois lócus capazes de abrigar DPs topicalizados no PB: Spec-C e Spec-Top. Irei assumir,

seguindo Kato (2012), que constituintes em Spec-Top podem ser licenciados com Caso *default*. Em contraste, quando atraído para Spec-C, um DP topicalizado pode ter seu traço de Caso valorado como nominativo por meio da ação dos traços- $u\phi$  de C na situação em que esse núcleo os compartilha com T. Nestes termos, haverá duas possibilidades, quando à marcação de Caso, envolvendo constituintes conectados em Spec-C: (i) nas derivações em que C *compartilha* seus traços- $u\phi$  com T, o constituinte conectado em Spec-C poderá ter seu traço de Caso valorado nesta posição, recebendo nominativo por meio da concordância com os traços- $u\phi$  de C; e (ii) nas derivações em que C *doa* seus traços- $u\phi$  para T, o constituinte realizado em Spec-C deverá ser conectado nessa posição com o seu traço de Caso já valorado, já que, nessa situação, C não dispõe de traços- $u\phi$  para efetivar concordância e, conseqüentemente, atribuição de Caso.

Se estiverem no caminho correto, essas considerações têm uma consequência interessante para a análise de construções em que constituintes topicalizados podem dispensar a preposição, como as destacadas em (27) a seguir: se considerarmos que, nessas construções, os constituintes *(de) café*, *(n)os filhos* e *(pra) médico* se encontram em Spec-C, podemos atrelar a não ocorrência da preposição ao compartilhamento dos traços- $u\phi$  entre C e T, com o item topicalizado recebendo Caso nominativo desses traços- $u\phi$ . Dessa perspectiva, a ocorrência da preposição será necessária na situação em que C doa seus traços- $u\phi$ , de modo a garantir a valoração do traço de Caso do sintagma topicalizado. As duas situações se encontram ilustradas em (28), considerando a derivação da sentença *(De) café, eu gosto*: em (28)a, temos a situação em que C abarca traços- $u\phi$ , com o DP *café* recebendo Caso nominativo; em (28b), C não dispõe de traços- $u\phi$ , com o constituinte em Spec-C portando necessariamente a preposição, atribuidora de Caso oblíquo.

(27) a. *(De) café*, eu gosto.

b. *(N)os filhos*, ele pensa o tempo inteiro.

c. *(Pra) médico*, a Maria gosta de ir.

(28) a. [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> *café*<sub>K[NOM]</sub>] [<sub>C'</sub> C<sub>TRAÇO-BORDA,uφ[3SG]</sub> [<sub>TP</sub> eu gosto [<sub>DP</sub> ~~café~~<sub>K[+]</sub>] ] ] ]

b. [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> de *café*<sub>K[OBL]</sub>] [<sub>C'</sub> C<sub>TRAÇO-BORDA</sub> [<sub>TP</sub> eu gosto [<sub>PP</sub> ~~de café~~<sub>K[OBL]</sub>] ] ] ]

Cabe observar que, quando *in situ*, o constituinte não pode dispensar a preposição (sua fonte provedora de Caso), o que fica evidente nos contrastes de (a)gramaticalidade apresentados em (29) a seguir. Isso sinaliza que, uma vez que tal constituinte esteja na posição mais alta, a possibilidade de apagamento da preposição precisa envolver a existência de uma fonte provedora de Caso, identificada nesta dissertação como sendo os traços- $u\phi$  de C.

- (29) a. Eu gosto *\*(de) café*. / *(De) café*, eu gosto.  
 b. Ela pensa *\*(n)os filhos* o tempo inteiro. / *(N)os filhos*, ele pensa o tempo inteiro.  
 c. A Maria gosta de ir *\*(pra) médico*. / *(Pra) médico*, a Maria gosta de ir.

Considerando o exposto na seção 3.4.1, um ponto que reforça a ideia de que os itens topicalizados em (27) podem ocorrer em Spec-C é a agramaticalidade de construções como as que se seguem, em que um constituinte-QU se encontra à esquerda do tópico. À luz da análise proposta na seção anterior, essa impossibilidade decorre de dois itens estarem “em competição” para serem atraídos pelo traço-borda de C e, por extensão, ocuparem a posição de Spec-C.

- (30) a. \* [Quem]<sub>i</sub> [(de) café]<sub>j</sub> t<sub>i</sub> gosta t<sub>j</sub> ?  
 b. \* [Quem]<sub>i</sub> [(n)os filhos ]<sub>j</sub> t<sub>i</sub> pensa t<sub>j</sub> o tempo inteiro?  
 c. \* [Quem]<sub>i</sub> [(pra) médico]<sub>j</sub> t<sub>i</sub> gosta de ir t<sub>j</sub> ?

Contudo, a ocorrência do tópico à esquerda do constituinte-QU produz uma construção gramatical, como em (31) a seguir, com a preposição podendo ser realizada ou não. Se a análise proposta para a agramaticalidade das construções em (30) estiver correta, a boa formação das sentenças em (31) reforçam a ideia de que o PB dispõe de pelo menos dois lócus para a inserção de constituintes topicalizados – Spec-C e Spec-Top. A marcação de Caso, contudo, é efetivada diferentemente nas duas posições, na situação em que a preposição não é realizada: em Spec-C, o Caso nominativo é atribuído pela ação dos traços- $u\phi$ ; em Spec-Top, o elemento topicalizado é realizado com Caso *default*.

- (31) a. *(De) café*, quem gosta?  
 b. *(N)os filhos*, quem pensa o tempo inteiro?  
 c. *(Pra) médico*, quem gosta de ir?

Uma evidência favorável a essa análise diz respeito a sentenças nas quais constituintes-QU obrigatoriamente preposicionados quando *in situ* perdem a preposição quando movidos para Spec-C, como em (32)-(34) a seguir. A ausência da preposição sinaliza que, quando não estão *in situ*, esses constituintes têm a sua disposição uma fonte alternativa de Caso – os traços- $u\phi$  preservados em C. Vale ressaltar que, para essas construções, não é possível analisar o constituinte-QU como estando em TopP, o que inviabiliza qualquer hipótese no sentido de afirmar que, em tais construções, a ausência da preposição envolve a atribuição de Caso *default*.

- (32) a. Você está precisando *\*(de) qual livro*?  
 b. *(De) qual livro* (que) você está precisando?  
 (33) a. A Maria está querendo morar *\*(em) que cidade*?  
 b. *(Em) que cidade* (que) a Maria está querendo morar?  
 (34) a. Ainda falta consertar o pneu *\*(de) qual carro*?  
 b. *(De) qual carro* (que) ainda falta consertar o pneu?

Por fim, cabe salientar que as considerações apresentadas nesta seção trazem uma consequência para o estabelecimento de contrastes entre PB e PE, no que diz respeito à frequência das construções de topicalização nas duas línguas. Como ressaltado em Duarte & Kato (2008), o PB apresenta “ocorrência irrestrita de sujeitos duplos (deslocados à esquerda), com características que não são da gramática de línguas com proeminência de sujeito” (DUARTE & KATO, 2008, p. 5), como nas construções em (35) a seguir, que exemplificam dados de oralidade listados pelas autoras.

- (35) a. **[Mulher nenhuma]<sub>i</sub>** *ela<sub>i</sub>* pode querer dominar o homem. **[O homem]<sub>i</sub>** *ele<sub>i</sub>* é livre por natureza. **[A mulher]<sub>i</sub>** *ela<sub>i</sub>* tem que aceitar isso.  
 b. **[O que é bom, o que é de qualidade]<sub>i</sub>** *ele<sub>i</sub>* fica; **[o que é ruim]<sub>i</sub>** *ele<sub>i</sub>* se perde.

Trabalhos como os de Costa (2010) ressaltam que construções de sujeitos duplos também ocorrem no PE. Contudo qualquer observação, ainda que assistemática, sobre dados de oralidade sugere fortemente que os falantes do PB fazem uso dessas construções com muito mais frequência do que os falantes do PE. À luz da proposta desenvolvida nesta dissertação, essa diferença frequencial pode ser devida ao fato de que, para além de TopP (domínio também disponível no PE para a alocação de tópicos), o PB dispõe de um domínio “extra” para alocação de tópicos – o CP, que, além de poder abrigar tópicos, permite valorar o traço de Caso por meio da ação de traços- $u\phi$  mantidos em C. Além de estar na base da oposição envolvendo a possibilidade de concordância com sintagmas não argumentais (que, como já ressaltado, é impossível no PE), a oposição quanto às propriedades de C pode lançar sobre o contraste entre as duas línguas no que diz respeito à introdução de um tópico no interior de orações encaixadas – possível no PB, mas não no PE, como exemplificado em (36) a seguir (ver Duarte 1987).

(36) O Pedro disse que a Maria, ela não viu o filme. (PB: ok / PE: \* )

À luz da proposta desenvolvida nesta dissertação, uma possível explicação para o contraste entre as duas línguas exemplificado em (36) está na ideia de que TopP não está disponível em sentenças encaixadas nem em PE, nem em PB. O PB dispõe, contudo, de uma fonte adicional para atribuir Caso a DPs topicalizados: o núcleo C. Como este núcleo está presente também nas orações encaixadas, construções como (36) são possíveis em PB por que o DP *a Maria* pode, pela ação dos traços- $u\phi$  em C, ter seu traço de Caso valorado. No PE, inexistente essa possibilidade exatamente pelo fato de C transferir integralmente seus traços- $u\phi$  para T, o que bloqueia a ocorrência de DPs topicalizados no interior de encaixadas. É interessante observar, entretanto, que a construção em (36) traz, à primeira vista, um problema para essa análise, uma vez que o constituinte topicalizado *a Maria* se encontra abaixo do complementizador encaixado *que*, que costuma ser analisado como uma instância de C. Um olhar detido sobre construções desse tipo revelam, contudo, que um complementizador adicional pode ser inserido entre o tópico e o sujeito, como em (37) a seguir. Dados desse tipo sugerem que é preciso refinar a análise do domínio em torno de C para tecer paralelos estruturais mais claros entre a periferia esquerda da oração encaixada e a periferia esquerda da oração matriz, tema sobre o qual pretendo me

debruçar em estudos posteriores. Tendo isso em vista, é plausível considerar que o *que* relevante para o compartilhamento de traços- $u\phi$  e, por extensão, a recepção de tópicos no interior de orações encaixadas do PB não é o que introduz tais orações, mais o que se interpõe entre o tópico e o sujeito em construções como (37).

(37) O Pedro disse *que* a Maria, *que* ela não viu o filme.

Dessa perspectiva, dados como aqueles em (38), que mostram a concordância com sintagmas não argumentais no interior de orações encaixadas (com o termo concordante ocorrendo à direita do complementizador *que*), não devem ser tomados como uma contra-evidência à hipótese defendida nesta dissertação. Frente a construções como em (37), é plausível ter em mente que o *que* morfo-fonologicamente realizado no início da oração encaixada não corresponde à contraparte da instância de C destinada, na oração matriz, a abrigar constituintes-QU e elementos topicalizados.

(38) a. O Pedro disse que as crianças estão nascendo um dentinho.  
b. Parece que o celular acabou a bateria.

Independentemente de estudos futuros validarem ou não essa ideia, dados como em (36) e (37) mostram que é teoricamente vantajoso assumir, no PB, a existência de uma fonte adicional provedora de Caso também nos domínios de C-T em orações encaixadas, daí o contraste relevante entre PB e PE no que diz respeito, entre outras coisas, à possibilidade de topicalização no interior dessas orações.

### 3.4.3 Uma nota sobre a distribuição de traços- $u\phi$ no complexo $v$ -V

De acordo com Chomsky (2008), não apenas C transfere seus traços- $u\phi$  para T; a rigor, todo núcleo de fase apresenta a propriedade de transferir traços- $u\phi$  para a categoria que toma como complemento. Se correta, essa hipótese sugere que as possibilidades de distribuição de traços disponíveis no complexo C-T também estão disponíveis para  $v$ -V; isso significa que, a rigor,

tendo em vista a proposta de Ouali (2008) para o sistema de herança de traços em C-T, o núcleo *v* pode doar, reter ou compartilhar seus traços- $u\phi$  com T.

A título de observação, vou aqui chamar a atenção para uma propriedade do PB, em contraste com o PE, que pode estar relacionada com a possibilidade de *v* compartilhar seus traços- $u\phi$  com V. Essa propriedade pode ser observada em construções como as que se seguem em (39): no PB, pronomes em posição acusativa podem ser duplicados. Uma possível resposta para essa duplicação está na ideia de que, assim como observado no complexo C-T, o complexo *v*-V também pode dispor de duas fontes provedoras de Caso, por meio da opção compartilhamento – os traços- $u\phi$  em *v* e os traços- $u\phi$  em V.

- (39) a. Eu *te* quero *você* aqui do meu lado.  
b. Ele não *me* deixa *eu* ir embora.  
c. Vou *te* falar uma coisa pra *você*.

A validação dessa hipótese encontra, contudo, um obstáculo: uma vez os traços- $u\phi$  provenientes de *v* são atribuidores de Caso acusativo, o esperado é que os dois pronomes se realizassem na forma acusativa, como nas construções em (40) a seguir. Essas construções são agramaticais, ao contrário do que seria esperado. Se a duplicação do pronome realmente resultar de uma situação em que *v* compartilha seus traços- $u\phi$  com V, será necessário explicar por que os dois pronomes não apresentam a mesma forma.

- (40) a. \* Eu *te* quero *te* aqui do meu lado.  
b. \* Ele não *me* deixa *me* ir embora.  
c. \* Vou *te* falar uma coisa *te*.

Não vou, aqui, me aprofundar no debate sobre essa questão, que merece observações de caráter mais sistemático em torno da posição de complemento, fora, portanto, dos objetivos a que se propõe esta dissertação. Parece-me, contudo, que os dados em (39) sinalizam que, no PB, *v* e V mostram propriedades similares às de C e T no que diz respeito à instanciação de categorias em

seus domínios, esse podendo ser um resultado de particularidades relacionadas ao modo como se dá a distribuição dos traços nos dois domínios, que podem contar com opção de *compartilhamento*, para além da opção de *doação*.

### 3.5 Análises anteriores

Nesta seção, vou tecer breves considerações a respeito de outras duas análises – Avelar & Galves (2011) e Munhoz & Naves (2010), abordadas respectivamente nas seções 2.4 e 2.5 – para dar conta de propriedades das construções de que me ocupei nesta dissertação. Vou me concentrar exclusivamente naqueles pontos que, à primeira vista, seriam contra-evidências ao que proponho nesta dissertação.

#### 3.5.1 Sobre a proposta de Munhoz & Naves (2010)

Entre os pontos apresentados por Munhoz & Naves (2010) para sustentar a sua análise em torno das construções de tópico-sujeito, estão os seguintes: (i) constituintes como *o jasmim*, em (41)a. a seguir, devem ser analisados como sujeitos, pois podem ser coindexados com uma categoria vazia que desempenha o papel de sujeito em uma oração coordenada, tal como o constituinte *muita gente* em (41)b., que é inequivocamente um sujeito e (ii) constituintes como *essas casas* em (42)a. também devem ser analisados como sujeitos porque controlam referencialmente o sujeito da oração encaixada, assim como *as crianças* em (42)b.

(41) a. O jasmim<sub>i</sub> amarelou as pontas e e<sub>i</sub> embelezou o jardim.

b. Muita gente<sub>i</sub> trabalha naquela fábrica e e<sub>i</sub> mora do outro lado da da cidade.

Munhoz & Naves (2010, p.2)

(42) a. Essas casas<sub>i</sub> batem bastante sol porque e<sub>i</sub> ficam distantes das árvores.

b. As crianças<sub>i</sub> dormem ali porque e<sub>i</sub> querem.

Munhoz e Naves (2010, p.2)

Essas propriedades envolvendo coindexação sugerem, à primeira vista, que o constituinte argumental não deve se encontrar em Spec-C, seguindo a ideia de que a posição canônica de sujeito é, no PB, Spec-T. Sendo assim, constituintes como *essas casas* em (42)a deveriam estar

em Spec-T, contrariando a proposta defendida nesta dissertação. Contudo, uma observação mais apurada mostra que, nos contextos em (41)a e (41)b, constituintes em posição de tópico também podem ser coindexados com uma categoria vazia na posição de sujeito de uma oração coordenada, como nos casos em (43) a seguir.

- (43) a. Cegueira<sub>i</sub>, a pessoa<sub>j</sub> nasce e *e*<sub>ij</sub> piora depois com o tempo  
b. Cegueira<sub>i</sub>, a pessoa<sub>j</sub> nasce e *ela*<sub>ij</sub> piora depois com o tempo  
c. Cegueira<sub>i</sub>, o cara<sub>j</sub> nasce e *e*<sub>ij</sub> piora depois com o tempo  
d. Cegueira<sub>i</sub>, o cara<sub>j</sub> nasce e *ela*<sub>ij</sub>\* piora depois com o tempo

As sentenças em (43)a-b mostram que tanto o constituinte *cegueira*, que se encontra em uma posição de tópico, quanto o DP *a pessoa*, sujeito da primeira oração coordenada, podem estar coindexados com a categoria vazia ou com o pronome que desempenha o papel de sujeito da segunda oração. A possibilidade de o tópico ser coindexado com o sujeito da segunda oração fica mais evidente no caso em (43)d, em que o sujeito da primeira oração é masculino (*o cara*), e o da segunda, um pronome feminino (*ela*) que só pode estar coindexado com o tópico. O mesmo pode ser dito para os casos em (42), que mostram casos de correferência envolvendo uma categoria vazia na posição de sujeito de uma oração encaixada adverbial. Os dados em (44) abaixo mostram que constituintes topicalizados também podem controlar o sujeito de orações adverbiais.

- (44) a. As doenças<sub>i</sub>, as pessoas<sub>j</sub> ficam tristes porque *e*<sub>ij</sub> pioram com o tempo  
b. As doenças<sub>i</sub>, as pessoas<sub>j</sub> ficam tristes porque *elas*<sub>ij</sub> pioram com o tempo  
c. As doenças<sub>i</sub>, os médicos<sub>j</sub> ficam atentos porque *e*<sub>ij</sub> pioram com o tempo  
d. As doenças<sub>i</sub>, os médicos<sub>j</sub> ficam atentos porque *elas*<sub>ij</sub>\* pioram com o tempo

Dessa forma, o critério apresentado por Munhoz & Naves para identificar a posição dos sintagmas *o jasmim* e *essas casas* em (41) e (42), respectivamente, é problemático, uma vez que tanto elementos em posição de sujeito quanto em uma posição destinada para tópicos (que, na análise aqui proposta, pode ser Spec-C ou Spec-Top) podem ser coindexados com categorias

vazias situadas “à distância”, no interior de orações coordenadas e orações encaixadas. A rigor, tendo em vista os dados em (43) e (44), os termos *o jasmim* e *essas casas* podem tanto estar na posição de sujeito quanto em Spec-C ou Spec-Top, o que inviabiliza empregar o critério da coindexação para identificar a posição em que se encontram esses termos.

### 3.5.2 Sobre a proposta de Avelar & Galves (2011)

Como destacado em 3.4.1, a proposta de Avelar & Galves (2011) não permite derivar a (a)gramaticalidade resultante da coocorrência de sintagmas não argumentais com constituintes-QU em Spec-C, como em (45) a seguir. Pelo contrário, uma vez que sintagmas não argumentais se encontram em Spec-T na proposta desses autores, a análise que implementam acaba por prever que essa coocorrência é possível.

- (45) a. A(s) criança(s) já nasceu/nasceram o primeiro dentinho.  
b. \*Que dentinho (que) a(s) criança(s) já nasceu/nasceram?

Outro ponto problemático para a proposta de Avelar & Galves está na aposta de que o PB e o PE diferem quanto à presença do traço de Caso em constituintes (pro)nominais: enquanto os constituintes (pro)nominais do PE seriam sempre [+K], os do PB poderiam ser [+K] ou [-K]. Os autores recorrem a essa ideia para explicar por que uma única fonte atribuidora de Caso é suficiente para garantir a gramaticalidade das construções em que sintagmas não argumentais concordam com a flexão verbal: nessas construções, o complemento do verbo seria [-K], o que dispensaria a necessidade de uma fonte atribuidora de Caso para esse constituinte. Conforme ressaltado por Nunes (2012), essa análise prevê que construções em que o constituinte dativo ocorre sem preposição, como (46)b abaixo, seriam possíveis no PB, tendo em vista a possibilidade de DPs serem [-K] nessa língua e, assim, poderem dispensar o item prepositivo atribuidor de Caso. Essas construções, como sabemos, não são possíveis no PB.

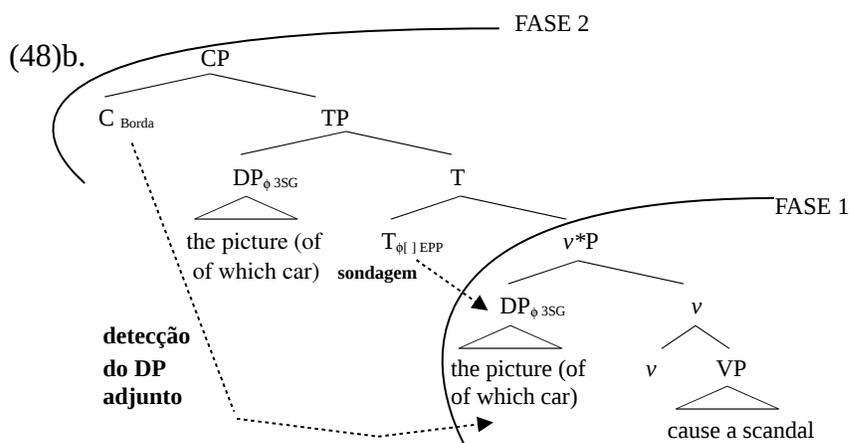
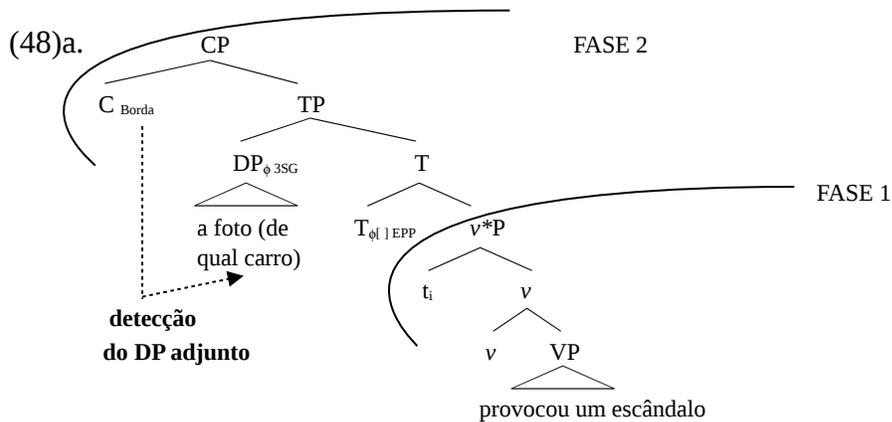
- (46) a. Dei o livro *a/para o João*.  
b. \* Dei o livro *João*.

Considero, nesse sentido, que a análise delineada nesta dissertação é formalmente “mais vantajosa” do que a proposta em Avelar & Galves (2011). Além de não enfrentar os problemas elencados acima, a hipótese aqui defendida consegue encaminhar respostas para todos os fatos abordados pelos autores como evidências favoráveis à análise que propõem: subextração a partir de Spec-T, ambiguidade em *tough-constructions* e hiperalçamento.

Sobre a subextração a partir de Spec-T, que permite derivar sentenças do PB como em (47)a a seguir (em contraste com a sua versão agramatical em inglês, como em (47)b), os autores exploram a proposta de Chomsky (2008) segundo a qual um traço-borda só consegue acessar o interior de um DP caso esse DP esteja dentro da fase que contenha o núcleo de onde parte o traço-borda (por exemplo, um traço-borda proveniente de C só consegue acessar o interior de um DP nos domínios de vP se esse vP não é uma fase, mas for parte da fase nucleada pelo próprio C).

- (47) a. (De) qual carro (que) a foto causou um escândalo?  
b. \* Of which car did the picture cause a scandal?

Explorando essa proposta de Chomsky (2008), e considerando que o EPP de T é  $\phi$ -independente no PB, os autores argumentam que, quando C se concatena ao TP, a posição de Spec-T já terá sido criada (ver capítulo 2, seção 2.4), de modo que uma sonda proveniente do traço-borda de C consegue acessar o interior do DP nessa posição e extrair um constituinte-QU lá de dentro, como ilustrado em (48)a a seguir. No inglês, essa operação seria impossível porque, conforme ilustrado em (48)b, o DP a ser acessado pelo traço-borda de C vai se encontrar em Spec-v, e não em Spec-T (já que, nessa língua, o EPP de T é  $\phi$ -dependente, o que significa que Spec-T só pode ser criado após C se concatenar ao TP e transferir seus traços para T, ao contrário, segundo os autores, do que ocorre no PB).



Mantendo a ideia de que o EPP de T é  $\phi$ -independente no PB, com Spec-T sendo criado antes da concatenação de C, mas preservando a proposta de que termos não argumentais concordantes com a flexão verbal são realizados em Spec-C, a proposta delineada nesta dissertação consegue não apenas derivar os casos de subextração a partir de Spec-T, como também explicar um fato que fica intocado na proposta de Avelar & Galves (2011): por que, em casos como o exemplificado em (45), o constituinte-QU pode dispensar a preposição quando é subextraído de Spec-T para Spec-C? Conforme destacado em 3.4.2, essa possibilidade resulta da situação em que C compartilha seus traços- $u\phi$  com T, permitindo a valoração do traço de Caso de DPs conectados em Spec-C, o que impede a ocorrência da preposição.

Quando à ambiguidade de *tough-constructions* e às construções de hiperalçamento, exemplificados respectivamente em (49) e (50) a seguir com construções apresentadas pelo autores, Avelar & Galves procuram derivar o contraste entre PE e PB a partir da ideia de que, no PB, Spec-T é uma posição A-barrada (uma vez que é criada sem a ação de traços- $u\phi$ ). Isso implica



realizam: em Spec-T na abordagem desses autores; em Spec-C na análise aqui defendida. Pelo exposto na seção 3.4, uma proposta no sentido de esse lócus ser Spec-C se apresenta mais vantajosa, por permitir, dentre outros aspectos, explicar fatos de (a)gramaticalidade envolvendo a coocorrência de sintagmas não argumentais e constituintes-QU.

### 3.6 Síntese do capítulo

Foi apresentada neste capítulo a hipótese norteadora desta dissertação para derivar a concordância com sintagmas não argumentais no PB. À luz da hipótese defendida, esta concordância é possível graças a especificidades do conjunto de traços não interpretáveis no PB que afetam posições entre os dois núcleos capazes de abrigar sujeitos e tópicos. Mais precisamente, a concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais é possível no PB em função da possibilidade de C compartilhar traços- $u\phi$  com T (seguindo a proposta de Ouali, 2008), situação que não é identificada no PE. Isso implica a existência de duas posições que podem alocar elementos em concordância com traços- $u\phi$  no PB e, conseqüentemente, atribuir Caso nominativo – Spec-T e Spec-C. Esse análise se mostrou mais vantajosas que outras abordagens desenvolvidas para o mesmo tópico sob os pressupostos de Chomsky (2008) – em particular, Galves & Avelar (2011) e Munhoz & Naves (2010), uma vez que permite encaminhar uma explicação para a impossibilidade de construções em que tópicos sejam licenciados numa posição entre Spec-T e Spec-C, bem como para os casos do PB em que tópicos e constituintes-QU, preposicionados quando *in situ*, “perdem” a preposição quando são movidos.

Este trabalho se propôs a analisar a possibilidade de concordância da flexão verbal com sintagmas não argumentais (também chamados de *tópicos-sujeito*) no português brasileiro, partindo da hipótese de que esse fenômeno resulta de particularidades da organização dos traços- $u\phi$  no complexo C-T: sintagmas não argumentais são alocados em Spec-C e concordam com a flexão verbal porque o núcleo C, no português brasileiro, pode compartilhar seus traços- $u\phi$  com T, o que não ocorre no português europeu.

Entre os pontos favoráveis a essa proposta está o fato de ela captar propriedades mais gerais das construções de tópico no português brasileiro: a impossibilidade de tópicos ocorrerem entre Spec-T e constituintes-QU alocados em Spec-C e a dispensa da preposição tanto em constituintes topicalizados quanto em constituintes-QU. A primeira propriedade deriva, na presente análise, do fato de que os tópicos são realizados em Spec-C, atraídos a essa posição para satisfazer o traço-borda de C; a segunda propriedade deriva do fato de que, portando traços- $u\phi$  (compartilhados com T), C permite valorar o traço de Caso de constituintes atraídos para Spec-C, o que torna desnecessária a presença da preposição para garantir que tais constituintes tenham Caso.

Outro ponto favorável à hipótese defendida nesta dissertação está na desnecessidade de assumir projeções adicionais entre C e T para abrigar constituintes não argumentais concordantes com a flexão verbal (como na análise proposta em Munhoz & Naves (2010)) ou de alterar o estatuto do EPP de T para alocar tópicos-sujeito (como na abordagem de Avelar & Galves (2012)). A ideia de compartilhamento de traços entre C e T permite abarcar propriedades do português brasileiro por meio da consideração de que C pode preservar seus traços- $\phi$  mesmo após doá-los para T, situação que é empiricamente observada nas línguas naturais em que C é morfo-fonologicamente realizado com marcas de concordância.

A continuidade deste trabalho poderá elucidar mais propriedades relativas ao estatuto de língua com proeminência de tópico (ou orientada ao discurso) que tem sido atribuído ao português brasileiro. Nesse sentido, há evidências de que, considerando consequências do modelo proposto em Chomsky (2008), tal estatuto afeta não apenas o domínio da posição de sujeito (que

envolve o complexo C-T), mas também o da posição de complemento (que envolve o complexo v-V), tendo em vista as construções apontadas na seção 3.4.3 em torno da duplicação de pronomes em posição acusativa (como em *Eu te quero você aqui do meu lado*). Além disso, recorrer a análises mais refinadas sobre as “dependências” de C, bem como de outros núcleos de fase, poderá contribuir para tratar de questões que não puderam ser respondidas a contento dentro da presente análise, como a que diz respeito às construções com duplo sujeito no interior de orações encaixadas (do tipo *O Pedro disse que a Maria, (que) ela não viu o filme*), mencionadas em 3.4.2. Outro ponto relevante que precisa ser abordado em estudos futuros é o contraste de (a)gramaticalidade envolvendo a presença de termos argumentais e não argumentais interrogativos em Spec-C nas construções de tópico-sujeito, referido na seção 3.4.1. Embora o presente estudo não tenha oferecido resposta a essas questões pontuais, a hipótese aqui delineada sugere caminhos possíveis para abordá-las, mostrando ser teórica e conceitualmente profícuo explorar consequências da noção de “herança de traços” no domínio dos núcleos de fase, na tentativa de captar características singularizadoras do português brasileiro no conjunto das línguas românicas.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Juanito Ornelas de. **Dinâmicas Morfossintáticas com Ter, Ser e Estar em Português Brasileiro**. 2004. 256p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

AVELAR, Juanito Ornelas de. **Adjuntos Adnominais Preposicionados No Português Brasileiro**. 2006. 231p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

AVELAR, Juanito & GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. **Texto selecionado para o XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: APL, 2011, p. 49-65.

AVELAR, Juanito Ornelas de. Concordância Locativa no Português Brasileiro: mudança gramatical desencadeada por contato linguístico? **Comunicação apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: RJ, 2012.

AVELAR, Juanito. & CYRINO, Sônia. Locativos Preposicionados em Posição de Sujeito: uma Possível Contribuição das Línguas Bantu à Sintaxe do Português Brasileiro. **Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v. 3, 2008, p. 55-76.

BELLETTI, Adriana. The Case of Unaccusatives. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, Vol. 19, nº 1, 1988. p 1-34

BARBOSA, Pilar. Ainda a questão dos sujeitos pré-verbais em PE: uma resposta a Costa (2001). **Revista DELTA**, São Paulo. vol. 22, nº2, 2001, p. 345-406.

BOSKOVIC. Zeljko. Case checking vs Case assignment and the Case of adverbial NPs. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, Vol. 37, nº 2, 2006. p. 522-533.

CARSTENS, Vicki. Rethinking Complementizer Agreement: Agree with a Case-Checked Goal. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, Vol. 34, nº 3, 2003. p 393-412.

CHOMSKY, Noam. On Binding. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, vol. 11, nº 1, 1980. p 1-46

\_\_\_\_\_. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Netherlands, 1981. 383p.

\_\_\_\_\_. **Knowledge of language: Its nature, origin, and use**. Praeger: New York, 1986. 341p.

\_\_\_\_\_. **The Minimalist Program**. Cambridge: Mass., 1995. 420p.

\_\_\_\_\_. **Minimalist Inquiries: The Framework**. Cambridge: Mass., 1998. 57 p. (MIT

Occasional Papers in Linguistics, 15).

\_\_\_\_\_. **Derivation by Phase**. Cambridge: Mass., 1999. 57 p. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 18).

\_\_\_\_\_. Beyond Explanatory Adequacy. In BELLETTI, A (Org). **Structures and Beyond: The cartography of syntactic structures**. Oxford: New York, 2004. p. 104-131.

\_\_\_\_\_. Three Factors In Language Design. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, Vol. 36, nº 1, 2005. p 1-22.

\_\_\_\_\_. On Phases. In: FREIDIN, R; OTERO, C; ZUBIZARRETA, M. L (ORG). **Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in honor of Jean-Roger Vergnaud** Cambridge: Mass., 2008. p. 133-166.

CHOMSKY, N; HAUSER, M; & FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, nº 22, vol. 298, nº 5598, novembro, 2002. Disponível em <<http://www.chomsky.info/articles/20021122.pdf>> Acesso em: 11/03/2011

COSTA, João. Spec-IP ou deslocado? Prós e contras das duas análises dos sujeitos pré-verbais. **Revista DELTA**, São Paulo, vol. 17, nº2, 2006, p. 283-303.

COSTA, João. PE e PB: orientação para o discurso importa? **Estudos da Lingua(gem)**, Bahia, vol .8, nº 1, 2010, p. 123-143.

COSTA, João & GALVES, Charlotte. External subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C.; BOK-BENNEMA, R.; DRIJKONINGEN, F.; MONACHESI, P. (EDS.). **Romance languages and linguistic theory 2000: selected papers from Going Romance 2000**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 109-125

CYRINO, Sônia. Riqueza de Tempo e Movimento de Verbo no Português Brasileiro. **Comunicação apresentada nos Colóquios de Sintaxe, Aquisição e Mudança**. Campinas: UNICAMP, 2012.

DUARTE, Inês. **A construção de topicalização na gramática do português**. 1987. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

DUARTE, Inês. A topicalização no português europeu: uma análise contrastiva. In: DUARTE, I & LEIRIA, I. (Orgs). **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. Lisboa: Colibri, 1994. p.327-360.

DUARTE, Eugênia & KATO, Mary. Mudança paramétrica e orientação para o discurso. **Comunicação apresentada no XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, Braga:Portugal, 2008.

FIGUEIREDO SILVA, Maria C. **A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 201 p.

GALVES, Charlotte. Tópicos, Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos.** Campinas. nº 34. jan/jul 1998. p 19-32.

\_\_\_\_\_.A Gramática do Português Brasileiro. **Línguas e Instrumentos Linguísticos.** Campinas: Pontes. jan/jul 1998, p. 79-96.

HAEGEMAN. Liliane & KOPPEN, Marjo. Complementizer Agreement and the Relation between C° and T°. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, Vol. 43, nº 3, summer 2012. p 441-454.

HIRAIWA, Ken. **Dimensions of Symmetry in Syntax: Agreement and Clausal Architecture.** 2005. 373p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, 2005.

HOLMBERG, Anders. Null subject parameters. In: BIBERAUER, T. et al. (EDS). **Parametric variation: null subjects in minimalist theory.** Cambridge: CUP, 2010. p. 88-124.

HORNSTEIN, Norbert. **A Theory of Syntax Minimal Operations and Universal Grammar.** Cambridge: New York. 2009. 206 p.

HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; PIETROSKI, Paul. **Some Thoughts on Adjunction.** Manuscrito. 2006.

KATO, Mary. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas. n. 17, jul./dez. 1989, p. 109-131.

KATO, Mary. & RAPOSO, Eduardo. Topicalization in European and Brazilian Portuguese. In: CAMACHO, J. et al. (EDS). **Romance linguistics 2006.** Amsterdam: John Benjamins. 2006 p. 205-218 (Current Issues in Linguistic Theory).

KATO, Mary. Caso inerente, caso default e ausência de preposições. In: SEDRINS, A. P. et al (Org.). **Caso inerente, Caso default e Ausência de preposições.** Maceió: Edufal, 2012, 1ªed.

KAYNE, Richard. **Parameters and universals.** Oxford: Oxford University, 2000, 384 p.

LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra. Subject and Topic: A New Typology of Language. In LI, C. (ORG). **Subject and Topic.** New York: USA, 1976. p. 458-489.

LOBATO, Lúcia. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: SILVA, D. E. (Ed.). **Língua, gramática e discurso.** Goiânia: Cãnone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 54-86.

LOBATO, Lúcia. Linguagem e cognição: a referencialidade como um construto mental. **DELTA**, v. 23,

n. Esp., 2007, p. 1-16.

LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva. Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: SILVA, D. E (Org.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cânone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 133-147.

MIYAGAWA, S. **Why agree? Why move? Unifying agreement-based and discourse-configurational languages**. Cambridge: MIT Press, 2010, 182p. (Linguistic Inquiry Monographs, 54).

MODESTO, Marcello. Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente. **Revista da Abralin**, vol. 3, nº. 1,2, 2005, p.121-148 .

MUNHOZ, Ana. **A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito: o caso dos sujeitos locativos**. 2011. 132p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MUNHOZ, A. & NAVES, R. R. Notas a respeito da estrutura argumental de verbos com alternância entre tema e locativo no português brasileiro. In: IX Encontro do CELSUL, 2010, Santa Catarina. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Santa Catarina: Universidade do sul de Santa Catarina, 2010. p 1-12.

MUNHOZ, Ana & NAVES, Rozana R. Construções de Tópico-Sujeito: Uma Proposta em Termos de Estrutura Argumental e de Transferência de Traços de C. **Signun: Estudos Linguísticos**. Londrina. Vol. 15, nº1, 2012. p. 245-265.

NEGRÃO, Esmeralda. **Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso**. 1999. 214p. Tese de Livre-Docência (livre-Docência em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NUNES, Jairo. Preposition Insertion in the Mapping from Spell-Out to PF. In: BROEKHUIS, HANS., VOGEL, RALF. (EDS.). **Optimality Theory and Minimalism: Interface Theories**, 2008. p.136-156. (Linguistics in Potsdam 28)

\_\_\_\_\_.Hiperálçamento de sujeito e tópico em português brasileiro: aparente opcionalidade de concordância e computações de economia. **Comunicação apresentada nos Colóquios de Sintaxe, Aquisição e Mudança**. Campinas: UNICAMP, 2012.

OUALI, Huamid. On C-to-T  $\phi$ -feature transfer: The nature of Agreement and Anti-agreement in Berber. In: D'ALESSANDRO, R. *et alli* (Orgs). **Agreement Restrictions**. Interface explorations 15. Mouton de Gruyter: Berlin, 2008. p.159-180.

PONTES, Eunice. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes. 1987. 169 p.

PIRES, Marcos E. **A sintaxe de constituintes locativos no português brasileiro: restrição e**

predicação. 2010. 108p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RIZZI, Luigi. The Fine Structure of the Left Periphery. In: HAEGEMAN, L. (ED)., **Elements of Grammar: A Handbook in Generative Syntax**. Dordrecht: Kluwer, 1997, pp. 281–337.

SCHÜTZE, Carson. On the nature of default Case. **Syntax**, Oxford, Vol. 4, nº 3, 2001, p. 205-238.

SVENONIUS, Peter. On the Edge In: ADGER, D. DE CAT, C. & TSOULAS, G. (ORGS). **Peripheries: syntactic Edges and Their Effects**. Berlin: Kluwer. 2004. p. 259-288.

VIOTTI, Evani. O caso *default* no português brasileiro: revisitando o caso dos inacusativos. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, Vol. 13, nº 2, 2005. p. 53-71.

WOOLFORD, Ellen. Lexical Case, Inherent Case and Argument Structure. **Linguistic Inquiry**, Massachussets, Vol. 37, nº 1, 2006. p 111-130.